

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Silvana Micaroni

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PARQUES INFANTIS DA
CIDADE DE SÃO PAULO: 1947 a 1957**

Itatiba

2007

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Silvana Micaroni

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PARQUES INFANTIS DA
CIDADE DE SÃO PAULO: 1947 a 1957**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Historiografia e Idéias Educacionais.

Orientador: Professor Doutor Moysés Kuhlmann Júnior.

Itatiba

2007

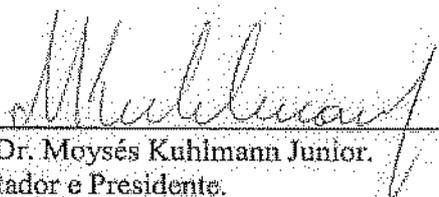
372.3
M567e Micaroni, Silvana.
A educação física nos Parques Infantis da cidade de São Paulo: 1947 a 1957 / Silvana Micaroni. -- Itatiba, 2007.
135 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Moysés Kuhlmann Júnior

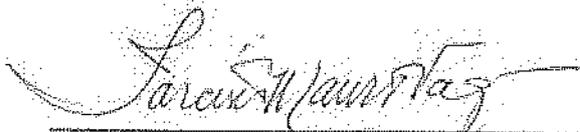
1. Educação física. 2. Infância. 3. Parque infantil.
4. Educação-história. 5. São Paulo (cidade).
I. Kuhlmann Júnior, Moysés. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

MICARONI, Silvana. "A Educação Física nos Parques Infantis da Cidade de São Paulo: 1941-1957". Dissertação defendida e aprovada no programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em doze de abril de 2007 pela Banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Moyses Kuhlmann Junior.
Orientador e Presidente.



Prof. Dr. Tarcisio Mauro Vago.
Examinador.



Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria.
Examinadora.



Profa. Dra. Vivian Batista da Silva.
Examinadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

ao Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Jr., pela orientação segura, pelas críticas e sugestões relevantes feitas durante a orientação, pela liberdade que sempre deu aos seus alunos para conduzirem suas pesquisas, pelo apoio e pelas portas que sempre nos abriu;

à Fundação Carlos Chagas, pela participação fundamental na realização deste trabalho disponibilizando a principal fonte primária.

à Profª Drª Ana Lúcia Goulart de Faria e à Profª Drª Rosário S. Genta Lugli, pelas discussões e sugestões por ocasião do Exame de Qualificação. Ao Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago, à Profª Drª Vivian Batista da Silva e à Profª Drª Kátia Danailof por aceitarem participar da Banca Examinadora.

a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, que direta ou indiretamente, deram suporte a esta pesquisa, em especial à Profª Drª Maria Ângela Borges Salvadori pelo apoio e entusiasmo;

aos amigos Pedro, Antonio, Renata, Sérgio, Maria Célia, Cristina e Erci, pelas sugestões valiosas em todas as etapas dessa caminhada;

à Eliana, amiga que sempre compartilhou entusiasticamente das minhas descobertas e me apoiou nas dificuldades que encontrei durante este período;

aos alunos da iniciação científica Diego, Silvana e Juliana, pelo carinho e parceria no subprojeto que estuda o Boletim Interno;

às funcionárias Sidoni e Maria Rachel da Memória Técnica Documental da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e às funcionárias Eliete, Mariângela e Rosângela do Memorial do Ensino Municipal de São Paulo, pela paciência e colaboração na obtenção de documentos relevantes à pesquisa;

ao meu marido Márcio Rogério, pelas inúmeras trocas de impressões e de comentários ao trabalho, pelo estímulo incondicional desde o início e acima de tudo, pela compreensão e ternura sempre manifestadas apesar da falta de atenção;

aos meus filhos Felipe e Priscila, pela paciência e grande amizade com que sempre me ouviram e sensatez com que sempre me ajudaram;

aos meus irmãos Franco e Liliana, pelo incentivo em buscar novos horizontes acadêmicos;

aos meus pais Giacinto e Carolina, pessoas que sempre foram exemplos de coragem, amor, determinação, retidão e perseverança

e

a Deus, pela vida e por mais um objetivo cumprido.

“Não precisamos mais inventar a roda da educação, nem anunciarmos a sua existência: é preciso dizer se a roda apenas gira em torno de si, ou a que lugar se dirige; é preciso qualificar que educação queremos proporcionar às crianças, que relação estabelecer com as famílias e que concepção defender sobre as relações sociais e a democracia”

(Moysés Kuhlmann Jr., 2001, p. 194)

MICARONI, Silvana. *A Educação Física nos Parques Infantis da cidade de São Paulo: 1947 a 1957*. 2007. Itatiba.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar o papel que a Educação Física desempenhou no conjunto de variáveis que influenciaram a educação das crianças de 3 a 6 anos de idade nos Parques Infantis da cidade de São Paulo no período de 1947 a 1957. Ao utilizar como principal fonte primária o Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, se procurou fazer a leitura de forma crítica buscando não o óbvio, mas o que estava nas entrelinhas. Durante o dia, o Parque Infantil atendia crianças de 3 a 12 anos de idade, em sua maioria filhos de operários, no período contrário ao ensino regular e quando necessário também em tempo integral. Tinha como objetivo educar e assistir por meio da recreação e a Educação Física aponta como destaque nessa proposta pedagógica. A melhor forma de inculcar hábitos no público infantil era por intermédio das atividades lúdicas, as quais despertavam os interesses das mesmas. A pesquisa revela que ao mesmo tempo em que se pretendia disciplinar os movimentos para domesticar o corpo e a mente, também se dava oportunidade para melhorar as condições de vida daquelas crianças.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO FÍSICA, INFÂNCIA, PARQUE INFANTIL, EDUCAÇÃO, HISTÓRIA.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze Physical Education's role in the set of variables that influenced the education of children between 3 and 6 years old at Infantile Parks of São Paulo City in the period between 1947 and 1957. By using the Internal Bulletin of the Division of Education, Assistance and Recreation of the Culture Secretary of São Paulo City as the main primary source, it was attempted to read in a critical way searching not the obvious, but what was between the lines. During the day, Infantile Parks attended children between 3 and 12 years old, mostly laborers' children, in the opposite period of their regular teaching and when necessary also in full time. It had the aim to educate and assist through recreation and Physical Education was outstanding in this pedagogical proposal. The best way to suggest customs to infantile public was through amusing activities, which provoked their interest. The research reveals that while it was attempted to discipline the movements to tame the body and the mind, it was also given the opportunity to improve those children's life conditions.

Key Words: PHYSICAL EDUCATION, CHILDHOOD, INFANTILE PARKS, EDUCATION, HISTORY.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	08
LISTA DE TABELAS E QUADROS.....	09
APRESENTAÇÃO.....	10
1. AS FONTES: SUAS ESPECIFICIDADES E SUAS POSSIBILIDADES.....	18
2. PARQUE INFANTIL: PARTE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO.....	41
3. A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO FÍSICA APLICADA NOS PARQUES INFANTIS.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
FONTES.....	121
OUTRAS FONTES.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS.....	132
ANEXO.....	133

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proposta de atividade ilustrada com figuras.....	24
Figura 2 – Proposta de atividade com diagramas.....	25
Figura 3 – Sumário do Boletim Interno de fevereiro de 1947.....	27
Figura 4 – Sumário do Boletim Interno de maio de 1949.....	28
Figura 5 – Sumário do Boletim Interno de fevereiro de 1957.....	29
Figura 6 – Fachada do Parque Infantil Ibirapuera.....	51
Figura 7 – Crianças na jardinagem.....	53
Figura 8 – Inauguração do Parque Infantil do Tatuapé.....	56
Figura 9 – Controle da entrada das crianças.....	60
Figura 10 – Sala de enfermagem.....	62
Figura 11 – Aula de ginástica.....	72
Figura 12 – Crianças na piscina.....	75
Figura 13 – Apresentação dramática.....	76
Figura 14 – Brinquedo de roda.....	77
Figura 15 – Horário de repouso.....	79
Figura 16 – Crianças no tanque de areia.....	80
Figura 17 – Meninas e meninos brincando na piscina.....	84
Figura 18 – Crianças nos brinquedos de parque.....	87
Figura 19 – Momento de descontração.....	88
Figura 20 – Brincadeira Simbólica.....	110
Figura 21 – Brinquedo Cantado.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Artigos do Boletim Interno dedicados à Educação Física no ano de 1947.....	31
Tabela 2 – Artigos do Boletim Interno dedicados à Educação Física no ano de 1953.....	32
Tabela 3 – Movimento do Boletim de 1951.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Jogos que ajudam a desenvolver os hábitos da boa postura.....	92
Quadro 2 – Aula “O gato e os ratinhos”.....	93
Quadro 3 – Centro de Interesse “Festas Juninas”.....	96
Quadro 4 – Jogos Sensoriais.....	107

APRESENTAÇÃO

O corpo é a imagem da identidade histórica de cada indivíduo, educado no decorrer da vida pela dinâmica estabelecida com a realidade que o circunda, desde as relações que estabelece com outros indivíduos, como também com o meio ambiente em que vive. O corpo não se limita à aparência física; ele expressa a existência, os sentimentos, as emoções, as relações sociais, enfim, expressa a vida. Em cada lugar e em cada época, é exigido o ajuste do corpo a cada situação, impondo-lhe compromissos, limites e permissões, revelando o retrato de uma sociedade.

A instituição escolar pública é um dos meios de sistematizar a educação corporal da população. Acontecimentos histórico-sociais e culturais influenciam a maneira como tal educação se torna presente na escola.

A escola transmite formas culturais que a criança assimila e utiliza nas suas ações enquanto membro ativo da sociedade. A criação cultural varia numa dimensão histórico-social, pois os conhecimentos e valores úteis de uma época podem não ser os mesmos em outra e cada sociedade elege normas e códigos adequados para o corpo. Alerta-nos Faria Filho (1997, p. 52) que, “assim como a escola escolarizou conhecimentos e práticas sociais, buscou também se apropriar de diversas formas do corpo e constituir uma corporeidade que lhe fosse mais adequada”. É importante salientar que atividades educativas dessa natureza não são, de forma alguma, as únicas presentes na sociedade.

O interesse pela educação corporal das crianças nas instituições públicas se deu porque sou professora de Educação Física e ela, como parte integrante da educação, tem uma função social importante numa sociedade capitalista marcada pela heterogeneidade racial e social. Sou também pedagoga e, desde 1997, faço parte da equipe de gestão de escola de Educação Infantil Pública. No meu percurso profissional, na maioria das vezes, deparei-me com propostas pedagógicas para crianças de 3 a 6 anos de idade que pouco contemplam o movimento e o componente lúdico. Atualmente, em muitas escolas de educação pré-escolar, a Educação Física ocupa lugar secundário; quando se apresenta em destaque na proposta político-pedagógica, privilegia a atenção ao ser *aluno*, distanciando-se do ser *criança*.

A educação do corpo raramente é encarada pela equipe escolar e pela comunidade como uma forma de aprendizagem e de formação humana. A meu ver, a Educação Física é essencial para as crianças nessa faixa etária. Ela fornece o suporte que ajuda a criança a adquirir conhecimento do mundo que a rodeia, através do seu corpo, de suas percepções e sensações.

Desse modo, o interesse em entender o papel que a Educação Física cumpre neste

momento histórico de nossa sociedade, com relação às crianças, levou-me à reflexão sobre a sua trajetória histórica. Uma trajetória que não evolui linearmente e também não pode justificar o presente, mas que oferece indicadores que contribuem para a compreensão do papel histórico-social da Educação Física, aplicada ao desenvolvimento das crianças de 3 a 6 anos de idade. Portanto, fui em busca de estudos na área da História da Educação, a fim de conferir as possibilidades de reinterpretar a especificidade dessa prática num determinado contexto histórico.

A idéia inicial era de problematizar historicamente a presença da Educação Física nas instituições públicas de atendimento às crianças de 3 a 6 anos de idade, procurando esclarecimento sobre as mais variadas formas que a atividade física foi assumindo na sociedade moderna industrial brasileira. Entretanto, ao me aprofundar nos estudos da teoria e metodologia de pesquisa em História e História da Educação, compreendi que seria difícil rastrear a relação entre a Educação Física e a criança num período histórico tão longo, em contextos tão desiguais.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que estava procurando uma instituição educacional pública e um recorte temporal que pudesse abarcar toda minha inquietação a respeito do assunto, foi-me apresentada uma fonte primária, até então pouco explorada: o *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* do Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Cultura da cidade de São Paulo, publicado mensalmente no período de 1947 a 1957.

O Boletim Interno era um meio de divulgação e orientação pedagógica destinado aos profissionais dos Parques e Recantos Infantis, dos Centros de Educação Familiar e dos Centros de Jovens e de Moças da cidade de São Paulo. Esse documento de trabalho servia para a formação dos educadores, orientando-os para as tendências educacionais da época e trazendo idéias para práticas diversas. Dentre os artigos apresentados no Boletim Interno, vários eram referentes a Educação Física, educação sanitária, educação musical, proposta de material didático, relatórios, notícias diversas, etc.

Os Parques Infantis atendiam, no período diurno, crianças de 3 a 12 anos, em sua maioria filhos de operários. Naquela época, a Educação Física era um dos elementos que conferia identidade ao Parque Infantil, visto que seu objetivo era educar e assistir as crianças por meio da recreação.

Entende-se que, para construir uma proposta educacional envolvendo criança, educador e família, seus organizadores precisavam ter uma leitura da realidade, da qual se poderia aferir possibilidades e necessidades para nortear as ações a serem desenvolvidas com as crianças.

Assim, o *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* fornece-nos indicativos para se compreender como se interpretava a infância e como se dava a proposta de Educação Física para as crianças nos Parques Infantis.

No entanto, deve-se considerar que a realidade dessas instituições não se apresentava com a mesma propriedade da qual se revestia a diretriz apresentada no *Boletim Interno*. Este registro, de acordo com Kuhlmann Jr. (2005),

[...] é uma publicação que tem uma função de *imprensa organizadora*, no estilo de instrumentos semelhantes, em outras áreas. Pensemos, por exemplo, nas *ordens do dia* divulgadas nos exércitos, ou na imprensa dos partidos políticos e sindicatos, destinadas a orientar as ações dos filiados. No caso do *Boletim Informativo*, pode-se supor que ele propõe uma identidade para o Parque Infantil, que nos dá informações importantes para compreender o cotidiano da rede e das instituições. Mas não podemos perder de vista que essa identidade e esse retrato da vida institucional traz uma configuração posta pela Divisão Técnica que não se confunde com a realidade mesma das instituições.

Ao entrar em contato com esse documento, percebi que se tratava de uma fonte primária riquíssima, pois a proposta educacional pensada para os Parques Infantis era baseada em atividades lúdicas e fundamentada na perspectiva de vivências significativas para as crianças e, assim, a Educação Física possuía uma posição de relevância nessas instituições.

Com isso, considereí significativa a possibilidade de manter o horizonte da minha idéia inicial, que era o questionamento da Educação Física das crianças de 3 a 6 anos de idade, em instituições públicas. Além disso, lembrando a afirmação de Eric Hobsbawm (1998) sobre a seriedade da escrita da história, a pesquisa se daria com uma maior credibilidade por se tratar do estudo de uma determinada instituição, em um determinado tempo histórico, propiciando análises mais coerentes e consistentes, de forma a ter uma visão mais ampla e profunda da área, procurando interpretar as tendências que naquele período tornaram a Educação Física possível e importante nos Parques Infantis da cidade de São Paulo.

A análise crítica da Educação Física como parte da cultura incorporada pelo Parque Infantil envolve tanto as influências externas como aquelas internas à instituição, uma vez que a escola e a sociedade não podem ser pensadas como instâncias independentes, ampliando as possibilidades de estudo.

O período temporal, de 1947 a 1957, foi extremamente importante na minha decisão em me apropriar do *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* como principal fonte primária, devido à mudança no modelo social com referência ao corpo no imediato pós-Guerra. Com a Guerra Fria, o discurso capitalista procurava harmonizar as diferenças, buscando uma melhor qualidade de vida, e também tentava mostrar que era

possível a mobilidade social através da educação.

Esse período foi de grande estimulação no mercado industrial em todo o Brasil, pois as importações foram drasticamente reduzidas devido à II Guerra Mundial. Nesse cenário, a cidade de São Paulo se torna o maior mercado consumidor do país, devido à dimensão de sua população, de sua renda e do seu acentuado grau de urbanização.

Palco de transformações e de esperança, livre do Estado Novo, o país acreditava que a emancipação no plano da indústria, podendo ser comparada à dos países desenvolvidos, promoveria a prosperidade social e a educação, incluindo a Educação Física, e levaria à estabilização social.

Outro fator relevante, com relação à escolha do período, é que já existem muitos estudos sobre os Parques Infantis na década de 1930. Também a historiografia da Educação Física no início do século XX e no Estado Novo é sobejamente conhecida, com vários trabalhos publicados sobre este período. Por outro lado, são poucos os estudos com relação aos Parques Infantis e à especificidade da Educação Física, principalmente no que se refere à criança de 3 a 6 anos de idade, na fase do pós-Guerra.

Torna-se importante explicar que os Parques Infantis recebiam crianças na faixa etária de 3 a 12 anos de idade no período diurno, entretanto, neste estudo serão focalizadas as crianças de 3 a 6 anos de idade.

A institucionalização do Parque Infantil se deu na década de 1930 e fazia parte de um amplo projeto de reforma social da cidade de São Paulo, influenciado pelo escolanovismo. Atendia às crianças na faixa etária de 3 a 12 anos de idade, em período contrário ao do ensino regular e em período integral àquelas crianças que ainda não estudavam na escola primária. Construído próximo às indústrias, grande parte dos frequentadores era de filhos de operários.

No período de 1947 a 1957 o cerne da proposta educacional dos Parques Infantis permaneceu o mesmo, isto é, prioridade nas atividades de recreação como ação na intenção de educar e assistir às crianças da classe operária, sendo elas imigrantes, migrantes nordestinos e também paulistanos.

De acordo com a análise do Boletim Interno, a proposta educacional para as crianças era voltada para a educação integral através da recreação. Privilegiavam-se as atividades lúdicas que agradassem às crianças para alcançar o objetivo desejado que era a homogeneização cultural, uma vez que as mesmas procediam de famílias de diferentes culturas.

Assim, segundo entendimento da municipalidade, a Educação Física se fazia necessária para coordenar as ações corporais das crianças, bem como criar hábitos de cuidado com o corpo e também para organização das idéias e atitudes, de acordo com os padrões necessários

ao bem estar da criança e da sociedade pretendidos na época.

O conceito de *Educação Física*, no período estudado (1947 a 1957), possuía um sentido amplo que propugnava a idéia de atividades físicas recreativas diversas, com conteúdo de fundo moral, cívico e médico-higienista, que tinha como objetivo promover a saúde de forma articulada com a idéia de educação integral da criança.

Uma abordagem histórica da Educação Física contribuiu para o desvendamento da organização da sociedade com seus esquemas de funcionamento. Pelo fato de os Parques Infantis estarem localizados preferencialmente em bairros operários, seria a função da Educação Física adequar essa criança à sociedade capitalista e discipliná-la para o trabalho? Ou a Educação Física pensada para a criança, num ambiente organizado e lúdico, lhe daria melhores condições de se apropriar do mundo e não apenas se alienar dele?

A cultura infantil é repleta de movimentos e fantasia e uma das formas como a criança desenvolve sua autonomia é através das diversas possibilidades da ação corporal consciente.

As atividades corporais mobilizam simultaneamente a motricidade, a inteligência e a afetividade. Assim, as crianças demonstram, através dos movimentos, suas possibilidades motoras em diferentes situações vividas e constroem as estruturas fundamentais do seu pensamento abstrato. É através de jogos, brincadeiras e dramatizações que se amplia as possibilidades de um aprendizado mais significativo, uma vez que os movimentos possibilitam vivências corporais diversas, nas quais os recursos simbólicos estão sempre presentes. Dessa forma, a criança compreende e se relaciona melhor com o mundo em que vive.

Para João Batista Freire, o jogo é um meio de desenvolvimento do esquema corporal e intelectual, sem necessitar da imposição de uma linguagem corporal estranha à criança. Salienta Freire (1989, p. 31) que

a inteligência não é um elemento exclusivamente racional, pois antes que surjam no indivíduo as primeiras representações mentais, já se manifesta nele um nível elevado de *inteligência corporal*, que prossegue mesmo após estruturar-se o pensamento.

Defende, portanto, o autor que as experiências corporais são extremamente significativas para as crianças, considerando as atividades corporais um elo entre as representações mentais e o mundo concreto.

O corpo é o local onde se acumulam diversas histórias individuais e sociais originadas da intersecção da natureza e da cultura. A combinação entre os padrões de civilização, os desejos e as necessidades pessoais, nem sempre é harmoniosa, mas no decorrer do tempo ela vai agindo e lentamente transformando o corpo.

Esta pesquisa se preocupa com as tendências educativas que armazenam marcas nos corpos das crianças de 3 a 6 anos de idade, pois desde a infância, ou melhor, sobretudo nela, incide-se uma educação que privilegia a organização corporal dentro de uma normalidade utilitária. Considera-se a criança não somente como reprodutora da cultura, isto é, um adulto em espera, mas também um ser que participa das relações sociais. Segundo Kuhlmann Jr. (2001, p. 31),

As crianças buscam essa participação, apropriam-se de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas, de seu desenvolvimento.

Ficou constatado por este estudo que a educação não se referia apenas ao físico da criança, mas também aos seus aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Ao chegar aos Parques Infantis, a criança já vinha com um conhecimento corporal próprio, reconhecido pela instituição, que era ampliado ou modificado através da Educação Física. Para as crianças de 3 a 6 anos de idade, a linguagem lúdica facilitava a introdução de hábitos de higiene, conhecimento cívico e moral. Daí levantam-se as seguintes hipóteses:

1. Em que medida a Educação Física contribuiu para o alcance dos objetivos propostos na educação integral dos Parques Infantis?
2. Que significado tinha a Educação Física para as crianças que participavam da proposta pedagógica dos Parques Infantis?
3. Havia uma correlação entre as correntes de Educação Física da época e aquela proposta nos Parques Infantis?

Para um melhor entendimento da discussão que terá lugar aqui, o Capítulo I – *As fontes: suas especificidades e suas possibilidades* - trata do levantamento das fontes úteis para contar esta história, dando ênfase ao conhecimento e à produção do Boletim Interno, sem negar a importância de utilização de outros tipos de fonte para dialogar com o referencial documental deste estudo. Aponta também a teoria e o método de abordagem dos documentos.

O Capítulo II – *Parque Infantil: Parte do Projeto Político Pedagógico da cidade de São Paulo* - inicialmente descreve um breve histórico dos Parques Infantis desde a sua criação até o período a ser aprofundado; esse período aponta o reordenamento político, que era voltado a uma modernização do sistema econômico do país, o qual incluía o atendimento aos filhos de operários no período contrário ao do ensino regular, afastando-os da rua.

Pontuam-se também as influências político-sociais que conferiram sentido à Educação Física aplicada nos Parques no período de 1947 a 1957. Valorizou-se o corpo sadio com acompanhamento médico e orientações sanitárias para aquisição de hábitos de higiene e

condutas morais. Aponta-se a influência da Educação Física na articulação pedagógica da educação integral no sentido do desenvolvimento das potencialidades das crianças.

O Capítulo III – *A Proposta da Educação Física nos Parques Infantis* – baseado no Boletim Interno, procura-se apresentar, de forma crítica, a proposta de Educação Física aplicada às crianças de 3 a 6 anos de idade. Discorre sobre as tendências da Educação Física brasileira nas décadas de 1940 e 1950, que apresentam a influência da Escola Nova, a qual proclama uma reformulação dos métodos, privilegiando os exercícios corporais e recreação organizada, de forma a assistir o ser humano plenamente.

Analisa a ambigüidade das propostas, que, por um lado, apresentam o caráter disciplinador do corpo e, por outro, respondem às aspirações corporais próprias das crianças.

As crianças realizavam práticas corporais lúdicas orientadas pelas educadoras e em outros momentos também de forma livre. Apesar de não ser obrigatória a utilização de um método específico de Educação Física, as análises apontam uma proximidade com a concepção *bio-psico-sociológica*, que era a tendência da época.

Desde o início da pesquisa, faço parte do Projeto *Temas e Fontes na História da Educação das Crianças*, coordenado pelo Professor Dr. Moysés Kuhlmann Jr., no subprojeto que estuda o *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Cultura da cidade de São Paulo (1947-1957)*.

Por meio do intercâmbio com a Fundação Carlos Chagas (SP), a qual desenvolve o projeto *Fontes e Tendências Historiográficas na História da Educação Infantil*, com auxílio à pesquisa concedido pela FAPESP (projeto 05/05134-9) e também coordenado pelo Professor Dr. Moysés Kuhlmann Jr., colocou-se o Boletim Interno à disposição da equipe de pesquisa do subprojeto. Também foi elaborada uma estrutura da Base de Dados por meio do *software* livre WINISIS para registro de informações sobre o documento.

O referido subprojeto tem como objetivo, além de produzir uma Base de Dados referencial do *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* com informações sobre a sua organização e a sua estruturação em todo o período de sua publicação, analisar alguns aspectos da história do Parque Infantil paulistano.

Essa sistematização pretende contribuir com a melhoria do acesso e conservação de fontes, tarefa fundamental, mas pouco valorizada no Brasil. Somente quem se aventura na pesquisa histórica pode comprovar este fato. Poucos são os projetos de preservação da memória dos materiais relativos à vida e às práticas escolares por parte do Poder Público.

Participam ainda dessa pesquisa, atualmente, três alunos da iniciação científica da Universidade São Francisco, que se ocupam da elaboração das fichas da Base de Dados,

fichas essas revisadas pelo coordenador e por mim.

O modelo da ficha utilizada contém os seguintes dados a respeito dos artigos publicados no Boletim: seção, autor, informação do autor, título, número, página, mês, ano, tipo de artigo, descritores, resumo, resumo analítico e notas. A equipe se reúne desde 2005 para discutir aperfeiçoamentos nas fichas e adequações nos seus dados. Além disso, também estuda textos referentes à pesquisa da História e História da Educação.

O aplicativo da Base de Dados referencial permite a intersecção dos dados catalogados citados acima, facilitando a pesquisa desejada. Como exemplo, podemos procurar os artigos que apresentam como descritor o termo *educação física*, no mês de junho, no ano de 1953, ou também quantas vezes encontramos o termo *educação física* nos descritores dos artigos apresentados na Seção Higiene Mental. E assim outros cruzamentos podem ser feitos para otimizar a pesquisa.

Os três alunos citados acima, além de participarem da produção da Base de Dados referencial, estudam aspectos da publicação, tais como: *Meios e Materiais da Programação dos Parques Infantis*¹, *Os Temas da Programação dos Parques Infantis*² e *Educação Moral e Higiênica nos Parques e Recantos Infantis*³. Todos abordam os Parques Infantis no período de 1947 a 1957. Essa pesquisa já resultou em uma dissertação de Mestrado: *A Gênese da Educação Especial: a contribuição dos Parques Infantis da cidade de São Paulo – 1947 a 1957*, defendida em Fevereiro de 2006 por Daniela Filócomo.

¹ Tema desenvolvido por Juliana Santana da Silva.

² Tema desenvolvido por Silvana Alves da Silva.

³ Tema desenvolvido por Diego Vinícius da Silva.

1. AS FONTES: SUAS ESPECIFICIDADES E SUAS POSSIBILIDADES

Nas últimas décadas, os estudos a respeito da prática historiográfica têm-se renovado no campo teórico, na temática e em sua metodologia, ampliando e diversificando os objetivos de pesquisa e as possibilidades de enfoques a privilegiar. Um dos caminhos valorizados, e o que interessa nesta pesquisa, é a investigação histórica voltada para o sujeito enquanto ser social, planejador das suas ações, fazendo assim parte da produção do conhecimento histórico. Dessa forma, o referencial teórico que irá contribuir com esta pesquisa será aquele que considera os sujeitos construtores e conscientes das linguagens, das idéias e das atividades e capazes de exercerem transformações na sociedade humana.

Por se tratar de uma pesquisa que se volta para uma determinada instituição, ela permite perceber a riqueza e a variedade da Educação Física pensada para as crianças de 3 a 6 anos de idade, no período estudado.

No campo da metodologia, a interdisciplinaridade entre as diversas Ciências Humanas trouxe contribuições importantes, embora isto tenha obrigado os historiadores a se preocuparem ainda mais com a especificidade da própria disciplina.

Eric Hobsbawm (1998, 90) alerta-nos para o fato de que as construções teóricas da Sociologia ou da Antropologia Social obtiveram seu maior êxito pela “exclusão da história”, isto é, o enfoque naquilo que as diferentes sociedades têm em comum, ao passo que o objetivo do historiador está naquilo que as sociedades não têm em comum. Para explicar melhor ele cita o seguinte exemplo:

[...] não se trata de observar a necessidade permanente de todas as sociedades humanas se abastecerem de comida pelo crescimento ou, de outro modo, pela sua aquisição, mas o que acontece quando essa função, após ser predominantemente cumprida (desde a revolução do neolítico) pela classe dos camponeses que constituíam a maioria de suas sociedades, passa a ser desempenhada por pequenos grupos de outros tipos de produtores agrícolas e pode vir a ser desempenhada de forma não agrícola.

Quanto à temática, os estudos da criança e do corpo, objetos desta pesquisa, são apontados como alguns dos temas privilegiados pelos historiadores nesse processo de renovação (LUCA, 2005, p.113).

Este trabalho pretende mostrar uma história vivenciada pelos sujeitos dentro de um determinado contexto e num tempo cronológico específico, analisando o aspecto social, suas diretrizes e conseqüências. A partir desta perspectiva, acompanham as reflexões e proposições metodológicas os historiadores Eric Hobsbawm e Edward Paul Thompson.

Ao iniciar os estudos, tive contato com o *Boletim Interno da Divisão de Educação*,

Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Cultura da cidade de São Paulo, publicado mensalmente no período de 1947 a 1957, que se encontra atualmente na Biblioteca Ana Maria Poppovic da Fundação Carlos Chagas (SP). Esse documento era de grande importância tanto para a formação teórica e prática dos profissionais dos Parques Infantis da cidade de São Paulo como para divulgação das propostas educacionais pensadas para essas *Unidades Educativo-Assistenciais*. Ressalta-se que o único período que não se encontra na Fundação Carlos Chagas, que é o de janeiro a abril de 1949, foi encontrado na Memória Técnica Documental da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

O Boletim era organizado, elaborado e distribuído pela Divisão de Educação Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal de São Paulo, a qual possuía membros que muitas vezes acumulavam funções de educadores, diretores, médicos, entre outras atribuições, dentro dos Parques Infantis. Os artigos publicados, na maioria das vezes, constituíam uma colaboração dos próprios educadores dos Parques Infantis, sendo que algumas vezes eram transcrições de revistas e jornais da época, resenhas de livros e relatório de participação em cursos, ou algo similar, pelos profissionais dos Parques. Contribuíam também com os artigos divulgados no Boletim, em escala bem reduzida, os estudiosos das tendências educacionais da época.

O Decreto-Lei n. 430, de 08 de julho de 1947, que reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura de São Paulo, desdobra em 1947 a Secretaria de Cultura e Higiene em Secretaria de Higiene e Secretaria de Educação e Cultura, sendo esta última responsável pelo Departamento de Educação, Assistência e Recreio, a que, entre outras funções, competia assistir e recrear as crianças da cidade de São Paulo. Uma das unidades deste Departamento era o Conselho Técnico-Consultivo (ANEXO 1).

Segundo o Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio (1946 a 1948), o Conselho Técnico-Consultivo de 1947 da Divisão de Educação, Assistência e Recreio era responsável pelo planejamento das ações a serem desenvolvidas nos Parques Infantis e também pela formação dos seus profissionais. O Conselho Técnico-Consultivo

[...] é o órgão incumbido de adquirir e assimilar todos os conhecimentos imprescindíveis à orientação científica das atividades da Divisão de Educação, Assistência e Recreio e solução de seus problemas. Constituindo-se em elo entre as partes diretivas e as Unidades Educativo-Assistenciais contribui para o constante progresso de seu pessoal especializado e para o entrosamento e uniformização das técnicas.

Os seus membros eram todos designados pelo chefe da Divisão de Educação Assistência e Recreio e nomeados pelo secretário. Mesmo assim, o relatório citado acima

ressalta que a criação do Conselho demonstra uma característica *democrática e progressista dessa Instituição*.

No que diz respeito à composição do mesmo, o Conselho procurava ser representativo em todas as áreas, sendo: Assistência Geral, de Educação Geral, de Medicina, de Educação Sanitária, de Educação Física Infantil, de Recreação, de Nutrição, de Psicologia, de Música, de Educação Física para Rapazes, de Assistência aos Rapazes, de Atividades Artísticas, de Educação Física para Moças e de Psiquiatria, cujos representantes tinham a responsabilidade de planejar, acompanhar e decidir a respeito dos Parques Infantis. Entretanto, seus membros eram indicados pelo chefe da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, e não escolhidos entre seus pares, o que nos faz pensar que poderiam ser manipulados pelos superiores. Também não contemplava a autonomia das Unidades Sócio-Educativas, pois o que se decidia no Conselho deveria ser seguido por todas as unidades.

De acordo com o Boletim Interno de março de 1947 (não consta autor – 1947, pp. 32-35) o Conselho Técnico-Consultivo da Divisão de Educação, Assistência e Recreio foi instalado a 1º de fevereiro de 1947, em sessão solene que contou com a presença do “Exmo. Snr. Dr. Abrahão Ribeiro, M.D. Prefeito da Capital, do Dr. Proença de Gouveia, Secretário de Cultura e Higiene, Dr. Francisco Pati, Diretor do Departamento de Cultura e Dr. João de Deus Bueno Reis, Chefe da Divisão de Educação, Assistência e Recreio.”

O Conselho era presidido pelo chefe da Divisão e tinha como membros naturais o chefe da Secção Técnica Educacional e o chefe da Secção Técnica Assistencial.

Conforme o Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio (1946 a 1948), nas suas reuniões ordinárias ou extraordinárias deste Conselho, discutia-se a respeito da organização do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, sobre as atividades desenvolvidas nos Parques e também se planejavam novas propostas com relação à educação infantil e à educação dos adolescentes. Abordava-se também a construção dos novos Parques Infantis e suas reformas. Discutia-se ainda sobre reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura. Organizavam desde calendário escolar, os horários de trabalho, distribuição das atividades nos Parques Infantis, até a reposição de materiais danificados. Além disso, discutiam-se assuntos gerais tais como: falta de funcionário, regulamento das festas, matrículas gerais, ocorrências a respeito de funcionários e das crianças. Estudavam, também, a reestruturação do Departamento de Educação, Assistência e Recreio.

Pela análise do *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* de 1947 a 1957, os membros do Conselho Técnico-Consultivo do ano de 1947 permanecem, em sua maioria, os mesmos até o ano de 1957.

Nota-se, também, que os Conselheiros tinham uma colaboração efetiva na elaboração do Boletim Interno Mensal, apresentando novas propostas de atividades e embasamento teórico com relação à educação e à assistência, norteando a proposta educacional dos Parques Infantis.

Uma das conselheiras que acumulava funções, Geloira de Campos, a qual tinha a função de Conselheira de Educação Física Infantil e também de Instrutora do Parque Infantil, muito contribuiu para os programas, especificamente em relação à Educação Física Infantil, de 1947 a 1957.

Como já foi citado, não somente os conselheiros forneciam textos para o Boletim Interno, mas também os educadores dos Parques Infantis das mais diversas especialidades, tais como: educadora recreacionista, professor de Educação Física, educadora musical, educadora social psiquiátrica, educadora jardineira, educadora sanitária, entre outros.

Portanto, o Boletim Interno, apesar de ser um documento produzido com finalidades específicas, pode dar indícios de como se dava a Educação Física para crianças nos Parques Infantis, naquele período. Além disso, é uma fonte pouco explorada até o momento. Assim, esse documento foi eleito como a principal fonte primária deste trabalho.

O *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* tinha como objetivo principal promover uma diretriz educacional aos trabalhos desenvolvidos nas Unidades Educativo-Assistenciais, subordinadas à Divisão de Assistência, Educação e Recreio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as quais estavam dispersas por vários bairros da cidade de São Paulo.

Em 1947 e 1948, houve uma grande expansão na construção dos Parques Infantis. É possível supor que as propostas apresentadas nos Boletins eram estratégias de adequação de normas pretendidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo. De acordo com o Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio (1946 a 1948), criou-se a carreira de educador com várias especialidades e portanto deve-se também considerar que os novos cargos criados nessa época enriqueceram a diversidade de conhecimento educacional, possibilitando um trabalho mais voltado para a sistematização das diretrizes relativas às teorias e práticas a serem ali aplicadas pelos inúmeros profissionais ingressantes nos novos parques. Os Boletins serviam não só para indicar essas práticas e teorias desenvolvidas nos Parques, como também para divulgar esses locais.

Na abordagem do *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Paulo, procurei suporte em alguns estudos sobre periódicos na área educacional (Luca, 2005; Catani, 1989 e Dias, 2001). Mesmo

apresentando características diferentes dessas publicações mais estruturadas, entre elas e este trabalho existe uma correlação a respeito da sua organização, elaboração e circulação.

A investigação deste documento dá informações importantes sobre as ideologias e os valores que permeavam a questão da Educação Física para as crianças, permitindo conhecer a importância dada às práticas corporais naquela época em que o material foi produzido. Enquanto documento memória, dá ensejo à visualização tanto de uma identidade para as atividades ali desenvolvidas, como também do pensamento das pessoas que o organizaram e, mesmo que por via indireta, daqueles que as aplicaram, das crianças que freqüentaram os Parques Infantis e de suas famílias.

Foram analisados, em sua totalidade, os Boletins Internos dos seguintes anos: 1947, 1948, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956 e 1957. O Boletim Interno de 1949 foi estudado apenas em parte. Portanto, numa produção total de 132 Boletins mensais referentes ao período de pesquisa, pude fazer um estudo mais profundo em 128 deles.

Ao manusear a fonte principal, foi necessário localizar, reunir, classificar os assuntos relativos ao estudo. Foram priorizadas as pesquisas envolvendo questões ligadas à Educação Infantil e à Educação Física; entretanto, outros assuntos também foram destacados visto que existia na época uma relação intrínseca entre a Educação Física, o discurso médico-higienista e a Psicologia. O título, às vezes, anunciava um assunto não pertinente à pesquisa; contudo, no conteúdo do texto, poderíamos encontrar assuntos interessantes, fato que nos levou a uma análise mais geral. Através dessa análise possibilitou-se o conhecimento um pouco mais profundo não só a respeito da Educação Física, mas também da educação como um todo.

Lembra-nos Robert Darnton (1986, p. XV) que, “analisando o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranhos”. A partir desse pressuposto, na medida em que foram analisados os documentos, procurou-se não o óbvio, mas o que estava dito nas entrelinhas, o que estava escondido e abafado, isto é, foi necessário ir além da escrita propriamente dita. Procurou-se entender de que maneira se pensava a Educação Física nos Parques Infantis. É extremamente importante a observação criteriosa para a revelação das questões a serem estudadas. Para tanto, os documentos foram estudados na série cronológica para que a continuidade propiciasse um entendimento mais lógico.

A construção da história encontra-se no documento, no próprio diálogo com a fonte. Porém, a confiança ilimitada nele conduz-nos a uma conclusão enganosa. Portanto, ao questionar a fonte, procurou-se estar preparada para receber respostas diferentes daquelas pressupostas.

Segundo Luca (2005, 132) “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as

condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”. Sendo assim, a materialidade do impresso a ser pesquisado possui também importância, pois nos leva a questionar *as funções sociais desses impressos*.

A distribuição do *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* iniciou-se em janeiro de 1947 e se prolongou até dezembro de 1957. Nesse período, em sua maioria, foram confeccionados nos mesmos moldes. Foram produzidos de forma semi-artesanal, mimeografados em papel oficial da Prefeitura Municipal de São Paulo, no tamanho 30 x 21 cm.

Para melhorar a qualidade da orientação, algumas danças, dramatizações e brincadeiras eram apresentadas também em forma de desenho e diagramas; muitas músicas eram acompanhadas de suas partituras.

Como exemplo, temos duas fotografias que apresentam orientações para as seguintes atividades práticas: dramatização desenvolvida no Centro de Interesse *A primavera* acompanhada de figuras e a dança *Marcha dos Marinheiros*, explicada passo a passo, juntamente com os respectivos diagramas, com o objetivo de facilitar o entendimento das atividades propostas.

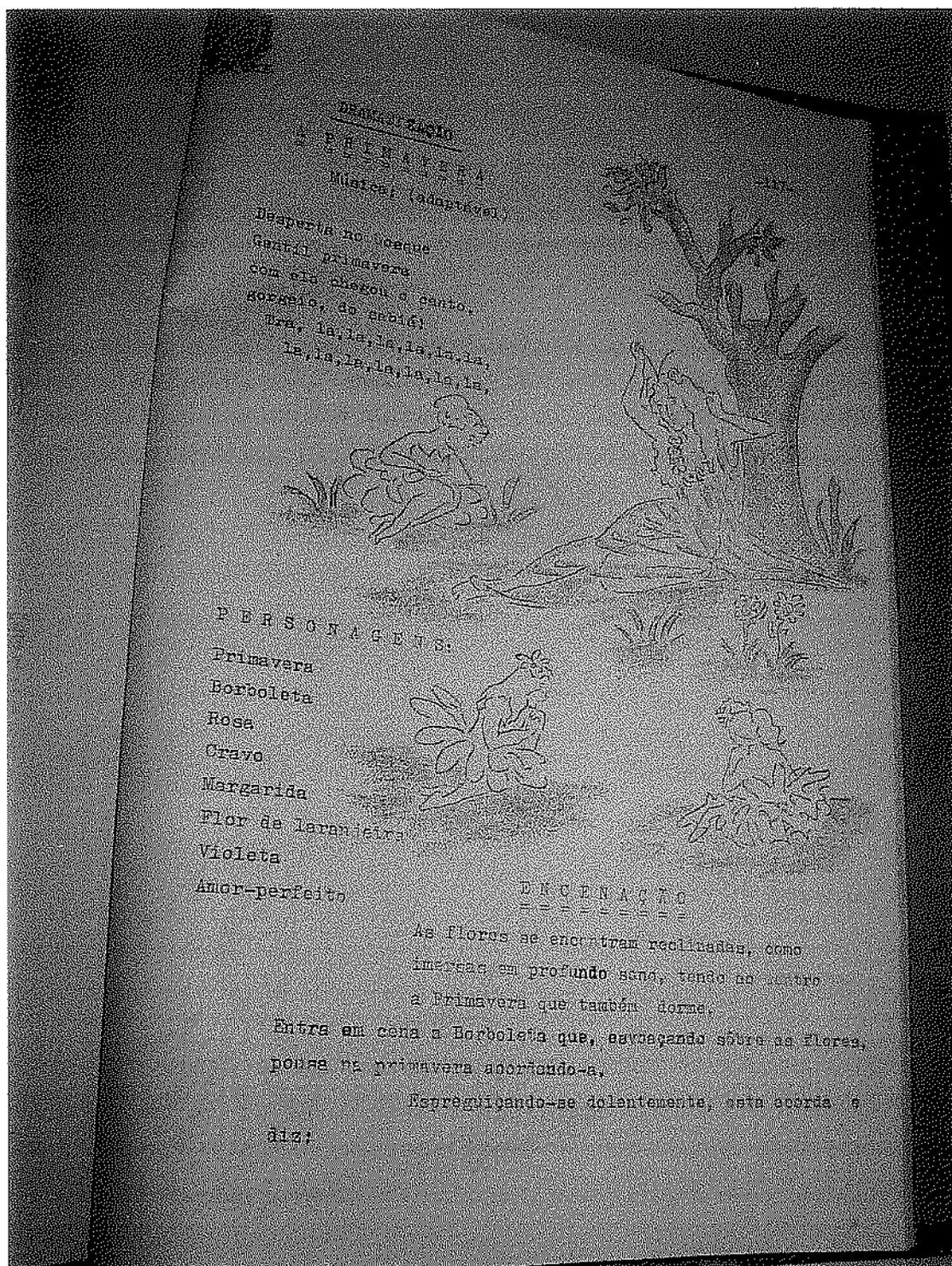


Figura 1 – Proposta de atividade ilustrada com figuras – Dramatização: A Primavera. Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, São Paulo, v. XI, nº 08 e 09, p. 117, agosto e setembro de 1957. Fotografia - Silvana Micaroni.

O Boletim Interno era publicado mensalmente, sendo que na primeira página de cada mês vinham os títulos das publicações com suas respectivas paginações. Nessa página, em sua maioria, era identificado, com letra grifada e maiúscula, o nome do órgão responsável pela sua produção e divulgação, acompanhado do nome do Departamento e da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Do lado esquerdo dessa primeira página, com letra maiúscula e números romanos, identificava-se o ano de publicação; ao centro, também com letra maiúscula, identificava-se o mês e ano a que se referia o Boletim e do lado direito, o número do Boletim seguindo a seqüência do ano.

Logo abaixo havia o sumário do mês dividido em itens, em letra maiúscula grifada. Em cada item, o título do artigo vinha entre aspas, seguido, na maioria das vezes, do nome da autora e sua função na Unidade Sócio-Educativa.

Os artigos publicados eram referentes a várias áreas e inseridos nas diversas seções temáticas, tais como: Diversos, Educação, Educação Física, Recreação, Educação Musical e Artística, Centro de Interesse, Material Didático, Plantão Médico, Biblioteca Especializada, Calendários, Instruções, Avisos, Apelos, Noticiário, Higiene e Educação Sanitária, Higiene Mental, etc.

A seguir, apresentam-se fotografias do sumário do Boletim Interno dos seguintes anos: 1947, 1949 e 1957. Apenas os números referentes aos meses de janeiro e fevereiro do ano de 1947 ainda não eram sistematizados, pois a partir de março de 1947 já constam o ano e o número do documento. Notam-se poucas variações na forma de apresentação do Boletim Interno durante o período de sua publicação.

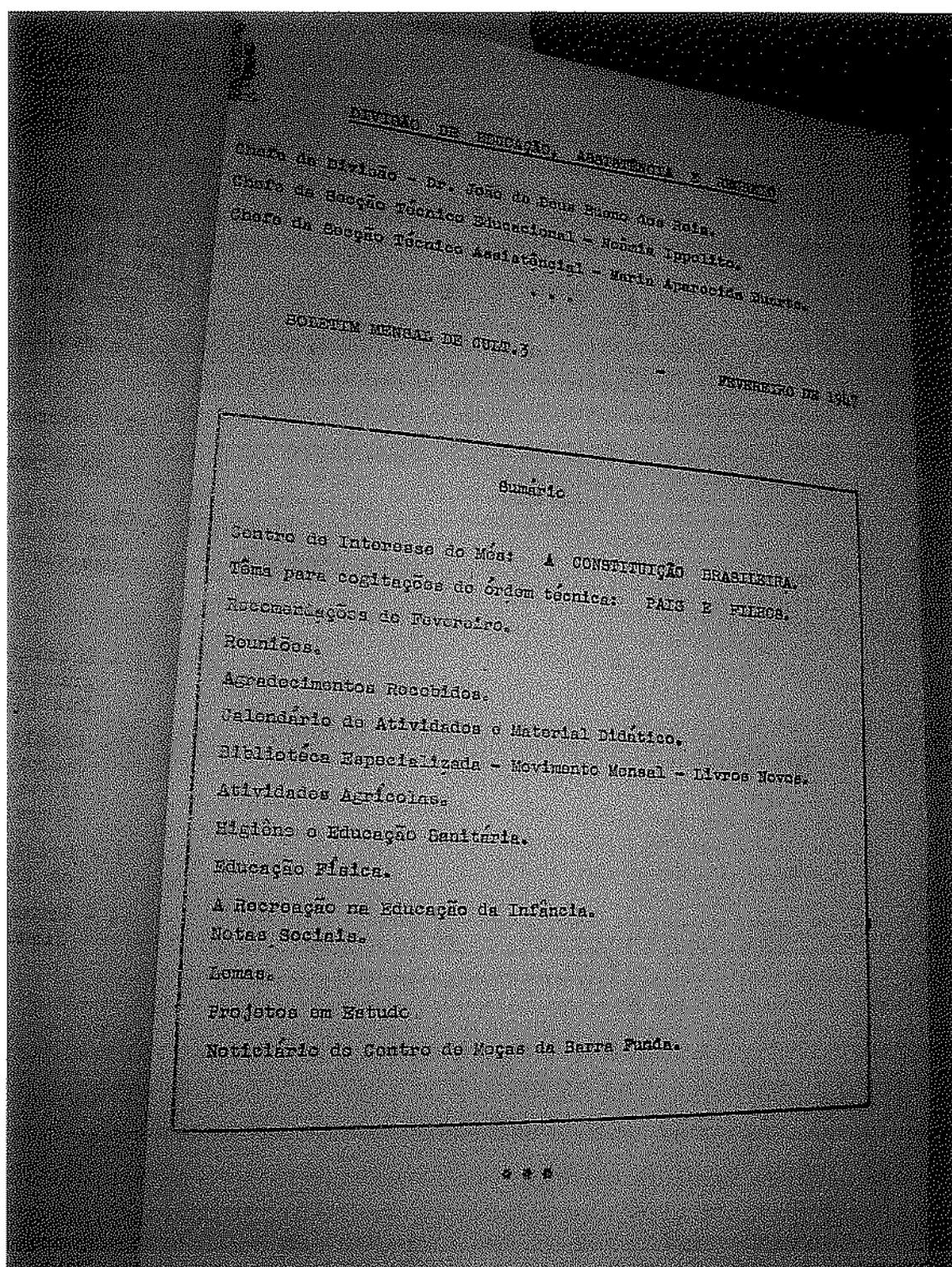


Figura 3 – Sumário do Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio do Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal de São Paulo – Fevereiro de 1947. Fotografia - Silvana Micaroni.

BOLETIM INTERNO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

M. 10 DE 1949 NÚMERO 5

CHEFE DA DIVISÃO: DR. JOÃO DE DEUS BUENO DOS REIS
 CHEFE DA SEÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL: NOMELO IPPOLITO
 RESPONSAVEL PELA SEÇÃO TÉCNICO-ASSISTENCIAL: GELOIRA DE CAMPOS

S U M Á R I O	PÁGS.
EDUCAÇÃO	
"Educação Musical" - por Dr. João de Deus Bueno dos Reis - Médico - Chefe da Divisão de Educação, Assistência e Recreio	149
EDUCAÇÃO FÍSICA	
"Os Jogos e os Centros de Interesse" - por Ruth Ann da Carvalho e Ida Jordão Kuester, respectivamente Conselheiras de Atividades Artísticas e de Recreação	154
EDUCAÇÃO MUSICAL E ARTÍSTICA	
"Música faz parte da Educação Infantil" - por Graça de Miranda, Educadora Musical do Parque Infantil e Centro de Moças da Barra Funda	169
REVISTA DIDÁTICA	
"Dia Panamericano" - por Bertha B. Coelho de Faria, Secretária do Parque Infantil Lins de Vasconcelos	160
"Uma Sereia?" - por Dulce Carneiro	162
"Luzinha" - Por Heli Manegala	162
REVISTA	
"Um aproveitamento notável" p/ J.C. Almeida Soares Técnico da C.B.X. e campeão da F.F.X. - (transcrito do Jornal Comércio de Manaus de 16-2-1949)	163
RELATÓRIO MÉDICO NAS UNIDADES EDUCATIVO-ASSISTENCIAIS DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO	164
INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA	165
DEPARTAMENTOS	166
INSTITUÇÕES, VISITAS, RESOLUÇÕES	
"Tratamento de Água de Piscinas, Vascas e Tanques de "deixar"	169
"Alcozarifado e Farmácia"	170
"Ofício nº 70"	170
"Ordem Interna nº 0956"	170
"Ordem Interna nº 951"	171
NOTICÍAS	171

Figura 4 – Sumário do Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio do Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal de São Paulo - Maio de 1949, v. III, nº 05. Fotografia - Silvana Micaroni.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO
 BOLETIM DA INTERIO
 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO
 Orientação e Responsabilidade da Seção Técnica-Administrativa
 ANO XI - FEVEREIRO DE 1957

Í N D I C E

E D U C A Ç Ã O

"Metodologia" - Apresentação de Programas
 Fátima e Alberto C. Barros 13

EDUCAÇÃO FÍSICA FEMININA

"Sessão Clássica" - Demonstrativa (Música)
 Organizada e ministrada pelas alunas do
 3º ano da Escola Superior de Educação Física
 do Estado de São Paulo - Maria Evangelina
 Abreu, Marieta T.C. Kimmel e Naironi Goto 19

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA - Janeiro de 1957 21

AGÊNCIA ARREDOADORA - Relatório de maio de 1956 27

MATERIAL DIDÁTICO

"Atividades Educativas para Pré-Ecolares"
 Contribuição de Yara Hamati Rosa 29

"Oração" Letra do Padre Anchieta e Música
 de Aricó Junior 30

"Os Sinos da Vila" Música de Fabiano R. Lo-
 zano e Letra de Judas Tagorogota (can-
 tação no próximo Boletim Mensal) 30

FREQUÊNCIA NOS PARQUES INFANTIS - Novembro de 1956 33

FREQUÊNCIA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO SOCIAL E FAMILIAR
 Novembro de 1956 34

SETOR MÚLTIPLA E MATERIAL DIDÁTICO
 Dezembro de 1956 a Janeiro de 1957 36

NOTICÁRIO - E-AMIGOS 37

Figura 5 – Sumário do Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio do Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal de São Paulo - Fevereiro de 1957, v. XI, nº 02. Fotografia - Silvana Micaroni.

Para este estudo foi um fator importante a pesquisa na Base de Dados referencial do subprojeto *O Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* da Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1947 a 1957), na qual, como já foi citado na apresentação deste trabalho, está sendo catalogado o estudo sobre diferentes aspectos do Parque Infantil, referente aos 11 anos dessa publicação. Foi facilitada a busca principalmente no que se refere aos conhecimentos de áreas diversas que estavam intrinsecamente ligadas a Educação Física, como, por exemplo, a higiene, a saúde e a psicologia.

A publicação do Boletim Interno apresenta muitos artigos ligados à Educação Física, configurando-a como fator de importância na educação integral das crianças que freqüentavam os Parques Infantis. Uma relação dos meses de publicação com o número de artigos que abordavam a Educação Física, realizada numa amostragem de dois anos catalogados na Base de Dados, aponta para esta tendência.

Para uma análise mais completa dos dados foram escolhidos os dois anos que possuem um maior número de publicações no Boletim Interno. O trabalho na Base de Dados apresenta até o momento o seguinte número de fichas preenchidas: 205 fichas do ano de 1947, 157 fichas do ano de 1948, 158 fichas do ano de 1949, 182 fichas do ano de 1950, 25 fichas do ano de 1951, 214 fichas do ano de 1953, 182 fichas do ano de 1954 e 180 fichas do ano de 1956. Portanto, fez-se a relação utilizando-se os anos de 1947 e de 1953.

Conforme a relação feita, num total de 12 números publicados no ano de 1947, há 38 artigos destinados à Educação Física, incluindo o cuidado com o corpo, jogos, danças, excursões, dramatizações, enfim toda a recreação na qual o corpo estava envolvido, como nos mostra a Tabela 1, abaixo:

Tabela 1: Artigos do Boletim Interno da Divisão de Educação Assistência e Recreio do Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal de São Paulo dedicados à Educação Física no ano de 1947.

Mês/1947	Título do Artigo
Janeiro	Credo da saúde *
Fevereiro	Recreação na educação da infância
	Boa atitude – proposta de atividades
Março	Recreação
	Direção dos jogos
Abril	O dia pan-americano – proposta de atividades
	Páscoa – proposta de atividades
	O patriotismo – proposta de atividades
Maio	Quadrilha caipira
	O papel da dança na Educação Física
	Aulas dramatizadas – as férias de Joãozinho (1ª aula)
	Educação da saúde e vida ao ar livre *
	Sugestões para o programa de educação da saúde *
	Educação da saúde e vida ao ar livre *
Junho	Sugestões para o programa de educação da saúde *
	Aulas dramatizadas – as férias de Joãozinho (2ª e 3ª aulas)
	As dramatizações e as crianças-problema
	Higiene e educação da saúde *
	Sugestões para o programa de educação da saúde *
Julho	Festas Juninas
	II Congresso Paulista de Educação Física
	Rodas cantadas
	Aulas dramatizadas - as férias de Joãozinho (4ª e 5ª aulas)
Agosto	A linda rosa juvenil – proposta de atividades
	Festas Juninas
	Aulas dramatizadas – as férias de Joãozinho (6ª aula)

(continuação da Tabela 1)

Setembro	Aulas dramatizadas – as férias de Joãozinho (7ª aula)
	Independência do Brasil – proposta de atividades
Outubro	Aulas dramatizadas – as férias de Joãozinho (8ª aula)
	Oportunidades educativas – proposta de atividades para a semana da criança
	Higiene e educação sanitária *
Novembro	Aulas dramatizadas – as férias de Joãozinho (9ª aula)
	Educação sanitária *
	Conclusão prática para nossos Parques
Dezembro	Aulas dramatizadas – as férias de Joãozinho (conclusão)
	Véspera de Natal – proposta de atividades
	Centros de Interesse – proposta de atividades
	Educação sanitária (continuação) *

* Artigos tratando da educação da saúde e higiene corporal

Tabela 2: Artigos do Boletim Interno da Divisão de Educação Assistência e Recreio do Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal de São Paulo dedicados à Educação Física no ano de 1953.

Mês/1953	Título do Artigo
Janeiro	A casa – proposta de atividades
	Educação
	Excursão – sua finalidade
	Vira – proposta de atividades
Fevereiro	Roda Cantada
	Periquito maracanã – proposta de atividades
	Aulas historiadas
	O coelhinho Joca – proposta de atividades
	Pescaria – dramatização
Março	Brinquedos Cantados
	O coelhinho e o pintinho – proposta de atividades
	O coelhinho – proposta de atividades
	Bandinha: valor educativo e sua organização

(continuação da Tabela 2)

Abril	Parques e Recantos Infantis e seu programa de educação pela recreação
	O jogo como fator de recreação
	Alguns aspectos do valor educativo da dança
	Clap e Trap – dança dinamarquesa
	O Sim – proposta de atividades
	Siricoté – proposta de atividades
Maio	A educação e a recreação do pré-escolar nos PIs Municipais de São Paulo
	Recreação
Junho	Instituições que ministram assistência e educação pré-escolares e escolares
	Atividades expressivas nos Parques e Recantos Infantis
	Dança sertaneja
	Noite de São João – quadrilha estilizada
Julho	A Educação Física, um aspecto da educação integral
	Jogos sensoriais – jogos selecionados e adaptados pelas técnicas de educação
Agosto	Centros de Educação Familiar e Centros de Educação Social
	A Educação Física nos Centros de Educação Social
	Considerações sobre o III Curso de Aperfeiçoamento Técnico Pedagógico para Professores de Educação Física
Setembro	Método de projetos – Puericultura *
Outubro	Educação Física feminina
	A Educação Física nos Parques e Recantos Infantis
	Brinquedo cantado
	As dez normas do bem viver *
	Aulas dramatizadas - os quatro heróis
Novembro	Significado da atividade livre *
Dezembro	Aulas dramatizadas – era uma vez, há muito tempo atrás...
	Semana da criança nos Parques e Recantos Infantis

* Artigos tratando da educação da saúde e higiene corporal

De acordo com a tabela 2, apresentada anteriormente, num total de 12 números publicados no ano de 1953, há 39 artigos destinados à Educação Física.

Percebe-se, assim, a importância dada tanto à formação dos profissionais do Parque Infantil com relação à atualização do conhecimento teórico da Educação Física para subsidiar

sua prática, como também ao planejamento das diversas atividades físicas recreativas.

Nota-se ainda que, enquanto em 1947 encontramos 10 artigos tratando da educação da saúde e higiene corporal, em 1953 encontramos apenas 3 artigos. Isso indica que, a princípio, havia uma ligação muito grande entre a Educação Física e a saúde e que, com o passar dos anos, apesar de continuar, essa ligação diminuiu. Portanto, não se pode desconsiderar a estreita relação entre Educação Física e saúde, mas a tendência foi a de buscar superar a idéia de que a Educação Física era estritamente um meio de promoção da saúde.

Em 1947, havia uma obrigatoriedade em seguir as propostas do Boletim Interno, pois, de acordo com Noêmia Ippolito (1947, p. 3), as datas indicadas no calendário do mês deveriam ser rigorosamente seguidas, com a afirmação de que no calendário “foram marcadas as datas que deverão ser, de qualquer forma, comemoradas em todos os períodos e Unidades Educativo-Assistenciais”. Ressaltava ainda que, se a data fosse a de um feriado ou ponto facultativo, a comemoração deveria ser realizada na véspera. Havia o *Registro Técnico Individual (Diário de Trabalho)*, no qual cada educador deveria apresentar o programa que foi desenvolvido no mês. Isso demonstra a imposição das datas mais importantes por parte dos organizadores, que fiscalizavam a execução das atividades através desse registro.

Com o passar do tempo, na análise do Boletim Interno, percebe-se a intenção de mostrar que as orientações teóricas e as atividades práticas faziam parte de um planejamento mais flexível, visto que se permitia apontar possíveis falhas e apresentar soluções para resolução de problemas, além da liberdade dada aos educadores para executarem possíveis adaptações necessárias ao cotidiano dos Parques Infantis. Contudo, essa indicação parece contraditória, na medida em que as propostas teóricas e atividades práticas continuavam apresentadas no Boletim como modelos a serem seguidos.

A aceitação dessas normas por parte dos educadores não ocorria tão tranqüilamente, pois, de acordo com o chefe da Divisão no ano de 1949, Dr. João de Deus Bueno dos Reis (1949, p. 149), algumas pessoas resistiam e tentavam *ridicularizar* esse periódico; ele salientava, entretanto, a importância da leitura do Boletim, pelo benefício que as orientações teóricas e as aplicações práticas proporcionariam ao trabalho integrado da equipe, favorecendo a manutenção do pensamento singular entre os educadores das diversas Unidades. Isso demonstra a resistência de alguns, ou por não concordarem com as diretrizes da Prefeitura, ou por não quererem praticar algo diferente do que já estavam acostumados.

Por ser considerada, pelos seus organizadores, uma publicação de *alto valor educativo* e de *cunho prático*, apesar de ser um trabalho direcionado ao público interno das Unidades Educativo-Assistenciais, o Boletim também era distribuído para os educadores de outras

instituições e de outros Estados quando solicitado por ofício às autoridades competentes (Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio do ano de 1951).

Cada vez mais, o Boletim Interno foi procurado pelos educadores dos Parques Infantis para apoio na realização dos seus trabalhos no dia-a-dia, conforme informa o Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1953.

O Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1955 explana sobre a importância da contínua orientação pedagógica aos educadores encarregados da educação integral das crianças nos Parques Infantis. Salienta a participação dos educadores na elaboração das propostas apresentadas no Boletim Interno, o que era considerado uma das estratégias para a formação dos profissionais que ali trabalhavam. O Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1955 descreve o Boletim Interno como:

[...] veículo de idéias, orientações e instruções, bem como de divulgação de trabalhos realizados em vários setores de atividades, capazes de contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento de técnicas, processos e métodos de trabalho. As colaborações dos educadores, significativas por representarem experiências vividas, constituíram elemento importante dessa publicação, que vem sendo procurada também por técnicos de instituições educativas extramunicipais.

O principal objetivo do Boletim Interno era a formação dos profissionais dos Parques Infantis, mas também servia como divulgador das propostas teóricas e práticas desenvolvidas naquelas Unidades Sócio-Educativas, já que também era procurado por profissionais de outras instituições, tanto em nível nacional como internacional.

Para se ter uma idéia da difusão do Boletim Interno, nos Parques Infantis da cidade de São Paulo, apresenta-se a seguir um quadro numérico que permite uma visão de sua divulgação no ano de 1951.

Tabela 3: Movimento do Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio do ano de 1951 (Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio do ano de 1951).

Meses	Boletins Organizados	Boletins Mimeografado	Boletins Distribuídos
Janeiro	01	400	379
Fevereiro	01	400	357
Março	01	397	375
Abril	01	427	405
Maió	01	424	384
Junho	01	403	383
Julho	01	401	383
Agosto	01	409	387
Setembro	01	410	390
Outubro	01	413	382
Novembro	01	418	384
Dezembro	01	415	390
TOTAL	12	4.927	4.599

Em 1951, a Divisão, além de apreciar e selecionar os trabalhos enviados para publicação, organizou o fichário do Boletim Interno, necessidade que se vinha fazendo *premente*. Foi organizado, em primeiro lugar, o fichamento por assunto, com os respectivos desdobramentos, num total de 852 fichas, facilitando a localização dos trabalhos nos diversos números do Boletim Interno e permitindo ainda que os educadores pudessem consultar um tema específico. Em segundo lugar, foi feito o fichamento onomástico, o que também permitia atender, em poucos segundos, a consultas pelo nome dos autores (Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio do ano de 1951). Entretanto, infelizmente, não foi

encontrado o fichário do Boletim Interno citado nesse relatório.

Estabelecendo um paralelo entre o fichamento do Boletim Interno citado no Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1951 e o subprojeto da produção da Base de Dados do Boletim Interno, já citado anteriormente, nota-se uma semelhança, apesar de o propósito ser diverso.

Em 1951, cadastrar o material disponível por assunto e por autor propiciou aos educadores maior facilidade na busca das atividades e das teorias propostas a serem aplicadas nos Parques Infantis.

O subprojeto da Base de Dados está catalogando o Boletim Interno através de um leque de opções, tais como descritores, ano, autor, artigo, entre outras (já foi citado anteriormente), que pretende subsidiar outras pesquisas fornecendo aos historiadores dados relevantes à sua área específica de estudo e otimizando o tempo de pesquisa.

Para a abordagem do documento, a tarefa se estende além de dialogar e compreender a fonte; deve-se também elaborar uma metodologia própria, originada do entrelaçamento de várias outras. Trabalhar com a história é trabalhar com fragmentos de um tempo que não é mais, que foi e apenas deixou vestígios; e vestígios são partes de um todo que só podemos reconstruir aproximadamente (BLOCH, 2001, p.73). Assim, as fontes alternativas também são muito importantes.

Apesar de a pesquisa ter como fonte principal o Boletim Interno, foram utilizadas outras possibilidades de fontes como estratégia para ampliar e aprofundar os estudos, a fim de compreender os aspectos históricos da Educação Física nos Parques Infantis voltada para as crianças de 3 a 6 anos de idade.

Como fonte primária, além do Boletim Interno, foram analisados os Relatórios Anuais produzidos pela Divisão de Educação, Assistência e Recreação dos seguintes anos: de 1946 a 1948, 1951, 1953, 1954 e 1955. Eles eram elaborados na maioria das vezes no final do ano e possuíam um resumo daquilo que se passou nas Unidades Sócio-Educativas durante o ano. Eram enviados para apreciação ao Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da cidade de São Paulo. Atualmente esses documentos fazem parte do acervo da Memória Técnica Documental da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo. Recorreu-se a essa outra fonte de informação para se entender melhor o processo que envolveu a organização, a elaboração e a circulação do Boletim Interno e também para compreender melhor a instituição Parque Infantil.

Quanto aos periódicos, foram considerados aqueles específicos da área de Educação Física, a fim de se entender melhor como era pensada naquela época. Estas fontes foram

encontradas na Biblioteca Prof. Asdrúbal Ferreira Batista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP e na Biblioteca Prof. Ciro de Andrade da Faculdade de Educação Física da USP. A seleção dos artigos foi feita a partir dos títulos; às vezes, esses títulos não expressavam exatamente o que constava no conteúdo, sendo essa uma das dificuldades encontradas. Outra dificuldade foi que encontrei apenas alguns periódicos referentes ao período de 1947 a 1957.

Para a discussão histórica dos Parques Infantis, focalizando principalmente o período de sua institucionalização, foram estudados os seguintes autores: Faria (1999), que centra sua atenção na experiência da inserção da *cultura* nos Parques Infantis, idealizada por Mário de Andrade; Filizzola (2002), que buscou compreender as razões das propostas educacionais dos Parques; Niemeyer (2001), que estudou as relações entre cidadania e espaço nos Parques; e também Santos (2005), que trata da relação da infância e dos educadores dos Parques, sendo que o período estudado em seu trabalho se estende até 1955.

Quanto às autoras que desenvolveram trabalhos relacionados com a época em questão, foram estudadas as seguintes: Ramos (2001), que pesquisa os Parques Infantis de Campinas, os quais eram idealizados à semelhança dos Parques Infantis de São Paulo e Filócomo (2006), a qual se utiliza também da fonte primária Boletim Interno, voltando sua análise para as propostas do Parque com as crianças portadoras de necessidades especiais.

Na historiografia brasileira, não são usuais os estudos que se dedicam a discutir profunda e especificamente as peculiaridades da Educação Física. Portanto, foi grande a dificuldade em encontrar estudos históricos com relação a essa área no período em questão e maior ainda na busca de pesquisas que abordassem a Educação Física voltada especificamente às crianças de 3 a 6 anos de idade.

Assim, foram pesquisados autores de várias fases e de diferentes posturas com relação à escrita da história da Educação Física, enfocando mais a tendência geral da época do que a especificidade da criança de 3 a 6 anos de idade.

Entre eles, Miranda (1941 e 1945), que exerceu cargo de diretor da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo de 1935 a 1945 e que, portanto, além de representar o poder público, fez pesquisa baseada na literatura mundial e nos trabalhos práticos realizados nos Parques a respeito da recreação e dos jogos infantis; Marinho (1948 e 1957), que se debruçou em estudos da Educação Física do Brasil numa época em que ainda era privilegiada a abordagem mundial; e Listello (1979), considerado grande conhecedor nessa área, trouxe para o Brasil, em 1952, a desportiva generalizada, que era uma atividade física de forma recreativa. É importante ressaltar que o Boletim Interno faz referência aos três autores citados acima. Por fazerem parte da fase embrionária dos estudos

da história da Educação Física, trata-se de trabalhos predominantemente descritivos.

Outros autores estudados foram aqueles que participaram do redimensionamento dos estudos históricos ligados à Educação Física na década de 1980, em busca de uma posição mais crítica com relação às influências impostas à educação corporal, abrindo a possibilidade de desvendar aspectos ideológicos que estiveram por trás da Educação Física como Castellani Filho (1991). Identificando o papel social e pedagógico da Educação Física, Freire (1989) faz uma clara opção pela infância, enfocando competências, interesses e desejos da criança como ponto de partida para a construção de qualquer proposta pedagógica. Condena o preparo da criança para a fase do Ensino Fundamental e valoriza o papel da ação corporal, principalmente para a faixa etária de 3 a 6 anos.

Acompanham também este estudo os autores que se preocupam com a especificidade da pesquisa histórica da Educação Física brasileira, principalmente com a relação à riqueza no aspecto teórico-metodológico. Eles se baseiam numa pesquisa de credibilidade com evidências documentais suficientes e pensamento crítico desenvolvido. São eles: Vago (2002) que problematiza a prática da Educação Física nas escolas de Belo Horizonte como forma de educar as crianças para as exigências da vida moderna; Melo (1999), que se dedica à análise historiográfica da Educação Física e do Esporte no Brasil; Soares (2004), que questiona a educação do corpo submetida a várias formas de controles.

A fotografia também foi utilizada como fonte de pesquisa, a qual contribuiu para complementação da reconstrução do momento histórico dos Parques Infantis da cidade de São Paulo.

Ao fazer a opção de utilizar também a imagem fotográfica, foram consideradas as observações de Ciavatta (2004, p. 45),

As fotografias são mundos de relações silenciosas, densas, congeladas no tempo mínimo do obturador. Mundos de seres calados e imóveis que devem ser decifrados a partir do contexto onde se encontram, na história de sua relação com os demais seres, tanto pessoas quanto objetos.

O registro do acontecimento, em termos de imagem, não muda e vem acompanhado do olhar do fotógrafo e daquele que solicitou a fotografia. O que sempre está em transformação são as inúmeras possibilidades de interpretações das leituras realizadas pelas pessoas em diferentes épocas.

No período de 1947 a 1957 foram encontradas poucas fotografias, sendo que, no Memorial do Ensino Municipal da Secretaria de Educação da Cidade de São Paulo, a maioria não apresentava data específica da imagem. Havia referência apenas à década, e não ao fotógrafo. Já no Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de

São Paulo, havia mais fotos alusivas ao período de interesse, com referência exata da data, registradas pelo fotógrafo profissional Benedito Junqueira Duarte. As fotos provavelmente eram encomendadas pela própria instituição, pois retratavam momentos diversos da rotina diária do Parque Infantil, tais como: hora da atividade corporal, do descanso, da alimentação, do trabalho manual, da horta e também momentos de eventos solenes que contavam com a presença de personalidades políticas. As fotografias escolhidas não só apresentam momentos do dia-a-dia dos Parques Infantis, incluindo as atividades de Educação Física, como também sinalizam os momentos das relações sociais entre as crianças.

A partir da análise crítica das diversas fontes, este trabalho visa reconstituir historicamente a Educação Física pensada para as crianças que freqüentavam os Parques Infantis da cidade de São Paulo. Uma abordagem histórica que privilegia a interpretação da linguagem corporal pretendida para as crianças, num movimento pendular entre a liberdade e a censura. Pretende contribuir para o enriquecimento dos debates tanto na área da Educação Infantil, como na área da Educação Física e, principalmente, na relação entre ambas.

2. PARQUE INFANTIL: PARTE DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO

A década de 1920 apresentou um marco importante com relação à Educação Infantil: a realização do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e do III Congresso Americano da Criança, ambos em 1922. Sediados na cidade do Rio de Janeiro, tinham como objetivo discutir a criança do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico. A maioria das seções dos Congressos estava permeada pela idéia da educação como propulsora das propostas destinadas às crianças. Eles reuniram a participação de segmentos diversos interessados na temática da infância, tanto no campo médico-higienista, como também nos campos jurídico-policial e religioso. Apesar das diferentes linhas de pensamentos, essas pessoas encontraram um ponto em comum: a necessidade da “constituição de uma modernidade que não viesse ameaçar a manutenção de privilégios sociais, em nome de uma cidadania limitada aos interesses dominantes” (KUHLMANN JR., 2001, p. 89).

Nessa época, a cidade de São Paulo crescia a todo vapor em número de habitantes e em manifestações culturais. Nas vias públicas, o movimento era cada vez mais intenso; os carros começavam a concorrer com os bondes elétricos.

Aumentava cada vez mais o número de indústrias na cidade de São Paulo e crescia, ao mesmo tempo, a inserção das mulheres nesse mercado de trabalho. O operariado paulista continuava dirigindo suas reivindicações, não somente aos industriais, mas também ao Estado, solicitando, entre outras exigências, um local de permanência para seus filhos durante suas jornadas de trabalho, com atendimento à saúde e à educação da criança (OLIVEIRA, 1985, p.12).

Nesse contexto, que envolvia composição de interesses diversos, o problema da educação e da assistência às crianças paulistanas de classes menos favorecidas assume proporções gigantescas.

Segundo consta no Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio (1946-1948), ao apresentar a retrospectiva da história dos Parques Infantis, teve início na segunda década do século XX a instalação de *aparelhos para diversões* nos jardins públicos, com a finalidade de atender as crianças das classes populares da cidade de São Paulo. A administração de Washington Luiz Pereira de Souza, em parceria com empresas privadas, incentivava a criação da então denominada *praça de jogos infantis* que, segundo o documento citado acima, buscava criar ambientes saudáveis e atraentes para as crianças filhas de

operários, durante a jornada de trabalho de seus pais.

No início da década de 1930, foi criado o primeiro Parque Infantil da cidade de São Paulo, por iniciativa da Associação Cruzada Pró-Infância, dirigida por Pérola Byington influenciada pelas discussões de Fernando de Azevedo, um dos pioneiros da Escola Nova (Brites *apud* Ramos, 2001, p. 12).

Os Parques eram um dos produtos dos movimentos concretos de renovação que surgiram na primeira metade do século XX, acompanhando as obras modernistas, as reformas dos processos educativos, as lutas políticas e sociais. Segundo Niemeyer (2001, p.11), “esse programa foi lapidado pelo escolanovismo no Brasil, embora não escolar, porém, capaz de mudar os destinos de uma sociedade que se pretendia higienizada e educada”.

O movimento escolanovista ganha força após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação, cujos participantes que mais se destacaram foram Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. De acordo com Santos (2005, p. 29), como a Escola Nova era a tendência educacional mais difundida na época, torna-se a base teórica dos Parques Infantis, “que terá seus objetivos traçados pela intelectualidade modernista, aliados aos pressupostos dessa pedagogia”.

Em 1935, na gestão do prefeito Fábio da Silva Prado (1934 a 1938), organiza-se o Departamento de Cultura e de Recreação da cidade de São Paulo, de acordo com o Ato nº 861, de 30 de maio de 1935, que “Organiza o Departamento de Cultura e de Recreação”. O primeiro diretor do Departamento foi o intelectual Mário de Andrade, que, ao assumir o cargo, pôde defender seu projeto de construção da cultura nacional, através da inter-relação da arte, da infância e do proletariado, visando à unidade do país.

Este projeto pretendia sistematizar um trabalho voltado para educação das crianças da classe operária, visando sua disseminação em larga escala, inclusive pretendendo tornar-se modelo para toda a nação.

Na visão de Faria (1999, p. 49), Mário de Andrade

não só fez o público ser público, como qualificou o serviço público, atendendo a uma clientela pouco atendida: os filhos dos operários, contemplados, portanto, com o direito à infância, isto é, com o direito ao não-trabalho, com o direito de brincar e criar a cultura infantil.

Subordinada a esse Departamento, a Divisão de Educação e de Recreios, responsável pelos Parques Infantis, foi chefiada por Nicanor Miranda até 1945. Esta Divisão sucedeu ao “Serviço Municipal de Jogos e de Recreio, para as crianças”, criado meses antes e então ligado ao Gabinete do Prefeito (Ato 767 de 09 de janeiro de 1935). Segundo Nicanor Miranda (RME, 1985, p. 57), o prefeito Fábio Prado, em 1935, pediu a Fernando de Azevedo que

traçasse as linhas gerais que estão contidas no Ato 767.

Fernando de Azevedo, um dos principais líderes do movimento da Escola Nova, defendia a Educação Física e higiênica como vital para a saúde física e mental do trabalhador. Seu discurso moralizador seguiria a tendência da época, criar um povo idealizadamente *forte, sadio e civilizado*.

Os Parques Infantis eram instalados preferencialmente nos bairros operários, para atender ao mesmo tempo as crianças de 3 a 6 anos de idade e as crianças na faixa etária de 7 a 12 anos. Contemplavam as crianças no horário contrário ao do ensino regular ou em período integral, quando a criança não estudava no ensino primário.

A administração municipal entendia que esse atendimento institucional propiciaria um espaço organizado de condições educacionais, de higiene e de saúde aos filhos das famílias mais pobres.

De acordo com Filizzola (2002, p. 7), “havia um objetivo explícito de organizar o cotidiano das crianças filhas de operários e de discipliná-las cultural e fisicamente”, pois mediante a aplicação de atividades físicas e artísticas em tempo predeterminado, predisponha o gosto pelo esforço e a aprendizagem da disciplina, preparando-as para exercerem adequadamente o seu trabalho na indústria. Entretanto, Faria (1999, p.48) entende que o governo municipal, apesar de pretender atender interesses de diferentes grupos, oferece nos Parques Infantis uma proposta de educação das crianças da classe operária, considerando-as produtoras da cultura e, portanto, participantes do *projeto de construção da cultura nacional*.

Construídos com base nos *playgrounds* norte-americanos¹, tomava-se, no entanto, o cuidado para não se fazer deles uma simples cópia, pois se entendia que os costumes, o clima e os recursos brasileiros eram diferentes, tomando as adaptações imprescindíveis, a fim de superar os problemas de ordem financeira e de ordem técnica. Os Parques eram abertos ao público aos domingos, funcionando como verdadeiros jardins públicos. Os primeiros Parques

¹ Para compreender melhor este conceito apresenta-se uma explicação resumida de Nicanor Miranda (1945, pp. 17-20), Chefe da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo, de 1935 a 1945, a respeito do que eram os Parques Infantis, comparando-os aos *playgrounds* americanos: “Os *playgrounds* que a maioria das municipalidades norte-americanas trataram de instalar e desenvolver, em princípios do século atual obedeciam ao tipo organizado. Eram áreas fechadas, com instalações adequadas, equipamento especializado e, sobretudo, dirigidas e isto é o que *tipifica* hoje, em dia, a instituição”. Acrescenta ainda os benefícios da Educação Física: “Não serve apenas para a manutenção de saúde física, moral e mental, mas apronta o homem para enfrentar as contingências da vida em um mundo quase totalmente *insanizado* pela ambição desmedida de alguns e pelo egoísmo feroz de muitos”.

funcionavam apenas com o instrutor de meninos, a instrutora de jogos e Educação Física das meninas e o guarda municipal, supervisionados pelo administrador geral, cargos que, nessa época, eram todos nomeados. Somente em 1937 ocorreu o primeiro concurso de ingresso para os cargos citados (Relatório Anual – 1946 a 1948).

No ano de 1936, ocorreram modificações referentes aos departamentos e às repartições na Prefeitura, de acordo com o Ato nº 1.146, de 04 de julho de 1936 (1936, p. 37). A Secção de Parques Infantis continuava subordinada à Divisão de Educação e de Recreio, que por sua vez respondia ao então denominado Departamento de Cultura. Nessa mudança, incluíram-se funcionários com outras especialidades para trabalharem nos Parques Infantis: educadores sanitários, instrutores, instrutores-auxiliares substitutos, vigilantes e zeladores.

Os instrutores deveriam orientar as atividades recreativas de forma a permitir a liberdade de organização e espontaneidade das crianças, ensinar jogos infantis, participando com as crianças, difundir a prática de brinquedos e jogos nacionais.

Em 1937, estendem-se também as atividades ao período noturno, abrindo os Centros de Menores Operários e os Centros de Moças que atendiam as crianças e jovens trabalhadores de 12 a 21 anos. Para os maiores, além da recreação oferecida aos pequenos, também havia um programa de acompanhamento escolar referente às atribuições das Escolas Estaduais. (Cronologia da História da Educação Infantil do Município de São Paulo, não consta ano de publicação, p. 5).

Segundo consta no Relatório Anual de 1946-1948, quando apresenta a evolução histórica dos Parques Infantis, no ano de 1937 houve um aumento da frequência das crianças, em sua maioria provindas de famílias de condições econômicas precárias que, de acordo com o Relatório, possuíam deficiência nos hábitos básicos de higiene e necessitavam de uma atenção especial com relação à saúde e higiene corporal das crianças. O documento salienta ainda que ocorriam acidentes com as crianças que tinham que ser levadas às pressas à *Assistência Pública*.

Com a justificativa da manutenção dos corpos saudáveis, buscou-se uma nova organização, contrataram-se médicos e o atendimento clínico passou a ser feito regularmente, inclusive com controle de medidas de peso e altura das crianças. Desse modo, os médicos e as educadoras sanitárias passaram a fazer o trabalho de prevenção e de tratamento imediato, por meio da educação sanitária e da saúde com as crianças, com os pais e com a comunidade local (Relatório Anual de 1946 a 1948).

Assim, as características dos Parques foram se modificando. Juntamente à idéia inicial da atividade lúdica, exercendo um papel importante na educação das crianças, aplicada num

espaço amplo, ao ar livre e direcionado por pessoas capacitadas para tal função, elas passam a ser acompanhadas também por investimentos na prevenção e manutenção da saúde física e mental.

A estrutura física dos primeiros Parques não correspondia mais às necessidades dessa nova organização. Determinou-se, então, que os próximos Parques a serem construídos deveriam seguir rigidamente normas técnicas estabelecidas, a fim de atenderem à incorporação das novas funções, contemplando assim *consultório médico, consultório odontológico, biblioteca, ginásio, teatro, piscina* etc. Os Parques construídos de acordo com as normas estabelecidas foram os da Barra Funda, Vila Romana e Catumbi, inaugurados na gestão Prestes Maia, mas que permaneceram fechados por aproximadamente dois anos (Relatório Anual de 1946 a 1948).

Assim, o planejamento arquitetônico dos prédios atenderia aos preceitos médico-higienistas, aprimorando o físico das crianças e desenvolvendo hábitos de higiene.

Nicanor Miranda (1941, p. 21) afirma que “os Parques Infantis de São Paulo podem ser definidos como logradouros públicos onde, pela recreação e pelo jogo organizado, procura-se educar a criança, ministrando-lhe simultaneamente toda a assistência necessária” e justifica a triplíce função de educar, assistir e recrear para suprir as necessidades precárias da criança *proletária paulistana*, através das atividades de Educação Física:

A educação física moderna, no seu novo e amplo conceito norte-americano e não no conceito acanhado e estreito de algumas escolas européias, contém, envolve e subentende assistência médica, exames periódicos de saúde, clínicas de nutrição, regimes *diéticos*, serviço social e pesquisas científicas relativas ao educando, sua família e respectivas condições mesológicas.

O autor citado acima defende a idéia de que a proposta da recreação organizada para a classe popular deve ser planejada de acordo com as características da cidade na qual ela está inserida e, portanto, deve ser de responsabilidade do município. Assim, numa cidade industrial como São Paulo, a proposta deve ser baseada nas condições de vida do operário, na sua alimentação, na sua habitação etc. Considera que a peculiaridade de cada *agrupamento humano* influencia as crianças de forma diferente. Salaria ainda que a Educação Física é, *antes de tudo, a formação do ser moral e portanto social*, afastando a concepção do trabalho estritamente físico. (MIRANDA, 1939, p.5)

Na esfera federal, em 1940 foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, que se encarregava, entre outras atribuições, de sugerir e de normatizar o funcionamento das creches, escolas maternas e jardins de infância. Além da fiscalização nos estabelecimentos, também publicava orientações de valor

educativo e sanitário com o objetivo de orientar as mães e os profissionais responsáveis pelo atendimento das crianças. Segundo Vieira (1988, p. 6), apesar de essas publicações apresentarem benefícios à saúde da criança, devido ao seu *cunho moralizante*, eram também uma maneira de disciplinar a mulher enquanto mãe e profissional.

A cidade de São Paulo contava com a remodelação da malha viária do centro pelo então Prefeito Prestes Maia (1938 a 1945). Essa gestão pouco investiu no sentido de ampliar ou melhorar o atendimento dos Parques, pois se entendia que tal responsabilidade deveria ser obrigação do Estado, e não da Prefeitura. No final da gestão Prestes Maia inicia-se o oitavo Parque Infantil, denominado Tatuapé, mais tarde Presidente Dutra. Esse Parque diferenciava-se dos demais, pois não atendia à prioridade de localização em região mais pobre e também contou com muito investimento financeiro em sua construção (Relatório Anual de 1946 a 1948).

Com o advento da II Guerra Mundial, houve uma drástica redução das importações, as quais deveriam ser substituídas pela produção interna. Assim, a industrialização em todo país foi estimulada, principalmente no Estado de São Paulo. O Estado transforma-se no maior mercado consumidor do país, devido à dimensão de sua população, de sua renda e do seu acentuado grau de urbanização (CANO, 1998, p.79).

A expansão das indústrias traz para a cidade de São Paulo migrantes, em sua maioria nordestinos, e acentua-se a composição do espaço urbano por diferentes culturas. Ocorre o crescimento desordenado das áreas periféricas da cidade ocupadas pela população migrante.

O rádio alcança seu melhor momento, os jornais se expandem e o cinema torna-se importante meio de comunicação social e de publicidade (PORTELA, 2004, p. 1999).

Foi criada, nesse período, a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo, em termos mundiais, de manter e de proporcionar a paz e a segurança de todos os povos através da cooperação internacional. A Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), órgão subordinado à ONU, estava destinada a organizar e estimular projetos relacionados à Educação. De acordo com Xavier (2003, p. 488), a UNESCO atuou na “organização do sistema educacional brasileiro e dos demais países do chamado *terceiro mundo*, emitindo recomendações para a modernização do sistema de ensino e para a extensão da educação escolar para as massas”. Assim, tinha como finalidade a universalização da educação escolar contribuindo para o bem-estar humano e incentivar a paz mundial através da modernização do sistema de ensino, num momento de preocupação com a idéia de uma nova guerra mundial.

Ao se referir à política educacional do período, Mauro Betti (1991, p. 90) afirma que, no período do pós-Guerra, a influência dos educadores da Escola Nova, que havia diminuído

durante o período do Estado Novo, inspira na área educacional a ideologia liberal democrática, presente na Constituição de 1946, elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte.

As discussões eram voltadas para a centralização e a descentralização da educação. O autor ressalta o aspecto positivo da não prescrição de um currículo fixo e rígido para todo o território nacional, demonstrando a existência de possibilidades de escolha, conforme a necessidade da região; entretanto, também aponta o aspecto negativo, no qual o sistema educacional brasileiro continuava em descompasso com a modernização pela qual passava a sociedade brasileira, pois não criava novos parâmetros de orientação do trabalho pedagógico.

A elaboração da nova Carta Magna canalizou a atenção de diversos segmentos sociais com o objetivo de dar a ela contornos liberais-democráticos que a distinguisse dos traços autoritários daquela que a precedeu, a de 1937. Segundo Castellani Filho (1991, p. 101),

No campo educacional, deflagrou-se em meados de 1948, um debate – a partir da formação, por parte do então Ministro da Educação, Clemente Mariani, de uma comissão de educadores – em torno de questões circunscritas à intenção de se elaborar um projeto de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Canalizou-se, desta forma, esse campo específico de luta, os debates dos educadores que, remanescentes do movimento havido no início da década de 30 e abafado por conta do período estadonovista, viam vitoriosas no texto constitucional de 46 muitas das bandeiras por eles defendidas e enunciadas no conhecido Manifesto de 32.

Lourenço Filho (1978, p. 23) acredita que o movimento da Escola Nova corresponde ao anseio determinado pela complexidade social decorrente da industrialização, e pela forma de opressão resultante dos conflitos armados do século XX e da Guerra Fria. Entende que a escola tem um grande poder no sentido da preservação da paz, mas que não pode vir independente do desenvolvimento autônomo da criança e da participação política na determinação das diferenças de desenvolvimento social e econômico.

Em 1945, numa curta gestão, o prefeito Dr. Abrahão Ribeiro reuniu o Departamento de Cultura ao de Higiene, criando a Secretaria de Cultura e Higiene (Decreto-Lei 333, de 27 de dezembro de 1945). A Divisão de Educação e de Recreio passou a denominar-se Divisão de Educação, Assistência e Recreio responsável pelos Parques Infantis. Criou ainda a carreira de *educador* com várias especialidades: recreacionistas, musicais, nutricionistas, sociais, de bailados e sociais psiquiatras. Exigiu o curso de especialização em Medicina aplicada à Educação Física para todos os médicos nomeados (Relatório Anual de 1946 a 1948).

Em 1946, devido ao aumento das construções coletivas, houve a necessidade de criar o Primeiro Recanto Infantil, o da Praça da República. Era destinado àquelas crianças, muitas vezes filhos únicos, que moravam em apartamentos e casas coletivas e tinham pouco espaço

para brincar, como afirma Ida Jordão Kuester, conselheira de Recreação (1953, pp. 97-100), num breve histórico dos Parques e Recantos Infantis, que consta da palestra proferida em 1953, na Campanha “Cuide de seu filho”.

Outro prefeito que passou rapidamente pelo cargo foi Christiano Stockler das Neves. No pouco tempo que esteve à frente da Prefeitura, em 1947, desmembrou a Secretaria de Cultura e Higiene, criando a Secretaria de Higiene e Secretaria de Educação e Cultura, contando esta última com o Departamento de Cultura e o Departamento de Educação, Assistência e Recreio, ao qual os Parques Infantis eram subordinados (Decreto-Lei 430, de 08 de julho de 1947, p. 238). Entre outras incumbências, a Secretaria de Educação e Cultura tinha como competência estimular a educação física e *superintender* e orientar a educação das crianças.

No ano de 1947, o terreno para construção dos Parques Infantis deveria ainda estar localizado de preferência nos bairros de grande concentração operária. Com relação às crianças de 3 a 12 anos, tinha-se como objetivo a promoção da educação, da assistência e da recreação, aperfeiçoando-as nos seus aspectos físicos e intelectuais em busca do espírito de cooperação e solidariedade humanas (Decreto-Lei nº 934, de 3 de fevereiro de 1947, p. 89).

A Secção Técnico-Educacional, em 1947, deu total apoio ao Setor de Orientação Psicológica e ao Laboratório de Investigações Educacionais, no qual se aplicavam testes nas crianças que apresentavam problemas de comportamento. A contratação de psicólogos e a implementação do laboratório reforçam o enfoque dado à higiene mental e a preocupação com os desajustes de personalidade das crianças (OLIVEIRA, 1985, p. 14).

Essa foi uma época de esperança de um Brasil novo, livre do Estado Novo, acreditando na emancipação também no plano da indústria, de forma a poder ser comparado aos países desenvolvidos. Segundo Antonacci (1992, p. 17), houve a “reorientação da política econômica nacional, desencadeando-se novos esforços de disciplinarização do trabalho e da sociedade, dentro de uma perspectiva de *redemocratização*”, que passava não só pela produtividade e eficácia empresarial, mas fundamentalmente pela disciplina social.

Desse modo, a proposta aplicada nos Parques Infantis da Prefeitura Municipal de São Paulo *cumpria bem a tarefa de moldar o novo homem brasileiro*, que deveria aprender a viver de forma estável com seus semelhantes, superando possíveis desequilíbrios e conflitos.

O objetivo principal era adaptar a criança às várias exigências das formas sociais de organização e da produção da vida. Para tanto, as intervenções eram realizadas através das atividades lúdicas, as quais buscavam suprir as necessidades da criança, conferindo destaque à socialização.

Nesse sentido, os organizadores do Boletim Interno consideravam a Educação Física

essencial pela sua riqueza de possibilidades a oferecer na educação da saúde física, mental e social da criança, tanto no seu momento de vivência como também para a sua vida futura na relação com os membros de sua comunidade. Considerava-se que a infância melhor preparada serviria como alicerce para a vida de adulto.

Essa proposta político-pedagógica de construção do cidadão não se restringia apenas às crianças, pois se procurava educar também seus pais, por meio de palestras, reuniões e eventos nas próprias Instituições.

Nos Parques Infantis, além dos ensinamentos às crianças, pretendia-se atingir a família, especificamente a mãe, que seria a figura-chave na transmissão dos valores higienistas e de caráter moralizador.

Poderíamos afirmar que o pensamento médico-higienista, elegendo a família como lugar privilegiado de intervenção, *auxilia* o Estado num processo de reorganização disciplinar da classe trabalhadora, reorganização esta que é completada pela educação escolar e por todo o conteúdo de classe que ela veiculará (SOARES, 2004, p. 25).

Sobre a mãe era depositada a responsabilidade na formação da personalidade das crianças. Ela deveria ensinar as boas maneiras, as regras de higiene e as normas de conduta dos seus filhos. Reforçava-se o trabalho conjunto entre a escola e a família para se atingir os objetivos desejados, realizando-se constantemente reuniões de mães e campanhas diversas, a fim de orientá-las na melhor maneira de agir com seus filhos de acordo com a proposta do Parque Infantil.

A influência exercida sobre a criança desde cedo, quando começa a sua socialização, torna-se uma fonte de divulgação das idéias higienistas e a conseqüente possibilidade de mudanças nos hábitos familiares. De acordo com a análise do Boletim Interno, esse processo, referindo-se a crianças de 3 a 6 anos de idade, deveria vir acompanhado de estratégias adequadas para atrair o interesse das crianças, encontradas principalmente nas atividades corporais.

Pretendia-se alcançar uma sociedade estável, adequada aos moldes capitalistas que se desenvolviam na época. A valorização do corpo nesse processo fica claro no *Credo da Saúde*, extraído do livro “The New Handbook of Health” de Woods Hutchinson, apresentado no Boletim Interno de janeiro de 1947 (1947, p. 10):

Meu corpo é o templo de minha alma, portanto:
Conservarei meu corpo limpo externa e internamente;
Respirarei ar puro e procurarei viver ao ar livre e ao sol;
Não praticarei atos que prejudiquem a saúde dos outros;
Procurarei aprender a praticar as regras de uma vida sadia;
Trabalharei, repousarei e me recrearei durante o tempo apropriado e de
maneira correta, afim de que meu espírito seja forte, meu corpo sadio, minha
vida útil e digna de meus pais, meus amigos e meu país.

Assim, nos Parques Infantis, as crianças eram disciplinadas através das intervenções corporais, com a finalidade de atender às exigências do modelo capitalista, mas ao mesmo tempo participavam de atividades físicas nas quais podiam dialogar, propiciando a socialização e a vivência do tempo de criança.

De acordo com Kuester (1947, p. 43), “as crianças das classes menos favorecidas que vivem, em geral, em péssimas condições higiênicas, alimentando-se deficientemente e educando-se mal, não podem em tais condições chegar a ser homens sãos e honestos”. Dessa forma, a autora entendia que os Parques Infantis eram locais que poderiam oferecer a essas crianças, desde pequenas, uma vida melhor do que aquela que se supunha terem com seus pais. Segundo ela, através das atividades lúdicas, a criança receberia instrução higiênica e educação moral e cívica, sendo assim, futuros homens fisicamente saudáveis e dignos de conviver em sociedade.

O discurso pregando o saneamento do corpo e da mente das pessoas menos favorecidas, inspirados na convicção de que as condições das *habitações coletivas* em que elas viviam eram *precárias*, privando-as da *vivência ao ar livre*, pretendia justificar a necessidade de se manter as crianças nos Parques Infantis.

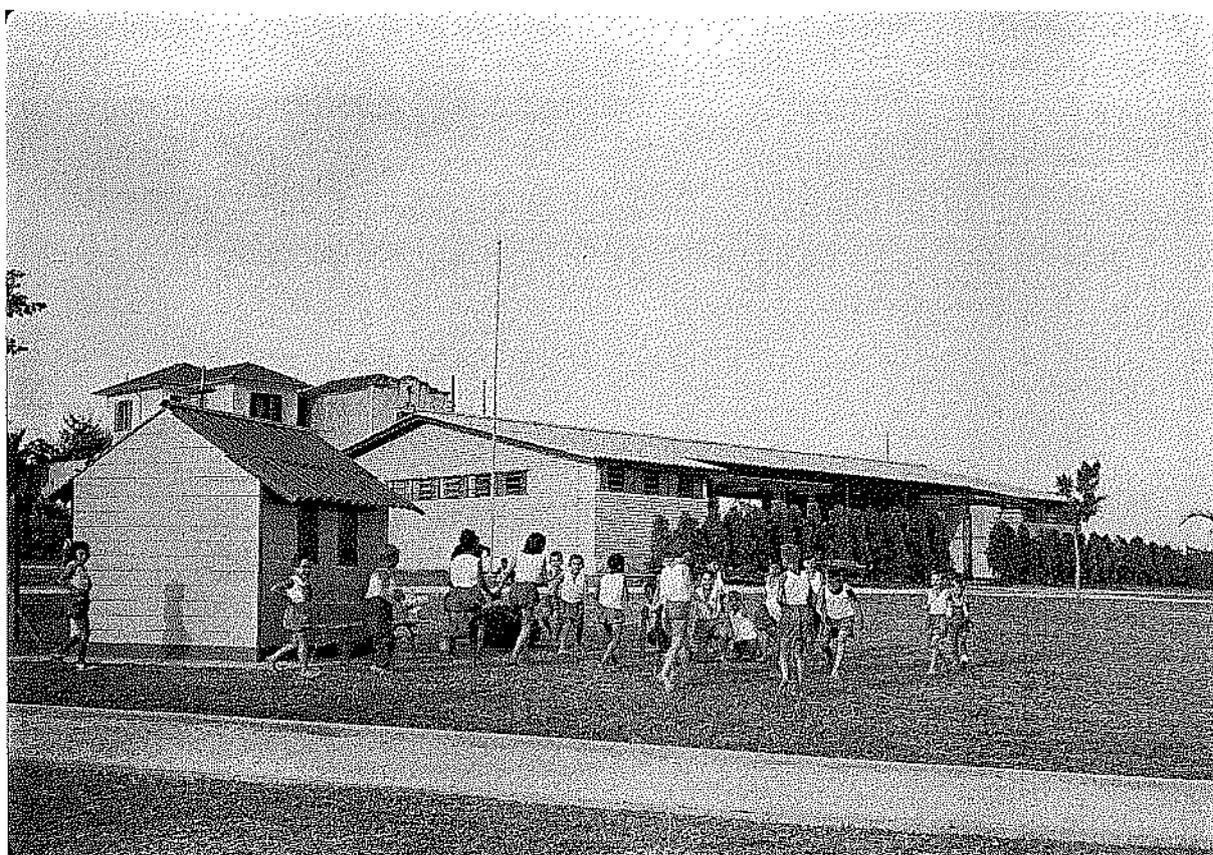
De acordo com o Relatório Anual de 1946 a 1948, quando Paulo Lauro esteve à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo (1947 e 1948), foi necessário atender um número maior de crianças no menor tempo possível. Para tanto, ele construiu, em bairros afastados, 15 Unidades Educativo-Assistenciais, sendo 14 Parques Infantis e um Recanto Infantil, possuindo em sua estrutura física: grande galpão central, sala de funcionários, instalações sanitárias, chuveiros e copa-cozinha. Nas áreas livres, foram instalados: balanços, deslizadores, gangorras, carrosséis, escadas fixas horizontais e verticais e outros. Esses foram os aparelhos considerados do tipo econômico em relação à estrutura de sua construção física, pois foi necessário o barateamento das instalações para permitir a construção de muitos em tão pouco tempo.

Segundo o mesmo documento citado acima, nessa época houve muita dificuldade com relação à falta de material, falta de instalações adequadas para atender às diferentes

especialidades ali oferecidas e à defasagem no quadro de pessoal. Talvez devido ao aumento das construções de Parques Infantis num breve espaço de tempo, tenha havido dificuldade na reposição dos funcionários, na manutenção dos equipamentos já existentes e na adaptação das especialidades na nova estrutura das Unidades.

Apesar das dificuldades nesse período, os Parques Infantis eram dotados de uma infraestrutura organizada, mesmo aqueles do tipo econômico.

Para análise tem a seguinte imagem:



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 6 – Fachada do Parque Infantil do Ibirapuera, 1947. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Esta fotografia datada de 1947 apresenta a fachada do Parque Infantil do Ibirapuera, provavelmente do tipo econômico, pois possui apenas um grande barracão de madeira. Notam-se as crianças realizando atividades físicas num amplo espaço ao ar livre. Aparece também uma casinha de bonecas. Infere-se, portanto, que, apesar de a construção ser mais econômica, o espaço físico continua atendendo à necessidade de movimento das crianças.

Nos Parques Infantis, conviviam crianças de 3 a 12 anos de idade. Nas atividades em geral, as crianças eram agrupadas pela idade, sendo a primeira turma de 3 a 6 anos, a segunda de 7 a 9 anos e a terceira de 10 a 12 anos de idade. As turmas eram formadas por crianças de ambos os sexos. Na análise do Boletim Interno, não se apresenta indício de rigidez nesta divisão, nem tampouco na indicação das atividades exclusivamente para uma faixa etária ou para um determinado sexo, somente com relação ao bailado que era indicado para meninas de todas as idades e para os meninos até 6 anos.

Quanto à qualidade de ensino, todos os Parques Infantis eram assessorados pela Divisão de Educação, Assistência e Recreio, que procurava investir na formação e atualização dos profissionais especializados, organizando reuniões mensais do Conselho Técnico Consultivo e dos técnicos das diversas áreas; organizava e distribuía também o Boletim Interno Mensal e propiciava intercâmbio, estudo e pesquisas para alguns educadores.

Além das reuniões, outras estratégias eram utilizadas visando ao aperfeiçoamento técnico dos funcionários dos Parques Infantis, tais como: exibição de filme com tema referente à educação das crianças, palestras proferidas por pessoas conhecidas no meio científico e educacional sobre educação, incluindo Educação Física e saúde. A Divisão também incentivava a participação dos educadores em congressos, mediante a apresentação de alguns trabalhos realizados nos Parques.

Quanto aos aspectos físicos, os Parques possuíam áreas livres e arborizadas, nas quais as crianças poderiam constantemente tomar sol e estar em contato com a natureza. Havia brinquedos de parque, tanque de areia, casinha de bonecas e alguns também eram providos de piscinas.

Nos Parques Infantis, oferecia-se alimentação às crianças, fundamental para a saúde física da criança. Na Campanha da Alimentação, em 1948, foi sugerido à Secção Técnico-Educacional que a alimentação deveria ser completa, contendo alimentos representativos dos *principais grupos de princípios nutritivos*, indispensáveis ao desenvolvimento corporal sadio das crianças. Para preparar as refeições, deveria haver nos Parques Infantis: fogão elétrico ou a gás; equipamento e utensílios de cozinha; verba específica para os alimentos; fornecimento de material didático para orientar os profissionais e organização de uma horta (FRANCO, 1948, p. 8).

Valorizava-se a atividade de jardinagem ou horta no Parque que, segundo a orientação do Boletim Interno, a educadora deveria fazer uma relação entre o desenvolvimento corporal e a alimentação, isto é, através do cultivo das plantas das pequenas hortas, as crianças compreenderiam melhor o fenômeno do seu próprio crescimento e as relações do crescimento

com a alimentação (IPPÓLITO, 1948, pp. 91-92).

A esse respeito destaca-se a seguinte imagem:



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 7 – Crianças na atividade de jardinagem, 1947. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

A importância dada ao crescimento corporal das crianças demonstra a influência dos renovadores da Escola Nova, os quais entendiam que as questões educativas estavam intimamente ligadas às biológicas (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 40).

O Parque Infantil, como já foi citado anteriormente, atendia a criança em meio período, no horário contrário àquele que ela frequentava no ensino regular e período integral, quando necessário. Diferenciava-se do ensino regular, pois não era obrigado a cumprir o conteúdo das diferentes disciplinas durante o ano.

Na visão de Leda Abs Musa, educadora sanitária, conselheira de Psicologia e diretora dos Parques Infantis Osasco e Benedito Calixto (1948, p. 87), os Parques Infantis desenvolvem uma:

[...] ação supletiva aos daquela atribuída à escola primária, cabendo a esta, em virtude da exigüidade de horários e extensão dos programas de ensino, a função mais específica de Instruir, enquanto que aos Parques Infantis se reserva a função de Educar, no sentido mais amplo do termo, suprindo lacunas do currículo escolar e carências da educação do lar, tão prejudicado com o afastamento cada vez maior dos pais, do ambiente familiar para o da fábrica. Os Parques Infantis coerentes com os modernos ditames de Educação, não procuram preparar para o futuro, mas levam a criança a viver a Educação, agindo no presente como deverá agir no futuro.

Então, nessa perspectiva, a preocupação não era apenas com a educação recebida dos pais, mas também com o tempo que a criança ficava sem orientação, nem dos pais e nem da Escola Estadual.

Com isso, nota-se a intenção de controlar a criança, filha de operários, não só no momento em que freqüentava o ensino regular, mas também no seu tempo livre. Entretanto, educar a criança no seu momento disponível significa também ensinar a ela como usufruir desse tempo da forma que lhe pudesse ser melhor.

A criança na fase de idade de 3 a 6 anos necessita de movimentação corporal e integração com outras crianças ou adultos, portanto, nos Parques, ao mesmo tempo em que ela era disciplinada com princípios higiênicos e morais, também usufruía os benefícios sociais, culturais, físicos e intelectuais propiciados pelas atividades de Educação Física. Um aprendizado que a criança levava para a vida toda.

De acordo com análise do Boletim Interno, a Educação Física tinha um papel importante na educação das crianças, pois trabalhava ao mesmo tempo a saúde física e mental. De acordo com Angélica Franco, conselheira de Educação Sanitária e diretora dos Parques Infantis do Brooklin e Ibirapuera (1948, p. 207):

[...] somente as pessoas sãs podem realmente participar de interesses comuns, apreciando devidamente as vantagens decorrentes da vida em sociedade e o valor das instituições sociais que lhes garantem segurança, bem-estar e possibilidades de desenvolvimento harmônico. Somente os povos sadios se afirmam e se fazem respeitados.

A proposta pedagógica que norteava as ações nos Parques Infantis era a dos “Centros de Interesse”, que funcionavam como elemento de ligação para promover a conexão dos objetivos. O Boletim Interno trazia o tema norteador do mês, em torno do qual todas as atividades deveriam basear-se. Entretanto, segundo Leda Abs Musa (1949, p. 88), apesar de haver um tema centralizador, este deveria ser *espontâneo*; a autora questiona “a imposição de um Centro de Interesse cujo *tema* seja Patriotismo, por exemplo, quando a criança prefere participar de atividades relacionadas à Páscoa”. Assim, o Centro de Interesse deveria ser escolhido pela criança, baseado num fato importante da vida do Parque que poderia ser: uma

visita a outra Unidade, ao Museu, Hospital; inauguração de horta; campanhas diversas; data religiosa ou cívica ou até mesmo um acidente ocorrido.

Os “Centros de Interesse” de *Decroly*, considerados por Lourenço Filho (1978, p. 179) como um dos sistemas didáticos de grande difusão, tinham como concepção *a conservação da vida e seu pleno desenvolvimento*. De acordo com Decroly:

O destino de um ser qualquer é antes de tudo viver. A educação deve ter, portanto, como fins: a) manter a vida; b) colocar o indivíduo em tais condições que ele possa alcançar, com a maior economia de energia e tempo, o grau de desenvolvimento que a sua constituição e as solicitações do meio lhe estejam exigindo (DECROLY apud LOURENÇO FILHO, 1978, p. 179).

Para Decroly, o essencial era viver a vida com o máximo de rendimento. Para tanto, ele propõe que o ensino se desenvolva por “Centros de Interesse”, que seriam um eixo de trabalho englobando diversos elementos do conteúdo desejado. Segundo ele, esse laço entre as disciplinas acentuaria o interesse da criança. Com relação às crianças de 3 a 6 anos de idade, é sugerido que o Centro de Interesse seja escolhido livremente, mas podendo ser aplicado também em outras faixas etárias.

Na esfera política, as inaugurações e reinaugurações dos Parques Infantis eram momentos apropriados para disseminação da proposta e das experiências educacionais para todo país. Elas eram previamente planejadas para que houvesse o máximo de divulgação de uma obra que se pretendia grandiosa. As reinaugurações ocorriam, muitas vezes, quando o Parque passava por uma reforma e ficava por um bom tempo fechado; assim se aproveitava o momento da reabertura para executar um evento com a presença de diversas autoridades e apresentações das danças ensaiadas pelas crianças do Parque.

Como exemplo, o Noticiário do Boletim Interno de setembro de 1948 avisa que foi inaugurado o Parque Infantil Alferes Gomes de Almeida no bairro do Barro Branco, contando com a presença das seguintes autoridades: Sr. Paulo Lauro (prefeito da cidade de São Paulo), Sr. Elias Siqueira Cavalcanti (secretário de Educação e Cultura), Sr. João de Deus Bueno dos Reis (chefe da Divisão de Educação, Assistência e Recreio), entre outros. Esse evento contou também com a presença em massa da comunidade. Diz ainda que o programa de festividades apresentou as formalidades peculiares às inaugurações, tais como: corte da fita simbólica, hasteamento da Bandeira Nacional ao som do Hino Nacional, discursos, apresentações artísticas etc.

Para uma melhor compreensão tem-se a seguinte imagem:



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 8 – Inauguração do Parque Infantil do Tatuapé, 25/01/1948. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

A fotografia mostra a inauguração do Parque Infantil do Tatuapé em 1948, em que se encontravam as mais altas autoridades do país: o presidente da República – Sr. Eurico Gaspar Dutra, o governador do Estado de São Paulo – Sr. Adhemar de Barros, o prefeito da cidade de São Paulo – Sr. Paulo Lauro e sua comitiva, entre outras personalidades importantes. Nota-se também a grande presença de pessoas para assistir à solenidade.

Ainda que esta foto não apresente a inauguração do Parque citado anteriormente no Noticiário do Boletim Interno, ela é uma representação da grandiosidade que envolvia esse tipo de evento, mostrando a importância política do Parque Infantil como projeto político e pedagógico da época.

Quando um dos Parques Infantis trabalhava alguma proposta diferenciada, que se destacava pelo seu planejamento e qualidade técnica, isso também culminava num grande evento. A parte artística, cuja apresentação ficava por conta das crianças, sempre possuía danças e bailados, os quais eram ensaiados durante o ano. Como exemplo, a 1ª Exposição Educativa do Milho, realizada no Parque Infantil D. Leopoldina, mencionada no Noticiário do

Boletim Interno de 1957 contou com a apresentação das crianças menores nos seguintes bailados: *O minueto de Beethoven*, *A valsa das espigas* e *A canção do milho*.

Neste aspecto percebe-se a intenção de divulgar a proposta da educação integral dos Parques Infantis para todo o país, considerando-a como proposta inovadora responsável pela redenção das crianças das classes menos favorecidas. Uma proposta que privilegiava a linguagem corporal para implantar hábitos higiênicos e valores morais e cívicos.

No dia-a-dia dos Parques Infantis, segundo análise do Boletim Interno, havia visitas de personalidades ilustres, incluindo pessoas estrangeiras que vinham especialmente para conhecer a sua proposta. Como é noticiado no Boletim Interno do mês de outubro de 1948 - visitas ilustres em agosto: D. Yolanda Carreño, educadora bolsista do Itamarati, do Ministério de Educação do Chile, e Dr. Thales de Azevedo, assistente técnico da Secretaria de Educação e Saúde da Escola de Serviço Social da *Baía*; visitas ilustres em setembro: Nélida Barrios, educadora social, comissionada pelo Governo do Paraguai para o estudo de Instituições Assistenciais, e Tutema Talvela, orientadora de jardins da infância na capital da Finlândia.

Deve-se considerar que os Parques Infantis possuíam realmente um peso significativo no meio político e educacional, devido ao interesse de diversos segmentos, tanto nacional como internacional, em conhecer sua prática e seus parâmetros pedagógicos.

Nas orientações do Boletim Interno, nota-se, nos programas de Educação Física, a intenção de disciplinar a criança quanto às condutas higiênicas, morais e cívicas, mas não de forma inflexível e de modo a sobrecarregar a criança. Procurava-se respeitar a idade, as possibilidades e as necessidades das crianças. Segundo Maria S. de Lourdes Sampel, Conselheira de Educação Física para Moças (1948, p. 27), a Educação Física

[...] não consiste apenas num sistema de exercícios com fins exclusivamente higiênicos, ou um meio de desenvolver melhores soldados, deve guiar-se pelas necessidades do educando, sob o ponto de vista do próprio educando a ser corrigida pela psicologia pedagógica, pela fisiologia, biologia, sociologia etc.

Segundo Maria S. de Lourdes Sampel, conselheira de Educação Física para Moças (1948, p. 27), a Educação Física, na sua concepção moderna, desempenha um papel *importantíssimo* no processo de educação integral, pois vai além das cogitações morfológicas, fisiológicas e estéticas, preocupa-se com a psicologia, pedagogia e sociologia. Valoriza a criança enquanto ser que possui valores e cultura, sendo que essas atribuições devem servir como guia para a educação.

Segundo consta no “Folheto organizado pela Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal São Paulo” (1949, p. 11), a cidade de São Paulo, por ser um

pólo em franco desenvolvimento industrial, atraía pessoas de origens diversas em busca de melhores salários e condições de vida condizentes com o mínimo necessário para seu bem-estar e de sua família, nos padrões de convívio impostos pela modernidade. Ainda de acordo com o Folheto citado acima, esse grande contingente de pessoas afluindo à capital, em lugar de encontrar a sonhada melhora de suas condições de vida, provocou graves problemas de ordem higiênico-sanitário e educacional, pois vários moradores se aglomeravam em apartamentos, cortiços e favelas, privando as crianças de espaços livres e possibilidades de desenvolvimento saudável.

A citação anterior salienta as inúmeras dificuldades encontradas na cidade de São Paulo, mas, apesar disso, as pessoas que lá viviam não queriam deixá-la e aquelas que eram de outros lugares aspiravam usufruir os seus benefícios, não voltando à sua terra de origem. Dessa forma, a cidade continuava cada vez mais populosa.

Segundo consta no Relatório Anual de 1946 a 1948, a educação integral era considerada importante, pois dela dependia a *formação integral do homem de amanhã*. As atividades seriam oferecidas em ambiente apropriado através de ações bem orientadas e organizadas, contribuindo para *constituir uma Pátria forte e respeitada*, uma vez que toda criança teria garantida a possibilidade de atingir o máximo desenvolvimento de suas *virtualidades*, de suas qualidades físicas, morais e psíquicas. Ainda segundo o documento citado acima, deveriam ser oferecidas oportunidades iguais a todas as crianças. Entretanto, não se devia esperar que tivessem o mesmo resultado, uma vez que cada um tem sua personalidade e suas possibilidades dentro da sociedade.

Dessa forma, por um lado, respeitava-se a individualidade, mas por outro lado reforçava-se a idéia da competitividade e das diferentes capacidades de cada um dentro da sociedade, apontando para a desigualdade.

Comprovando ainda o intuito da preparação da criança desde pequena para a *formação do homem adequado às condições da sociedade paulistana*, que também correspondia com a perspectiva nacional e internacional com relação à educação das crianças menos favorecidas, destaca-se um trecho do pronunciamento do Dr. João de Deus Bueno dos Reis, chefe da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, no ato da reabertura do Parque Infantil do Ipiranga, realizada no dia 02 de abril de 1949 (1949, p. 175):

Como disse e insisto novamente, Deus permita que esta Oficina de Forjar Cidadãos, que é o Parque Infantil [...], nunca mais cerre suas portas. Hoje ela se reabre toda engalanada de novo e de cada canto do edifício e de cada árvore ouço a voz cristalina da esperança que nos diz de suas grandes possibilidades e que nos anima a esperar um Mundo melhor para nossos filhos e netos.

O autor citado acima considerava que os Parques Infantis são espaços educacionais onde, pela intencionalidade dos educadores e através da organização de atividades prazerosas, a criança aprenderia a viver e a lidar com os valores culturais, não só na sua infância como também na vida adulta.

Continuando seu pronunciamento fala da missão dos educadores:

Descobrir e desenvolver harmoniosamente, em todos os educandos, até o maior grau possível, as capacidades físicas, emocionais, morais, estéticas e intelectuais da criança e do adolescente, a fim de aumentar suas possibilidades, de alcançar felicidade e êxito, não só na infância e na juventude, como também na idade adulta, e ajustá-los ao meio através de um processo de cultivo do sentido social do espírito de cooperação, laboriosidade, lealdade, honestidade, como também das habilidades e conhecimentos úteis, em uma palavra, de tudo quanto concorre para aumentar os valores da cultura e da civilização, eis o objetivo das Instituições Educativo-Assistenciais que honram a prefeitura de São Paulo.

Assim, havia uma grande preocupação na formação da criança, tanto física como mentalmente, com relação ao seu bem-estar e ao bem-estar da sociedade, no momento de sua existência e principalmente com relação à sua vida futura. Como afirma a Conselheira de Psicologia, Leda Abs Musa, no artigo *Civilização e Neurose* (1949, p. 217),

A cultura ocidental, pela sua própria natureza, tende progressivamente a gerar nos que a constituem uma grande dose de ansiedade, pois o homem vem sendo, cada vez mais, prejudicado no exercício de suas potencialidades para o bem, a felicidade, a paz de consciência e o esforço construtivo pessoal e social. Isso faz com que ele se sinta temeroso, cheio de dúvidas, perplexo, em conflito, ansioso e confuso, e nesse estado não pode agir simples e construtivamente, pois seu corpo o perturba tanto quanto sua mente.

Salienta ainda que a *neurose* não é só fruto das influências sociais, mas também das marcas carregadas desde a infância. Devido, portanto, à crença de que a deterioração das condições sociais, as modificações dos padrões de convívio que a sociedade impunha às pessoas e de que muitas perturbações apresentadas pelos adultos eram frutos de maus hábitos aprendidos na infância, em muitos dos Boletins analisados é enfatizada a tendência de se inculcar hábitos sociais nas crianças que viessem a influir de forma benéfica na formação do seu caráter e na constituição de um firme alicerce para sua vida futura.

Na análise do Boletim Interno, nota-se que a frequência das crianças nos Parques era considerada de grande importância, visto que por várias vezes se discute a causa da baixa

presença delas nas Unidades. Com o objetivo de melhorar a assiduidade das crianças, eram realizadas campanhas para esclarecimento à população a respeito dos benefícios *educativo-assistenciais* a que se propunham os Parques Infantis em relação à infância. Além dos filhos de operários, matriculavam-se nesses locais os filhos dos *professores do Grupo Escolar* (FRANCO, 1950, p. 197).

Publicavam-se, mensalmente, no Boletim Interno, gráficos representativos de curva de frequência das crianças nos Parques Infantis. Aqui surge uma indagação: a importância da permanência da criança nos Parques Infantis deve-se ao fato de se poder controlar a cultura corporal de um número maior de crianças, ou seria para propiciar uma educação de qualidade, de forma recreativa, para uma grande quantidade de crianças?



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 9 – Controle de entrada do Parque Infantil de Indianópolis, 1947. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

A fotografia mostra a entrada das crianças sendo controlada por um adulto. As crianças traziam sacolas com seus pertences pessoais, incluindo toalha de banho. Estavam, em sua maioria, uniformizadas com camiseta e calção; nota-se que não era exigido calçado. Ao

fundo, vê-se um tanque de areia com crianças brincando e também uma casinha de bonecas. Mais uma vez, devemos atentar para a grande área aberta e arborizada. Percebe-se que o Parque se localiza em uma região afastada do centro, provavelmente em bairro popular.

O Relatório Anual de Educação, Assistência e Recreio de 1951 registra a existência, no ano de 1951, de um ambulatório de oftalmologia no Parque Infantil D. Pedro II, um ambulatório de otorrinolaringologia no Parque Infantil da Barra Funda e um ambulatório de ortopedia no Parque Infantil da Barra Funda, que atendiam as crianças de todos os Parques. Aponta também as visitas domiciliares, as quais atendiam também os familiares, encaminhados ao Hospital Municipal e às Clínicas. Não deixa também de enfatizar a dificuldade do trabalho devido à falta de recursos materiais e de pessoal especializado nos atendimentos oferecidos. Existia assim, uma grande preocupação com as crianças em relação ao funcionamento adequado das funções do seu organismo, dos seus órgãos sensoriais e locomotores e também com a saúde das pessoas que conviviam com elas. Contudo, essa preocupação esbarrava, de certa forma, nas dificuldades financeiras de se manter um aparato grandioso.

Nos Parques, havia uma estrutura especial para proporcionar a saúde corporal das crianças, com ambulatório e aparelhos especializados. Isto retoma e consolida propostas presentes na sociedade brasileira desde o Estado Novo, e que, segundo Brites (2004, p. 57), havia uma ligação forte entre saúde e educação, pois “ambas participavam da formação para o trabalho e da assistência ao trabalhador e à sua família”.



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 10 – Sala de Enfermagem do Parque Infantil da Barra Funda, 1947. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

A assistência médica para a prevenção e manutenção do corpo sadio estava incluída na Educação Física. No Parque Infantil, aplicava-se tanto a medicina preventiva quanto a curativa, pois as crianças passavam pelos exames médicos de rotina, tomavam vacinas, tinham atendimento dentário e eram encaminhadas para clínicas específicas quando apresentavam alguma doença ou problema. Segundo Filócomo (2006, p. 34), ao se referir à influência da medicina nos Parques Infantis, essa talvez fosse “uma medida para tentar remediar ou amenizar a carência que ocorria nos atendimentos à saúde da população, tanto no atendimento das doenças em geral, quanto no atendimento do excepcional”.

Para trabalhar nos Parques Infantis, os médicos se especializavam nas questões educativas, uma vez que, por determinação do Secretário de Educação e Cultura, a partir de 1951, ocorria anualmente um *Seminário de Medicina Pedagógica*. Portanto, o médico que se especializava em educação assumia um papel importante nas funções do poder público e representava mais um educador na formação das crianças (Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, 1951).

Percebe-se que a saúde e a educação estavam intimamente ligadas, mas a preocupação não se dava apenas com a saúde física do indivíduo, como no Estado Novo, preparando-o para o trabalho. A visão se voltava também para a saúde mental que englobava o desenvolvimento social e psicológico do ser humano apontando não somente para a disciplina no trabalho, como também para seus momentos livres.

De acordo com o Relatório Anual de 1951, no mês de fevereiro, o número de crianças registradas nos Parques Infantis duplicou e, a partir do mês de agosto, triplicou. Ainda conforme o mesmo relatório foram inauguradas três Unidades, sendo que duas delas já entraram em funcionamento em 1951. O Relatório citado acima apresenta a seguinte consideração a respeito do aumento da procura dos Parques e Recantos Infantis: *podemos inferir, que nossas Instituições estão sendo melhor compreendidas ou conhecidas de nossa gente que dela procura tirar maior proveito.*

Até o ano de 1950 já haviam sido construídos 22 Parques Infantis e dois Recantos Infantis, e no ano de 1951 foram construídos dois Parques e um Recanto, sendo que destes somente um Parque e um, Recanto estavam em funcionamento naquele ano. Levando-se em conta o fato de a frequência aumentar três vezes, representa, de certa forma, que essa comunidade passa gradativamente a compreender a importância da educação e da assistência ali oferecida às crianças.

Segundo o Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1951, pela Portaria nº 185, são criadas as Caixas Escolares, da mesma forma como já se fazia nos Grupos Escolares do Estado e que viabilizaram com mais tranquilidade a distribuição de alimentos, uniformes, objetos de higiene, medicamentos e material escolar. Com a implantação da Caixa Escolar, foi possível a construção de Parques considerados do tipo médio em relação à sua estrutura, isto é, sem a *suntuosidade* daqueles do tipo grande, mas também *sem a carência* de recursos daqueles do tipo econômico, atendendo, assim, uma das finalidades da instituição: receber o maior número de crianças possível com determinada qualidade.

De acordo com Maria S. de Lourdes Sampel, conselheira de Educação Física para Moças (1952, pp. 08-17), a proposta pedagógica da Educação Física nos Parques Infantis utilizava atividades prazerosas, orientadas pela necessidade do educando em desenvolver a sua personalidade. Através de jogos e exercícios animados, em sua maioria, buscava-se atingir os objetivos desejados, tais como: conservar melhor a saúde, estabelecer hábitos e princípios de vida, influenciar hábitos de higiene nos pais através das crianças, melhorar as gerações para uma *nação mais apta* e, quanto às meninas, estimular o crescimento adequado para a

maternidade e a graça para encantar.

Confirmando a proposta citada acima e de acordo com “O Parqueano” (1952, p. 1), no Parque Infantil se encontra

[...] um ambiente sadio, cheio de interesse e atrações para as crianças de 3 a 12 anos, onde elas podem, sob orientação de verdadeiras educadoras, desenvolver, por meio da educação, todas as suas atividades espontâneas, polindo-lhes as maneiras, inculcando-lhes hábitos higiênicos e sociais, instruindo-as com leveza, desenvolvendo-lhes o intelecto e assistindo-lhes a saúde.

Assim, educando o corpo através de atividades lúdicas, educava-se também o comportamento humano, de forma que a criança não sentisse a imposição de normas e procedimentos desejados pelos educadores.

A orientação constante no Boletim Interno sobre higiene, alimentação, enfim, todo cuidado necessário com o corpo indica uma visão de controle social e homogeneização dos costumes. Entretanto, considerando as necessidades das crianças na faixa etária de 3 a 6 anos, estes momentos de cuidado com o corpo são previsíveis e desejáveis.

Na palestra proferida por Ida Jordão Kuester, Conselheira de Recreação (1953, p. 100), com o tema *Parques e Recantos Infantis e seu programa de educação pela recreação*, ela afirma que a cidade contava com 25 Parques Infantis e três Recantos Infantis, localizados em diversos bairros:

[...] enquanto os Parques Infantis educam, assistem e recreiam crianças carecidas sob todos os aspectos, os Recantos Infantis oferecem condições de vida sadia e alegre para as crianças residentes em casas coletivas e apartamentos, em espaços exíguos para a recreação infantil. Os Parques e Recantos Infantis do Departamento de Educação, Assistência e Recreio são Instituições Municipais de frequência pública, porém controlada, localizadas em amplas áreas arborizadas e fechadas, providas de uma sede adequada a suas finalidades, com recursos e atrativos indispensáveis à educação, assistência e recreio das crianças. (KUESTER, 1953, p. 100)

Nota-se o preconceito em relação às crianças menos favorecidas, pois apesar de as Unidades possuírem os mesmos objetivos - educar, assistir e recrear -, elas eram diferenciadas pela classe social a qual atendiam e também pelo seu próprio nome.

De acordo com Kuester (1953, p. 99), a educação propiciada nos Parques e Recantos Infantis era importante na vida das crianças, pois:

[...] numa cidade como São Paulo, com ritmo notável crescente, aumentando suas construções e diminuindo as áreas livres, a criança fica sem lugar adequado a seus folguedos e procura a rua como refúgio para suas necessárias expansões. Mas na rua a criança é envolvida por perigos de toda a natureza tais sejam os atropelamentos, as brigas, as imprudências, as más companhias com todas as suas funestas conseqüências.

A vida moderna, com a mulher fora do lar e a escola com seus períodos de aula reduzidos deixando muitas horas de lazer à criança, exige instituições extra-escolares como imprescindíveis complementos da educação infantil. Além disso, os pré-escolares são carentes de recursos com a escassez dos jardins da infância; os Parques e Recantos Infantis, abrangendo a educação das crianças desde os três anos, resolvem o problema proporcionando aos pré-escolares oportunidades educativas superiores às dos jardins da infância comuns, onde geralmente as atividades se desenvolvem em salas fechadas, opostas ao ambiente vivificador que o Parque ou o Recanto lhes oferece, sob o céu aberto, com verdura das árvores e seus gramados batidos de sol.

No estudo do Boletim Interno, nota-se o empenho da Divisão de Educação, Assistência e Recreio em procurar manter atualizada a pesquisa para melhor estabelecer as orientações com respeito à aplicabilidade dos métodos educacionais e assistenciais, dos recursos técnicos e dos materiais.

De acordo com o Relatório Anual de 1954, a orientação pedagógica oferecida aos educadores era *sistemática e contínua* e era efetuada através dos *trabalhos publicados no Boletim Mensal, elaboração de Centros de Interesse, projetos educacionais, recomendação de leituras e de cursos de extensão e de aperfeiçoamento*.

Em 1954, os Parques passavam por dificuldades financeiras e nem sempre era possível realizar o trabalho de rotina planejado e orientado através do Boletim Interno. Como alternativa, dava-se liberdade aos educadores para aplicação das atividades, sendo que essas muitas vezes deveriam ser improvisadas. De acordo com Maria de Lourdes Sampel, conselheira de Educação Física para moças (1954, p. 8), ao se referir às orientações do Boletim Interno,

[...] essas idéias devem servir como lembrete ou ponto de partida, ficando os Educadores com ampla liberdade de aproveitá-las ou não, modificando-as, melhorando-as ou ampliando-as, segundo as circunstâncias de cada Unidade e a capacidade didática de cada Educador.

Conforme afirma Castro (1954, pp. 22-24), os Parques Infantis eram uma opção para a criança paulistana, filha de operários; neles havia uma educação diversificada sistematizada em período contrário ao ensino regular, de forma que acabavam educando e assistindo essas crianças em período integral. As pessoas das classes operárias, em sua maioria, moravam em porões ou barracões de madeira com um ou dois cômodos, que ficavam fechados enquanto os pais precisavam sair para trabalhar o dia inteiro e as crianças não tinham com quem ficar. Segundo a autora citada anteriormente, a melhor opção seria mesmo estar em casa com a família, mas, devido às circunstâncias da sociedade moderna e da vida urbana, a educação e assistência recebidas nos Parques Infantis eram a solução para o momento. Eram ensinados e praticados diariamente hábitos de higiene; as crianças brincavam e faziam exercícios ao ar

livre; era estimulada a prática da horticultura e jardinagem; havia alimentação, assistência médica e dentária, tratamentos diversos e vacinações. Nas atividades artísticas, tinha-se a colaboração das jardineiras, recreacionistas, professoras de Educação Física e das educadoras musicais.

A todo o momento, nota-se a influência da Escola Nova que considera que os aspectos biológicos e psicológicos da formação humana estão ligados à organização da vida social. Valorizam-se na infância o crescimento e a saúde corporal em locais adequados, com boa alimentação e atendimento de pessoas especializadas, juntamente com o equilíbrio emocional e os contatos e as relações humanas (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 19).

Nos Parques Infantis, o educar e o assistir estavam interligados, pois as atividades de rotina tais como: alimentação, descanso, trabalho manual, jogos, dramatizações, brincadeiras na areia, brinquedos de parque, higiene, horticultura, atividades livres, canto orfeônico, entre outras, deveriam ser realizadas de forma prazerosa através de ações inovadoras, priorizando o interesse da criança, conforme análise realizada no Boletim Interno. É importante esclarecer que, apesar de essas atividades de rotina existirem, em nenhum momento encontraram-se no Boletim horários fixos para essas atividades ou determinação de locais nos quais cada turma deveria permanecer.

Os momentos de higiene não têm somente a finalidade de deixar o corpo da criança limpo e saudável. Podem ser momentos de prazer, de experiências lúdicas e de aprendizagem. Ao mesmo tempo, as atividades corporais não desenvolvem apenas habilidades físicas e relações humanas, mas caracteriza-se também pelo cuidado com o corpo.

Havia uma certa integração com a comunidade, principalmente devido às diversas campanhas organizadas nos Parques Infantis. Uma delas foi sugerida pelo Conselho de Melhoria da Limpeza do Centro da Cidade, a *Campanha da Semana Educativa*. Além das atividades direcionadas à limpeza, foram solicitados ao Conselho citado acima coletores de lixo para os Parques Infantis (Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1954).

Em 1954, de acordo com o Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1954, foi feito um trabalho nas favelas do Piqueri e Canindé, através do qual um grupo de Educadores providenciou a matrícula de 87 e 71 crianças, respectivamente. Para a locomoção dessas crianças até os Parques Infantis, foram feitas reservas de ônibus.

Afirma Giselda Rupolo, diretora do Parque Infantil do Brooklin (1954, p. 70), que “a educação inicia-se no primeiro dia de vida. A personalidade do adulto é formada na aquisição dos hábitos desde pequeno”. A criança deve se desenvolver em ambiente higiênico, sadio,

calmo, otimista e agradável para que sejam “os homens fortes que, amanhã, darão brilho e valor à nossa Pátria”. Assim, pensava-se que, com uma orientação adequada proposta num ambiente propício, a criança seria levada ao sucesso na vida futura, tanto para ela própria como também para a comunidade.

Maria de Lourdes Paternostro, educadora do Parque Infantil Itaim (1954, pp. 119-122), reconhece que o melhor agente da educação das crianças é a família, no entanto, diz que é necessário também o trabalho de outros grupos que possam suprir a falta da mesma ou que auxiliem, quando necessário. Aponta o Estado como órgão que contribui para completar a educação recebida em casa por meio de escolas ou instituições educativas; também a Igreja colabora, “orientando e elevando o indivíduo a seu *Creador*”. A autora entende que a educação da infância não deve ocorrer só na escola, mas também através de outros tipos de instituições; assim novamente é percebido o espírito escolanovista presente no pensamento dos educadores dos Parques.

Em 1955, o processo educacional era o plano principal proferido tanto pelo governo como também pela comunidade científica da época para a democratização da sociedade. Nesse período, conhecido como *do desenvolvimentismo*², houve uma grande pressão sobre o Estado por parte de vários setores sociais, que acreditavam que a industrialização promoveria a prosperidade social e a educação levaria à estabilização social. A igualdade social era entendida como uma consequência da aceleração do desenvolvimento econômico e da educação para todos. Ampliando-se as vagas públicas, garantir-se-ia a integração social.

De acordo com Xavier (2003, p. 489), no que se refere à educação,

[...] a expectativa dos governantes era colocar o sistema escolar a serviço do desenvolvimento da indústria e dos setores de serviços, cobrindo as duas pontas requeridas pelo desenvolvimento econômico: ampliar a oferta de mão-de-obra qualificada e formar quadros técnicos competentes para gerir a economia do país.

Assim, segundo a autora citada acima, por esse novo estilo de vida – urbano e industrial – justificou-se a ampliação das oportunidades escolares, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo.

Mas o plano de modernização não abordou nem os meios, nem as relações sociais de produção e, de acordo com Alfredo Bosi, quando se refere à busca do *desenvolvimentismo* no

² Segundo Xavier (2003, p. 491), “a despeito dessa noção (desenvolvimentismo) ter assumido significados diferenciados no período, de uma maneira geral associava-se desenvolvimento, urbanização e industrialização, formando-se o tripé sobre o qual se devia assentar o processo de modernização”.

período pós-guerra, “nenhuma política democrática, nenhum cuidado de humanização do cotidiano pobre guiou o processo de industrialização e urbanização” (BOSI, 1978, p. 8). O mesmo autor completa ainda: “O desenvolvimento, nos moldes em que foi executado, agravou os desníveis econômicos e políticos. E a urbanização virou máquina de favelamento na periferia, congestionamento no centro, poluição em toda parte”.

Em 1956, segundo Oliveira (1985, p. 15), os Parques Infantis começaram a perder força política devido à obrigatoriedade do Ensino Primário Municipal (Decreto-lei 3.185/56). Os Parques Infantis não tinham mais a mesma atenção dos governantes que passaram a se interessar e direcionar mais recursos financeiros ao ensino primário. A comunidade optava em colocar seus filhos no Ensino de 1ª a 4ª série, o que levou à saída de muitas crianças em idade escolar dos Parques. Assim abriram-se mais vagas para as crianças de 3 a 6 anos de idade.

A partir de então, passa a haver uma integração entre os Parques Infantis e a Escola Primária Municipal. Em 1967, no que se refere à estrutura física, foram construídas 24 salas de ensino primário junto a 12 Parques, em caráter experimental. Quanto à parte pedagógica, iniciou-se um estudo partindo do princípio de que a educação pré-escolar diminuiria o índice de reprovação dos alunos na 1ª série.

De acordo com Oliveira (1985, p. 16), em 1975 os Parques Infantis passam a se denominar Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), atendendo crianças de 3 a 6 anos de idade. Exige-se dos educadores a habilitação em Educação Pré-Primária no nível de 2º grau (lei 8.209/75).

3. A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PARQUES INFANTIS

Esta pesquisa tem como referencial documental o Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio que publicava as teorias e as atividades práticas pensadas para as crianças que freqüentavam os Parques Infantis da cidade de São Paulo, no período de 1947 a 1957. Sabendo que essa publicação seguia as diretrizes estabelecidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, procura-se, nos seus vestígios, lembrando de Marc Bloch (2001), abarcar a Educação Física pensada para as crianças de 3 a 6 anos de idade, a fim de contribuir para o enriquecimento da compreensão dos processos dessa Unidade Sócio-Educacional, em termos de história das práticas pedagógicas, principalmente as de Educação Física e do pensamento dos educadores da época.

Com a Segunda Guerra, o Brasil buscou novas alternativas para preencher os espaços abertos em seu projeto de industrialização. Dentro dessas alternativas, estava uma nova proposta educacional, de forma a tornar a população mais apta à vida da cidade industrial.

Assim, de acordo com Castellani Filho (1991, p. 94), a Educação Física tornou-se obrigatória nos estabelecimentos de ensino, a fim de promover o adestramento físico necessário ao cumprimento dos deveres dos jovens para com a economia, isto é, orientar para a manutenção e recuperação da força de trabalho. Essa preocupação se estendia aos momentos livres dos trabalhadores, com a intenção de orientar, ainda que indiretamente, o aumento da capacidade produtiva de cada indivíduo.

No período do pós-guerra, os educadores envolvidos com as idéias renovadoras da Escola Nova desenvolveram a proposta pedagógica da educação integral. Na área da Educação Física, buscava-se superar o conceito *anátomo-fisiológico* apresentado no Regulamento Geral de Educação Física nº 7 (Método Francês), através de uma proposta de concepção *bio-psico-sociológica*.

O Regulamento Geral de Educação Física nº 7 surgiu em 1927 na França, de acordo com Betti (1991, p. 75), e foi considerado adaptável à cultura brasileira na década de 1930, devido à sua característica científica, moderna e racional, sendo adotado no Exército e no Ministério da Educação e Saúde. Baseado no pensamento médico higienista possuía a concepção *anátomo-fisiológica*, em busca da harmonização das qualidades físicas e morais.

Esse método, de caráter mecânico, era baseado na movimentação isolada dos segmentos. Por serem exercícios executados automaticamente, sem prazer, não eram indicados para as crianças (Revista de Esporte e Saúde, março de 1940, nº 40, p. 17).

Em oposição ao Método Francês, em que se aplicava exercício formal e artificial da

mesma maneira para diferentes estágios, o Prof. José Benedito de Aquino (Revista de Esportes e Saúde, março de 1940, nº 40, p. 18) posicionava-se a favor do exercício natural da criança e defendia a atividade de acordo com a especificidade da faixa etária; assim, propunha jogos para os programas infantis e dizia que “o instinto do jogo, a alegria de expandir-se são outros tantos motivos de preferência e que não devem ser esquecidos”.

Conforme Colombo (1955, p. 4), a Educação Física foi limitada pela *unilateralidade* dos conhecimentos, pois primeiro se ocupou da anatomia, depois da fisiologia e posteriormente da psicologia. Propôs o conceito *social-educativo*, onde a Educação Física “deixa de encarar o indivíduo isoladamente para conduzi-lo como elemento de um grupo, de uma sociedade” (COLOMBO *apud* BETTI, 1991).

Nos Parques Infantis, a recreação era reconhecida pelo alto valor educacional, devido ao alcance dos objetivos delineados com relação às crianças, conforme entendiam seus organizadores. Isso se comprova pela criação dos cargos de recreacionista e de jardineira, para trabalhar com elas. De acordo com o tema, *A recreação na educação da infância*, apresentado no Boletim Interno - fevereiro de 1947 (não consta autor, 1947, p. 28), a recreação funciona como:

[...] fator de prevenção de psicoses e neuroses, tão freqüentes nos grandes centros urbanos, onde são escassas as horas de lazer. Funciona também como elemento de educação moral e cívica, afastando a criança do meio prejudicial, contribuindo, graças ao ambiente adequado e atividades cientificamente orientadas, para a formação integral de sua personalidade.

O objetivo do Parque Infantil, educar e assistir as crianças das classes populares deveria ser permeado pela recreação. O *corpo e a mente* eram estimulados a partir da seleção de brincadeiras, jogos, dramatizações e bailados revestidos de orientações morais, cívicas e de higiene.

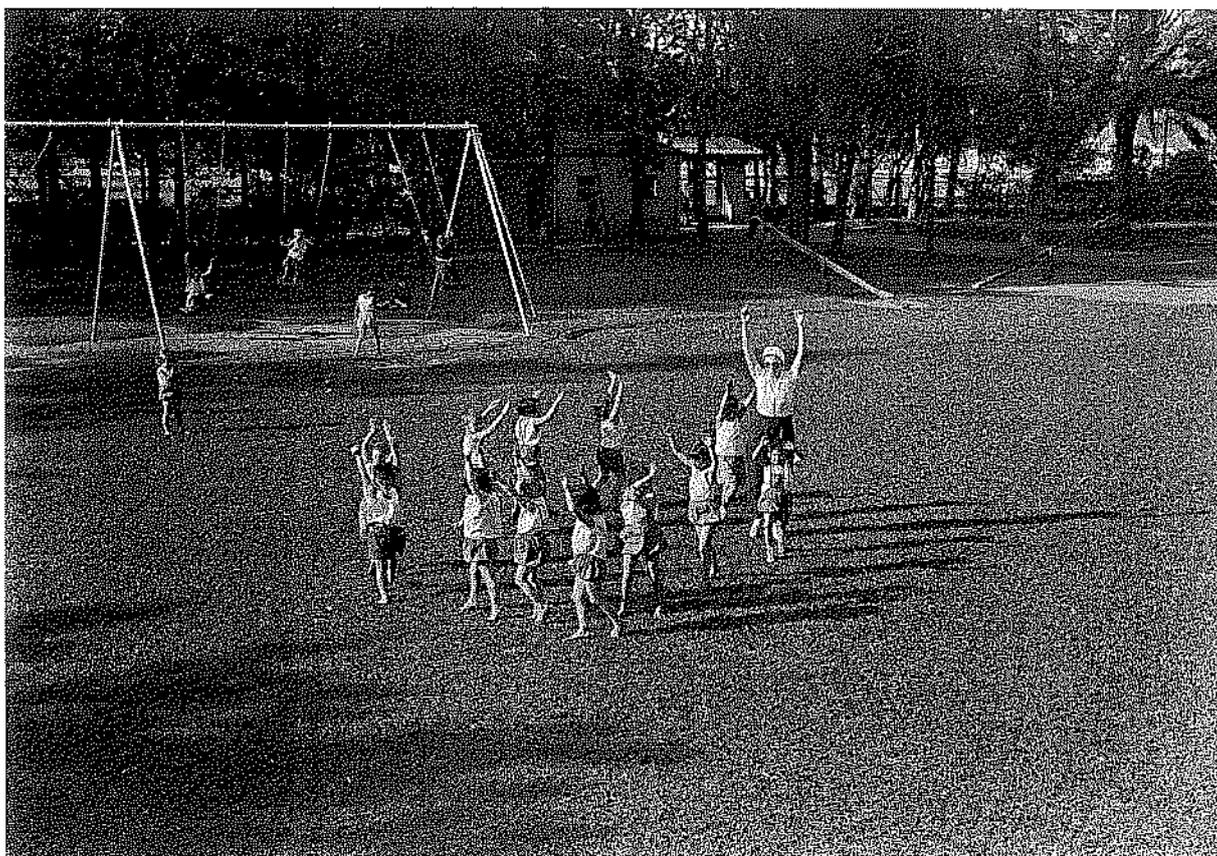
Percebe-se, pela análise do Boletim, o interesse em descartar a experiência vivida pela criança em suas casas e na cidade, trocando-a pela vivência em um local amplo, arborizado, equipado com brinquedos diversos e controlado por educadores capacitados. Desse ponto de vista, a recreação seria uma forma de atrair a criança de 3 a 6 anos de idade e promover sua educação integral, seguindo a perspectiva utilitária que tinha como finalidade a mudança dos hábitos cotidianos da criança.

Outro preceito importante era a formação de hábitos posturais adequados para as crianças, denominado no Boletim Interno de *Boa Atitude*. Segundo o tema *Boa Atitude* apresentado no Boletim Interno - fevereiro de 1947 (não consta autor, 1947, p. 26), a criança “deve prezar o hábito da Boa Atitude de tal modo que nunca o abandone, mesmo em

ocupações ou profissões futuras”. O tema apresentado orienta ainda que se deve insistir para que a criança adquira os bons hábitos, mas sem atingir seu esgotamento, isto é, o assunto deve ser abordado com *arte e cuidado* para que a persistência não *aborreça* a criança. Para o professor de Educação Física alcançar o objetivo de desenvolver o hábito da *boa atitude*, foram sugeridos, entre outros, os seguintes *jogos*: 1. Jogos de controle – “Ponte humana” e “Gigante e anão”; 2. Jogos em decúbito dorsal – “O livro aberto e fechado” (adução e abdução dos membros inferiores) e “Bicicleta”; 3. Jogos em pé – “Boneca de papel colada à parede” (contrair o abdômen e tocar a parede com a coluna vertebral) e “Árvores eretas e depois dobradas pelo vento”¹.

Esses *jogos* sugeridos, apesar de não haver maiores explicações a respeito do seu desenvolvimento no Boletim possuem a concepção anátomo-fisiológica, pois desenvolviam as funções do organismo e exercitavam os grandes segmentos musculares. Como indica Betti e outros autores a respeito do Método Francês, trata-se de atividades que pouco privilegiam a iniciativa da criança em função de uma disciplinarização dos movimentos.

¹ De acordo com o Boletim Interno – fevereiro de 1947, os jogos sugeridos foram extraídos da Revista Brasileira de Educação Física e Higiene de autoria de Afrânio Peixoto com o tema “Educación física del niño” - Spitzzi.



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 11 – Ginástica orientada pela educadora do Parque Infantil Pedro I, 1947. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

A fotografia datada de 1947 mostra uma atividade de ginástica dirigida pela educadora com exercícios mecânicos. Ao fundo, percebem-se outras crianças brincando livremente nos brinquedos de parque.

Um fator importante, muito enfatizado no Boletim e que contrasta com o que se observa na fotografia apresentada anteriormente é a insistente orientação para que as educadoras respeitassem as possibilidades e as necessidades corporais das crianças, como podemos observar no artigo *Objetivo da Educação Sanitária* (não consta autor, 1948, p. 3), referindo-se à forma de propor as atividades para a criança:

Não sobrecarregá-la com programas rígidos, nem obrigá-la a uma disciplina inflexível, pois para tanto, já são suficientes as horas de permanência nas escolas. E disciplina, bem compreendida, não é aquela que se impõe à criança, fazendo-a sentir a pressão de nossa autoridade e, sim, a que ela manifesta espontaneamente, sob a ação da confiança e interesse que soubermos levá-la a sentir por nós e pelos outros adultos que a cercam.

Assim, a educadora recebia orientações para observar o nível de motivação da criança e

decidir o melhor momento de modificar a atividade.

Ficava também sob sua responsabilidade a constatação do nível de maturidade da criança, pois, ao se propor a atividade corporal, esta deveria estar de acordo com as possibilidades físicas e intelectuais da criança para que não parecesse muito fácil, desestimulando-as, e também não fosse muito difícil, levando a criança ao fracasso.

Ao que parece, a infância não era vista apenas como uma preparação para a vida adulta. A criança era reconhecida como sujeito que estabelece uma relação com o mundo de forma diferente dos adultos e, portanto, precisa ser considerada nas suas diferenças. A educadora deveria planejar atividades prazerosas e ricas em experiências educativas.

Nesta perspectiva, Yesis Ilcia Amoedo, da Divisão de Educação Física (1948, p. 28), afirma que a proposta de Educação Física² é composta de quatro fatores importantes: objetivo a ser alcançado; possibilidade e necessidade da criança; recurso material e quadro de pessoal disponível. Conforme a autora, deve-se levar em consideração os valores e a cultura da sociedade para se alcançar a finalidade de *formar a personalidade da criança e integrá-la no meio social*.

Alguns dos objetivos a serem alcançados, citados pela autora, são: “estimular o vigor físico, o desejo de atividade; desenvolver a observação, a iniciativa, o autodomínio, a confiança em si; criar atitudes sociais de solidariedade, cooperação, respeito ao direito alheio etc”. Para tanto, é necessário que se exija do educando apenas *comportamentos para os quais já tenha alcançado a condição necessária da maturação*. Levando em consideração este ponto de vista, orientava-se a educadora para que propiciasse à criança apenas situações nas quais ela tivesse confiança nas possibilidades do seu corpo. Para o sucesso no planejamento das atividades corporais, era importante o levantamento prévio do material disponível e do quadro de pessoal.

As formas de trabalho físico mais indicado para as crianças, de acordo com Amoedo (1948, p. 30), são os brinquedos cantados, danças regionais, dramatização e a natação, pois durante essas atividades ela “ostenta a sua personalidade, revela os seus impulsos, satisfaz os seus desejos e prepara-se para a vida através da sua própria experiência”. Completando o pensamento, Amoedo enfatiza que o educador, ao propor as atividades corporais citadas acima, deve *guiar a natureza* da criança, caso ela esteja se orientando para o *mal*.

Desse modo, é importante destacar que havia o interesse em que a criança fosse

² Transcrito da Revista Brasileira de Educação Física, nº 43, outubro – 1947.

entendida na especificidade da infância, vivenciando experiências corporais lúdicas, de acordo com suas possibilidades. No entanto, as atividades físicas não eram desinteressadas: serviam para educar o corpo, afastando-o do que era avaliado como *mal* físico e mental, na concepção dos organizadores da proposta educacional dos Parques Infantis.

Nas escolas, de modo geral, havia um movimento em prol do jogo e da dança folclórica. Os educadores admitiram que o jogo seria uma estratégia rica para desenvolver a criança no seu aspecto físico e mental. Como afirma Miranda (1945, p. 12), ao se referir aos benefícios do jogo,

Além dos benefícios proporcionados à saúde física e julgados absolutamente idênticos aos produzidos pela ginástica analítica, surgiram outros decorrentes da prática dos jogos, constituindo valores mentais e morais: a honestidade, o altruísmo, a lealdade, a cooperação, a imaginação, a presteza.

A Divisão de Educação Física do Ministério da Educação promoveu um método nacional de Educação Física, no qual se ampliaram os fundamentos num conceito *bio-psico-sociológico*, em substituição ao *anátomo-fisiológico*. De acordo com Marinho (1957, p. 130):

A guerra e o período pós-guerra vieram demonstrar claramente que não basta desenvolver no homem o máximo de suas possibilidades físicas e psíquicas e colocá-las a serviço da sociedade. O homem deverá aspirar a um mundo melhor e, para isso, desenvolver outras qualidades e capacidades que lhe permitam trabalhar para esse fim, que lhe possibilitem a concretização desse ideal.

Segundo o autor, a Educação Física era capaz de não apenas melhorar as condições psíquicas das crianças e dos adolescentes e integrá-los na sociedade, mas também lhes desenvolver a personalidade, a qualidade de liderança e de articulação dos problemas apresentados perante as novas exigências da sociedade da época.

Para exemplificar a proposta de Educação Física nos Parques Infantis, apresentam-se as seguintes imagens:



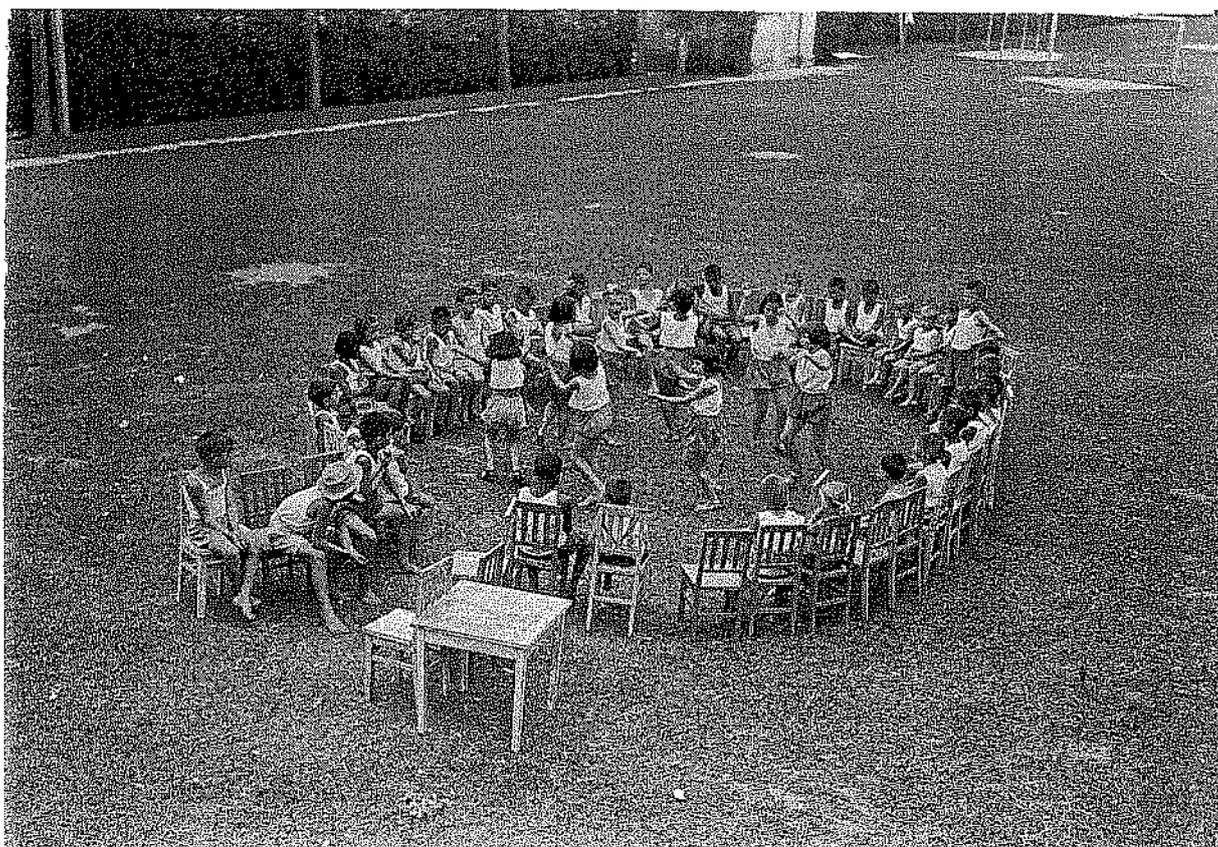
SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 12 – Piscina do Parque Infantil da Barra Funda, 1947. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

A fotografia datada de 1947, do Parque Infantil Barra Funda, apresenta um espaço livre e arborizado, contendo uma piscina grande, um brinquedo de parque do tipo trepa-trepa, ao lado da piscina. Parece também que possui uma pista de atletismo. A área era muito convidativa para as atividades de Educação Física.

Nota-se a integração de crianças de várias idades e de sexos diferentes, inclusive, percebe-se ao lado direito da foto uma criança maior auxiliando uma menor. Marca também presença a educadora entre as crianças.

Na piscina, as crianças estão em traje de banho, enquanto que no trepa-trepa elas se apresentam uniformizadas, com shorts e camiseta.



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 13 – Apresentação dramática, 1947. Parque Infantil de Santo Amaro. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

A fotografia do Parque Infantil de Santo Amaro, de 1947, intitulada “Atividade dramática”, mostra algumas crianças se apresentando para outras crianças, podendo tratar-se de uma dramatização ou dança. Nota-se que a atividade está sendo realizada no meio de um campo de futebol, devido à trave do gol que aparece na foto. Ao fundo, também se percebe um brinquedo de parque. As crianças que estão assistindo à apresentação demonstram estar interessadas.

Nota-se a participação de meninos e meninas de várias idades. Apesar de que na fotografia não aparece uma educadora percebe-se o desenvolvimento de uma atividade de Educação Física organizada e possivelmente sugerida no Boletim Interno.



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 14 – Brinquedo de roda, 1947. Recanto Infantil Praça da República. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

As cantigas de roda eram atividades físicas que privilegiavam a interação entre as crianças, como nos mostra a fotografia de 1947, do Recanto Infantil - Praça da República. Nota-se que as crianças estão brincando de roda e se expressando corporalmente de diferentes formas.

As fotografias mostram que o espaço físico destinado às atividades ao ar livre era adequado para a vivência da infância, permitindo à criança a recreação e o contato com as outras crianças. Possuía uma grande área gramada e arborizada, cercada por uma cerca-viva ou alambrado, que permitia a visão de dentro do Parque para fora e vice-versa, sugerindo um relacionamento possível e muito próximo entre a comunidade e a escola.

A natação, a aula dramática, a roda cantada, entre outras atividades de Educação Física, proporcionavam o desenvolvimento físico e fisiológico, além de momentos de descontração e de socialização, favorecendo as atitudes naturais e a socialização da criança.

Fazia também parte do programa dos Parques Infantis a *ginástica ortopédica*, de forma *profilática e terapêutica*. De acordo com Sônia Cabral, professora de Educação Física do

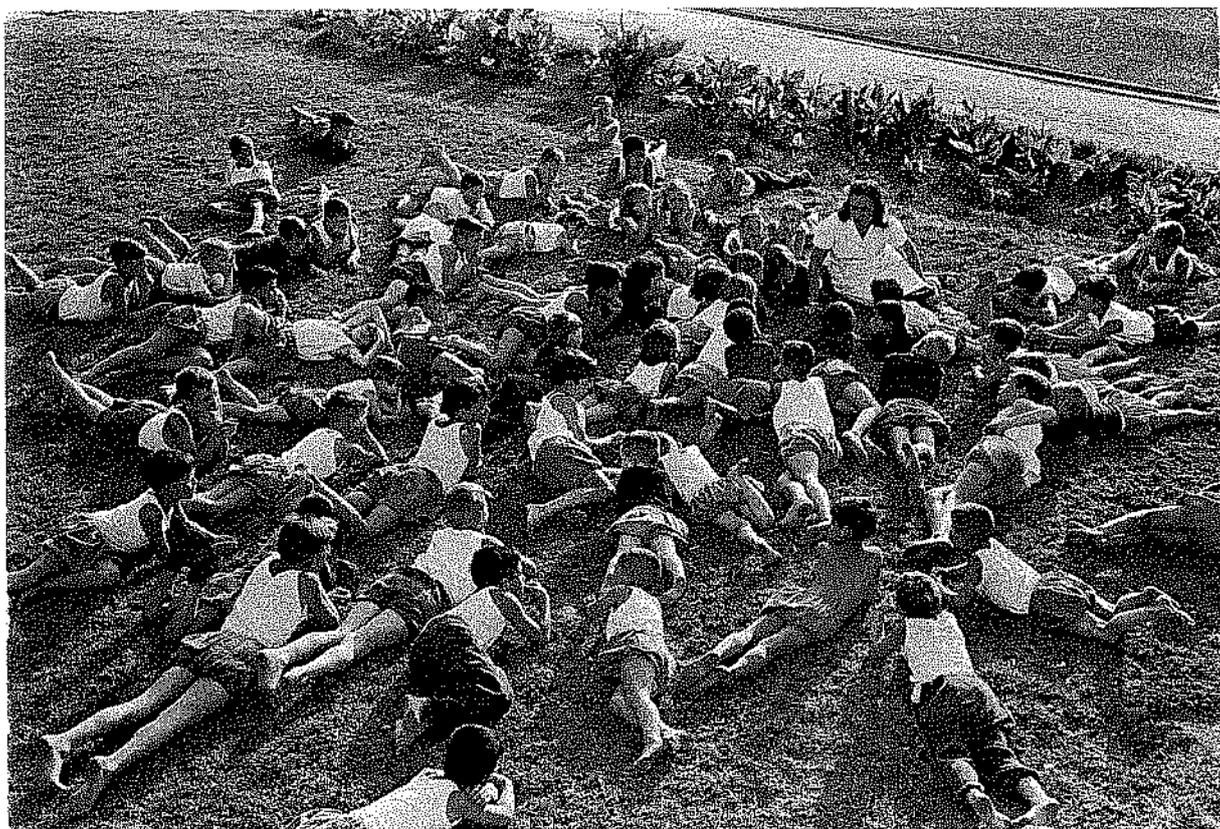
Parque Infantil Barra Funda (1948, p. 46), essa ginástica deveria ser ministrada individualmente, pois o problema se diferenciava de criança para criança, devendo sempre ser oferecida à criança que tinha *defeitos físicos*, sob a orientação de médico especializado, com o objetivo de *corrigi-los ou equilibrá-los*. Completa dizendo “quantos deficientes incapazes seriam, então, reconduzidos à vida normal e útil a *eles* e à sociedade”.

De acordo com Campos (1948, pp. 99-101), Inezil Penna Marinho indica três tipos de sessões de atividades físicas às crianças *débeis mentais*: sessões de ginástica corretiva, composta de exercícios ativos e passivos; sessões de aplicações, composta de exercícios naturais como marchar, trepar, saltar etc., e sessões de atividades livres para desenvolver o espírito de iniciativa e a vontade. Ele também recomenda que essas crianças devam ser atendidas separadamente dos *grupos normais* e subdivididas de acordo com as possibilidades mentais de cada um. Adverte ainda que não se confundam *débeis mentais* com simples casos de retardos e salienta que, nestes casos, a criança deve integrar a turma de idade cronológica inferior à sua.

O exposto nos a leva a crer que a Educação Física pensada nos Parques Infantis buscava promover o desenvolvimento motor, atendendo as diferentes particularidades das crianças. Mas, de acordo com Filócomo (2005, p. 56) “ao contrário do que se prega atualmente, naquela época havia a defesa em favor da segregação dos deficientes mentais para que estes não atrapalhassem o bom andamento e aproveitamento de atividades propostas para os alunos normais”³.

As atividades realizadas ao ar livre faziam parte da rotina do Parque Infantil. O dia-a-dia compunha-se de atividades livres e orientadas pelos educadores, tais como: brinquedos de parque; descanso após a refeição à sombra das árvores, banho de chuveiro e de piscina, aulas dramatizadas e tanque de areia, entre outras.

³ Para compreender melhor como se dava o acolhimento das crianças portadoras de necessidades especiais nos Parques Infantis, ver dissertação de mestrado de Daniela Filócomo (2005).



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 15 – Horário de repouso das crianças do Parque Infantil Vila Romana, 1947. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Não foi encontrada no Boletim Interno nenhuma programação rígida a respeito do momento de repouso, mas os corpos também precisavam relaxar. Na fotografia, percebe-se que as crianças estão ao ar livre, prestando atenção à educadora.



SAN-DIM-DPH-SMC-PMSP

Figura 16 – Crianças no tanque de areia do Recanto Infantil – Praça da República, 1947. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus, Seção Arquivo de Negativos da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Outro momento de brincadeira livre era a atividade no tanque de areia. A fotografia apresenta crianças do Recanto Infantil – Praça da República brincando no tanque de areia.

Fica evidente pela análise do Boletim Interno que se dava ênfase à educação das crianças pela formação de hábitos. Segundo consta na publicação do Boletim Interno de 1947, o movimento educacional da época era regido por alguns princípios, os quais deveriam ser seguidos pelos educadores na aplicação das atividades diárias dos Parques Infantis. Esses princípios foram denominados por Reis (1949, p. 175) como *Leis*, que são as seguintes: *Lei de modificação pelo exercício* – aprende-se fazendo; *Lei da freqüência* – quanto mais se faz, mais se aprende, isto é, repetir constantemente o hábito que se deseja ser implantado; *Lei do desuso* – quando não se faz, se desaprende; *Lei da recentividade* – quanto mais recente, o exercício mais assimilado está; *Lei do efeito ou da satisfação* – os exercícios motivadores são repetidos e aqueles que não satisfazem o prazer tendem a ser eliminados; *Lei da predisposição* – quanto mais um educando estiver motivado, mais lhe será agradável executar o exercício. Depreende-se, então, que, para formação de hábitos, além de a repetição regular

por parte da criança, as atividades apresentadas deveriam ser estimulantes, satisfazendo o seu interesse. Dessa maneira, era importante que o educador estivesse atento para o que motivava a criança.

Um programa educacional, que cuida com carinho da formação de bons hábitos na acepção ampla do termo, não somente contribuirá para a adaptação dos indivíduos ao meio, como para melhorar o futuro da comunidade e da nação. Através dele, poderemos ter a certeza de que estaremos batalhando para formar cidadãos livres, possuidores de hábitos sadios, de caráter firme, cômscio de sua responsabilidade e possuidores de vontade orientada para o bem (REIS, 1949, p. 175).

Dessa forma, nos Parques Infantis havia uma grande preocupação com a formação da criança, tanto física como mentalmente, com relação ao seu bem-estar (e da sociedade) na infância e principalmente com relação à sua (e da sociedade) vida futura. E o papel da Educação Física estaria representado pelo trabalho capaz de desenvolver na criança o máximo de suas potencialidades para melhor colocá-la a serviço da sociedade, propiciando seu bem-estar e o de todos os membros da coletividade.

A leitura do Boletim Interno traz pistas de que uma das características marcantes do Parque Infantil era a prioridade no conhecimento da criança e da sua cultura. Considerava-se que a criança, ao ingressar nos Parques Infantis, trazia consigo características particulares provindas das relações afetivas vividas em sua casa. Trazia consigo uma cultura corporal própria que iria compartilhar com crianças de diversas idades e com adultos que também traziam valores diferentes dos seus (IPPOLITO, 1949, p. 178).

Havia, portanto, um grande interesse em tomar conhecimento da moradia da criança, com quem ela brincava, como ela se relacionava, enfim, em conhecer a realidade das crianças e seu universo familiar, seus interesses e aspectos de sua personalidade; essas eram as condições para o planejamento das atividades educativas e possíveis intervenções visando à modificação dos hábitos cotidianos das crianças dentro e fora dos Parques Infantis.

Para tanto, a articulação com a família era muito importante, principalmente com relação à figura da mãe, desde o momento da matrícula da criança. No momento da matrícula deveria ser preenchida a ficha nº 7, de *Conduta Individual*, em que deveriam ser colocados dados importantes sobre a criança e sua família, procurando, assim, entendê-la melhor dentro e fora da Instituição, com o objetivo de criar um vínculo e amenizar possíveis conflitos com outras crianças (IPPOLITO, 1949, p. 178).

No artigo escrito por Longhin (1949, pp. 181-183), explica-se melhor a respeito da Ficha de *Conduta Individual*. A ficha possuía oito perguntas que deveriam ser preenchidas com muita atenção, sendo elas: 1. *Localização da criança na constelação familiar* - a ordem

de nascimento e sexo dos filhos; 2. *Recreação no Lar* - local, com quem e com qual brinquedo a criança brincava quando não estava nos Parques Infantis; 3. *Relações com os irmãos e companheiros de brinquedo* - qual seu comportamento em relação aos demais integrantes nas brincadeiras; 4. *Qual o sistema de punições mais utilizado no lar* - se os castigos eram leves ou mais rigorosos e como se davam; 5. *Quais as manifestações de carinho mais evidenciadas no lar em relação à criança e da criança em relação aos adultos* - seu relacionamento afetivo com todos os integrantes da família; 6. *Qual o comportamento da criança no lar*; 7. *Existência de moléstia mental ou desajustamento psíquico na família*; 8. *Qual a atitude da criança durante a matrícula e exame médico.*

Segundo análise do Boletim Interno, o objetivo dessa ficha era o fornecimento de dados relevantes sobre as diferentes características das crianças tais como: *suas preferências, seu temperamento, aptidões, defeitos etc.*, para planejar uma ação educativa apropriada.

É importante extrair algumas reflexões sobre as informações das educadoras, publicadas no Boletim Interno, quando explicam a importância do conhecimento da linguagem corporal que a criança trazia de sua casa. Esta estratégia facilitava o planejamento das ações educativas com o objetivo de inculcar nas crianças uma cultura corporal considerada adequada, segundo a concepção dos organizadores dos Parques Infantis, que, muitas vezes, não era aquela que as crianças já possuíam.

Segundo Ippolito (1949, p. 178), os educadores tinham dificuldades no preenchimento dessas fichas. Alguns eram muito sucintos e colocavam dados soltos sem significado e outros se utilizavam dessa ficha para fazer um diagnóstico imediato, sem uma pesquisa mais profunda do fato observado. A orientação aos educadores era de que deveriam ter *atitude científica* ao preencher a ficha, isto é, não fazer interpretações próprias, mas sim anotar apenas o que lhe era dito. Além disso, indicavam-se livros da Biblioteca para auxiliar o educador a fazer suas observações, que eram completadas por *algumas pessoas treinadas em estudos do comportamento*, para que posteriormente fosse feito um diagnóstico que ajudaria a melhorar o trabalho das educadoras.

Desse modo, ao mesmo tempo em que essa ficha ajudava a planejar e reorganizar o trabalho dos educadores em busca de novas alternativas para intervir na educação das crianças, quando preenchida sem a devida pesquisa poderia rotular algumas delas.

Ao imprimir a utilização destas fichas, nota-se a influência dos conceitos da Escola Nova. O conhecimento da vida da criança, por um lado, auxiliaria a replanejar as ações que iriam interferir e ajudar a sanar as dificuldades, mas, por outro lado, era um meio imprescindível de homogeneizar a educação corporal na busca do corpo *reto, forte e saudável*,

desejado pela sociedade da época.

A postura e a atitude das crianças deveriam ser observadas pelos educadores, preferencialmente quando as crianças estivessem em atividades lúdicas. Assim, o professor de Educação Física era considerado um dos mais indicados para preencher a ficha, mas, apesar disso, durante o ano, todos os técnicos deveriam fazer as anotações específicas com relação ao desenvolvimento físico e mental das crianças: as recreacionistas, a educadora musical, médico, dentista, educadora sanitária e outros.

Segundo Carvalho (1950, pp. 21-24), não se dava a devida importância à Ficha de *Conduta Individual*, pois muitas vezes permanecia em branco. Pode-se inferir que havia resistência dos educadores no preenchimento dessas fichas, ou por não possuírem um embasamento teórico que os respaldasse para uma avaliação adequada, ou por não concordarem com esse tipo de controle das crianças.

De acordo com Ippolito, Franco, Longhin e Musa (1949, p. 246), numa orientação aos educadores com o tema *Educação Sanitária nos Parques Infantís*, a Educação Física englobava a observância de preceitos higiênicos, isto é, as crianças aprendiam a cuidar de seu corpo, já que o pressuposto era de que nas práticas culturais das famílias tais hábitos não eram cultivados. Havia na estrutura do Parque Infantil espaço adequado para a realização cotidiana da higiene das crianças. Dessa maneira, cada criança trazia uma sacola contendo toalha de banho e de mão, escova de dente, pente, guardanapo e mudas de roupa. As crianças aprendiam o asseio do corpo e vestuário, asseio com a boca, olhos e ouvidos e aprendiam a manter postura correta. As autoras acrescentam ainda que as crianças passavam a se sentir melhor com o cuidado corporal.

As atividades desenvolvidas nos Parques Infantís deveriam ser motivadoras e de acordo com o interesse da criança, pois, conforme afirma Kuester (1949, p. 225), a “criança feliz, via de regra, será adulto sadio, sem complexos, otimista, apto para vencer a vida”, mas, para tanto, os educadores deveriam usar suas habilidades e técnicas educativas para fazer as restrições necessárias, a fim de conduzir as crianças à aquisição de hábitos sadios e adequados à convivência social. Por um lado, incentivava-se a espontaneidade da criança, mas, por outro, eram-lhe impostos códigos civilizatórios, que, muitas vezes, não condiziam com sua naturalidade.

Dessa maneira, as qualidades indispensáveis ao sucesso frente aos entraves da vida cotidiana deveriam ser desenvolvidas por meio das atividades físicas recreativas próprias para as crianças, que disciplinariam o corpo e, principalmente, adequariam o caráter. Fazendo parte do plano educacional dos Parques Infantís, a Educação Física para as crianças de 3 a 6 anos

de idade seria uma forma de introdução e assimilação de hábitos e normas sociais, que influenciariam decisivamente na formação do caráter e na organização da sua vida intelectual e social.

A natação fazia parte do programa das atividades físicas, sendo reconhecida como um dos melhores exercícios para ambos os sexos e para todas as idades, inclusive para as crianças pequenas (SÃO PAULO [Cidade]. Departamento de Educação, Assistência e Recreio. *Folheto organizado pela Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal São Paulo*, 1949). Apesar disso, nem todos os Parques eram providos de piscina. Nas piscinas existentes, havia a necessidade de um cuidado especial com o tratamento da água.

As piscinas deveriam ser fiscalizadas por um operador bem treinado, o qual corrigia a acidez e o cloro residual quando necessário, para manter o equilíbrio dos produtos químicos da água, evitando transmissão de *moléstias hidrógenas* (STRONGOLI, 1949, p. 187).



Figura 17 – Meninas e meninos brincando na piscina, década de 1930 a 1940. Fonte: Memorial do Ensino Municipal de São Paulo.

A foto mostra a grande área gramada e arborizada do Parque Infantil e as crianças brincando na piscina. Ao fundo, a educadora auxilia uma criança. Parece que prevalece o aspecto lúdico, sem imposição de regras, proporcionando a vivência de diferentes experiências corporais e integração entre as crianças de ambos os sexos.

Os Parques Infantis eram freqüentados por crianças de grupos étnicos diversos, os quais cultuavam sentimentos e costumes de suas famílias e, portanto, muito diferentes daqueles pretendidos pela proposta de política educacional dos parques. Na pretensão de homogeneizar as atitudes corporais, os pensamentos e os sentimentos das crianças em prol da *nacionalidade*, a Educação Física era considerada uma das melhores formas para se atingir esses conceitos.

Assim, Carvalho (1949, p. 276), no seu artigo publicado no Boletim Interno de 1949, sugere dramatizações, jogos, atividades manuais e excursões com o tema *História da Pátria* para inculcar nas crianças os hábitos cívicos desejados. Neste artigo, ao se referir às atividades de Educação Física, afirma que:

Com tal método, os acontecimentos passados de nossa História serão iluminados de nova luz e lançarão na alma das crianças alicerces do civismo, que fazem dos filhos de estrangeiros aqui radicados e confiados às mãos de educadores entusiastas, não só irmãos de nossa língua, mas corações cheios das mesmas aspirações e ideais. Em uma palavra: brasileiros.

Pretendia-se adequar culturalmente a população, e a Educação Física tinha um papel de extrema importância, pois se considerava que influía não só no sentido de aprimorar as qualidades físicas e mentais de cada criança, como também em orientá-las em direções determinadas para a construção de uma sociedade nova.

Em 1949, Reis (1949, pp. 149-156) orientou todos os profissionais dos Parques Infantis para que trabalhassem com a educação musical, utilizando-se das músicas clássicas da “Discoteca Pedagógica, tais como: *O Recanto das Crianças* de Debussy, *Marcha dos Bonecos* de Herbert, *Dança das Horas* de Humperdinck Ponchielli, *O Vôo das Abelhas* de Rimsky-Kersakoff e *Carnaval dos Animais* de Saint-Saens”. Cada um, dentro da sua especialidade, deveria desenvolver as várias possibilidades relacionadas à área por que era responsável. Ao professor de Educação Física foi recomendado que se encarregasse do desenvolvimento da percepção rítmica da criança, “através de movimentos, recorrendo a exercícios de afrouxamento, tração, de independência motora (assimétricos) e de espontaneidade (jogos); recorrendo, ainda, aos grandes recursos oferecidos pelas danças mímicas e dramatizadas”.

O ritmo próprio da música é essencial na organização e controle de qualquer ação a ser executada como acompanhamento. Assim, o exercício livre e espontâneo estava, mesmo que indiretamente, trabalhando a coordenação da ação e do comportamento da criança, buscando a

maior eficiência num menor esforço possível.

A dança favorece a observação dos movimentos das outras crianças, desenvolvendo a localização espacial e temporal, constituindo uma oportunidade de expressão e de consciência corporal. Além disso, promove o convívio com o outro e com a diversidade cultural, propiciando a construção da identidade pessoal.

Verifica-se também no artigo citado anteriormente que, ao se propor a audição de músicas eruditas, procurava-se dar um tipo de conhecimento cultural diferente daquele que se supunha trazido do cotidiano das crianças.

Dessa forma, para as crianças que freqüentavam os Parques, a Educação Física ali aplicada fornecia possibilidade de ampliação de conhecimento e habilidade, mesmo com todo controle sobre suas ações e seu comportamento.

Todos os Parques Infantis, obrigatoriamente, possuíam os *aparelhos de recreação*, sendo eles: gangorra, balanços, tanque de areia, entre outros. Esses brinquedos eram considerados fonte de motivação das crianças e, em função de sua diversidade, proporcionavam o desenvolvimento e aprimoramento das qualidades físicas desejáveis, tais como: coordenação motora, flexibilidade, destreza e equilíbrio de forma lúdica (SÃO PAULO [Cidade]. Departamento de Educação, Assistência e Recreio. *Folheto organizado pela Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal São Paulo*, 1949, p. 34).

Sendo assim, a área externa atendia de forma apropriada às necessidades motoras e a interação social das crianças.

Passarella (1949, p. 328) apresentava a seguinte orientação aos educadores: “Nas atividades livres e mesmo nas aulas, as educadoras devem vigiar as crianças constantemente, sem mostrar-lhes, porém, que estão sendo observadas, a fim de não lhes tirar a iniciativa, a coragem e a confiança em si mesmas”. Então, as atividades livres eram realizadas sob a observação das educadoras (mesmo de forma indireta), com o objetivo de cuidar da segurança das crianças e também para melhor observá-las na sua forma natural de ser e de se expressar para posteriormente corrigi-las, caso fosse necessário.

O depoimento de Wilma de Almeida⁴ (ALMEIDA *apud* SANTOS, 2005, p. 122) confirma que as atividades livres eram realizadas sob as vistas das educadoras, para que as crianças não se machucassem. Isso comprova a atenção que as crianças recebiam por parte

⁴ Wilma de Almeida Radesca ingressou como Instrutora de Educação Física no Parque Infantil Barra Funda, em 1949 (SANTOS, 2005, p. 231).

dos educadores com relação ao cuidado de sua integridade física.



Figura 18 – Crianças nos brinquedos de parque, década de 1930 a 1940. Fonte: Memorial do Ensino Municipal de São Paulo.

A foto apresenta uma área aberta com brinquedos de parque, onde as crianças se exercitavam nos diferentes brinquedos de parque. O movimento elementar do balanço, da gangorra e do escorregador era um importante meio de desenvolvimento dos aspectos físicos e das relações interpessoais das crianças. Ao fundo está a educadora controlando a movimentação das crianças.

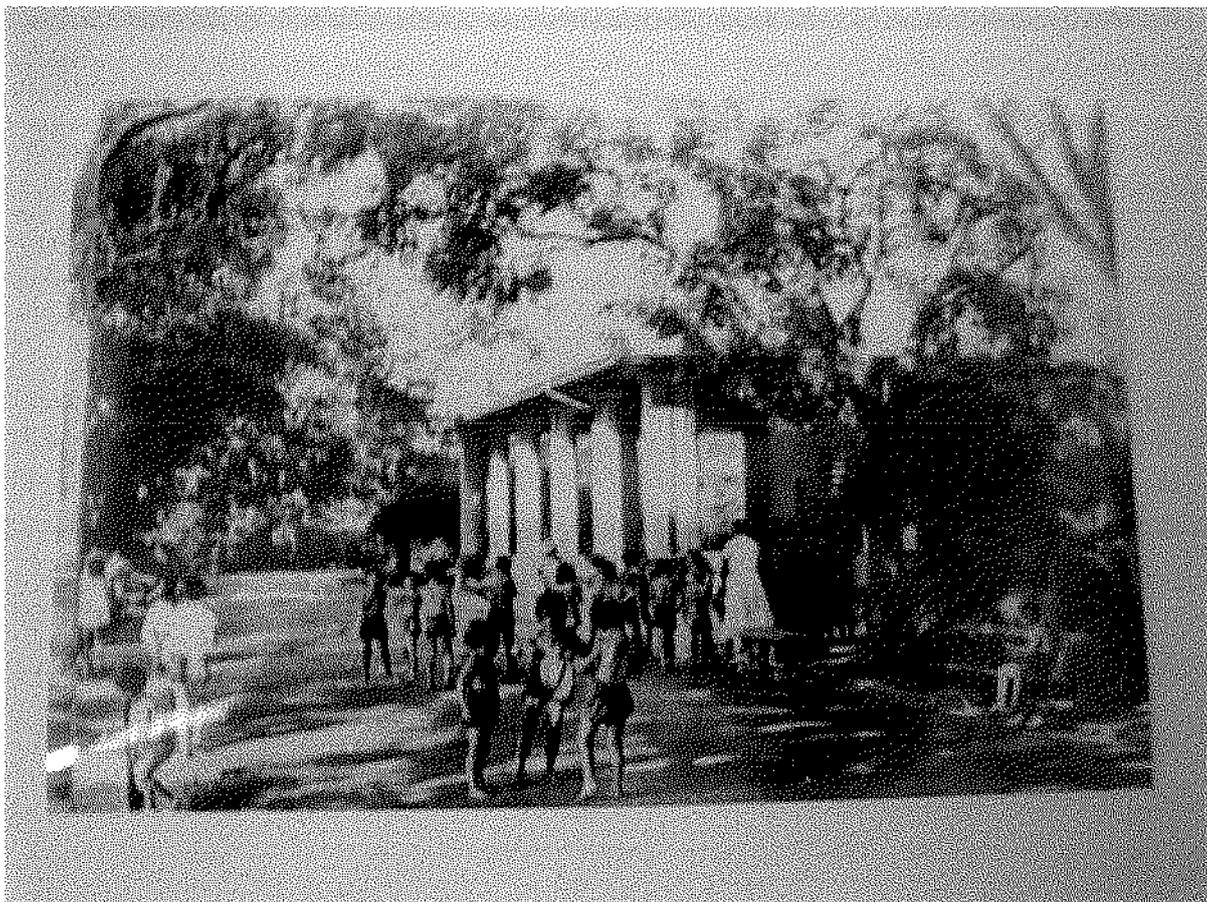


Figura 19 – Momento de descontração. Fonte: Memorial do Ensino Municipal de São Paulo.

A foto mostra momentos de conversa entre as crianças nos espaços abertos do Parque Infantil, acompanhadas pela educadora. As atividades privilegiavam a interação dos dois sexos e também das diferentes idades.

Carvalho (1949, p. 157), quando se refere ao Programa de Educação Física, orienta que as atividades deveriam ser desenvolvidas seguindo os “Centros de Interesse” do mês, mas ressaltando a necessidade de se criar ou modificar os exercícios já existentes, a fim de não cair na monotonia e manter as crianças sempre interessadas. Ainda segundo ela:

Todos os Educadores estão convictos do grande prazer que as crianças sentem pelas aulas de ginástica e, principalmente, pela prática dos jogos. Logo, não devem desapontá-las dando sempre os mesmos jogos, mas sim, acompanhar os seus interesses, tendo em mira as atividades que, *simultaneamente* com o seu trabalho, estão sendo desenvolvidas pelas outras Educadoras em torno do *Centro de Interesse* do mês.

O Programa citado no parágrafo anterior era ministrado principalmente sob a forma de jogos que deveriam responder aos interesses das crianças a fim de atingir a *alegria, entusiasmo e vivacidade* das mesmas. Como exemplo, para o mês de abril foi sugerido um

jogo de competição com o tema da Páscoa: duas colunas paralelas de crianças afastadas a uma distância de 2 metros de uma pilha de recortes (formando uma espécie de quebra-cabeça), com o desenho de um coelho. Ao sinal do educador, as crianças que estão em primeiro lugar na fila saem e pegam um dos recortes e, a uma distância de 4 a 5 metros (lugar já pré-determinado), tentam montar a figura do coelho. Ganha a equipe que montar primeiro. Segundo análise do Boletim Interno, a competição era um dos fatores fundamentais dos jogos, a qual se mostrava não como um problema, mas como um meio de incentivar a cooperação e a adaptação da criança em seu grupo, sendo útil à sua coletividade.

Segundo o folheto organizado pela Divisão de Educação, Assistência e Recreio, “o jogo é a forma de atividade física mais simples, mais natural, mais atraente e a que melhor se adapta ao espírito de emulação, assim como às aptidões físicas da criança”. Continua-se a dizer no mesmo folheto: “É fácil avaliar-se a importância da Educação Física no programa da recreação, que prepara a criança para a vida social a que se destina” (SÃO PAULO [Cidade]. Departamento de Educação, Assistência e Recreio. *Folheto organizado pela Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal de São Paulo*, 1949).

Na análise do Boletim Interno, os jogos eram considerados de alto valor educativo por sua característica ativa. Realizados em campo aberto, sob o sol ou à sombra das árvores, eram a forma que mais se adaptava ao espírito instigante das crianças, conforme entendimento da municipalidade.

Pretendia-se chegar à educação das crianças através dos jogos. Assim, mantinha-se o exercício muscular, melhorava-se a circulação sanguínea e a respiração, aumentando a possibilidade de se obter um corpo sadio. Seria também uma forma de fortalecer o corpo e *recuperá-lo* com maior facilidade quando fosse necessário, em caso de alguma doença. Dessa forma, segundo o Boletim Interno, o jogo era considerado ao mesmo tempo *higiênico e recreativo*.

Nesta perspectiva, a Educação Física sofria influência da Escola Nova e o jogo constituía um importante recurso para a educação da criança e produzia um interesse muito superior ao dos exercícios gímnicos, pois valorizava os movimentos naturais, destacando-se como forma apropriada de educação para a infância. Adaptava-se às suas competências físicas ao não exigir esforços muito intensos e nem contrações musculares localizadas contínuas e, por ser sempre acompanhado de prazer, era notável estimulante para a continuidade de execução dos exercícios. Do ponto de vista mental, agia sobre os instintos básicos de quem o praticava.

Mauro Betti (1991, p. 99) traz à tona as estratégias propostas pelo Método Desportivo

Generalizado: *utilizar movimentos espontâneos e naturais, despertando o prazer pela atividade física.* Este método, que teve forte influência no país a partir da década de 1950, foi criado pelo Instituto Nacional de Esportes da França. Denominado Educação Física Desportiva Generalizada, foi difundido no Brasil por Auguste Listello, a partir de 1952 no Curso Internacional de Educação Física, realizado na cidade de Santos. Pregava o envolvimento completo das crianças e dos jovens nas atividades físicas, esportivas e de lazer, as quais vinham carregadas de um alto valor educativo, moral e social, a fim de construir um país e um mundo melhor para todos (LISTELLO, 1979).

O Método Desportivo Generalizado visa proporcionar uma atividade física prazerosa que incorpora o indivíduo como um todo, numa ação *bio-psico-sociológica*, substituindo o exercício executado por obrigação por aquele feito de forma estimulante (BETTI, 1991). Consiste em quatro pontos diretores: treinamento físico generalizado, exercícios específicos, prevenção do mal e atividade de lazer. Cada um dos pontos citados acima tem dois principais alvos a serem promovidos, sendo um deles o aspecto físico e o outro social e moral; em se tratando de educação, os dois aspectos são absolutamente indissociáveis.

Esse sistema foi adotado no Brasil, pois se casava bem com o espírito escolanovista que, a partir da segunda metade da década de 1940, voltou a influenciar os sistemas educacionais brasileiros.

As atividades de marcha, corrida, saltos, escaladas, lançamentos e jogos, são ações do *treinamento físico generalizado* que, além de desenvolver o aspecto físico e fisiológico na questão do desenvolvimento social e moral, ensinavam o gosto pelo esforço a fim de “assegurar um melhor equilíbrio nervoso para resistir às diversas agressões da nossa vida *supercivilizada* (trabalho penoso, vida agitada, barulho, poluição)” (LISTELLO, 1979, p. 5).

Os *exercícios específicos* eram direcionados para determinados esportes, procurando a correção e eficiência na execução do movimento, seguindo uma progressão de dificuldades. No aspecto social e moral, ensinava-se a vencer gradativamente as dificuldades, o que aumentava o rendimento, graças ao trabalho racional e metódico aplicado.

Quanto à *prevenção do mal*, consistia em manter a integridade física e fisiológica através de um controle médico freqüente da boa postura, da preservação da higiene corporal e alimentar, cuidar do repouso e exercitar atividades de caráter utilitário para enfrentar situações cotidianas inusitadas. No aspecto social e moral, pregava o autocontrole, buscando a eliminação dos excessos.

As *atividades de lazer* tinham como objetivo conservar o bem-estar físico e psíquico. Quanto ao seu benefício social e moral, seria a retirada das crianças das ruas, que não tinham

ocupação útil e ficavam expostas a perigos e tentações nefastas, ensinando a criança a ocupar inteligentemente o seu tempo livre. Permitiam também o relacionamento entre as pessoas e...

Sendo assim, graças ao aspecto social que se depreende das atividades de lazer, os contatos mais estreitos e freqüentes das crianças, mulheres e homens de raça, cor, religião, pensamentos e condições diferentes, favorecem a compreensão, o entendimento, a aproximação humana e a unidade da Nação (LISTELLO, 1979, p. 8).

De acordo com Hélio de Macedo Medeiros, professor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos e assistente de Educação Física Geral da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Boletim de Educação Física, Ano VI, julho de 1956, nº 14, p. 13), o Método Desportivo Generalizado tinha por finalidade proporcionar uma atividade corporal prazerosa, através de elementos lúdicos em substituição àqueles impostos. Engloba o ser humano como um todo, pois “proporciona o prazer no esforço, domínio e educação do corpo e formação do caráter, exercendo desta forma uma ação *bio-psico-sociológica*, o que, em educação, se pode considerar como coroamento de uma fórmula para os objetivos e fins a serem atingidos”.

Os exercícios deveriam ser baseados no interesse da criança. Dentro dessa proposta e como já foi dito anteriormente, o jogo foi percebido como meio privilegiado. A não ser por impedimento de uma ressalva médica, todos, indistintamente, deveriam praticar a educação física, inclusive os deficientes físicos (LISTELLO, 1979, p. 4).

Um fator a ser considerado é que esse tipo de atividade pode resultar numa dependência, isto é, a subordinação sem análise das crianças perante as instruções do educador e do cumprimento das regras do jogo. Dessa maneira, representaria uma educação ao acomodamento, e não ao questionamento à revisão de normas, levando a criança a aceitar seu lugar predeterminado na sociedade.

O professor de Educação Física era considerado como o educador que possuía a melhor oportunidade para observar possíveis problemas nas crianças, pois trabalhava com atividades lúdicas, nas quais elas se expressavam com maior naturalidade, expondo sua individualidade (CARVALHO, 1950, pp. 21-24). Recomendava-se que o professor ficasse atento à maneira como a criança brincava ou jogava, procurando extrair informações do seu comportamento e desenvolvimento físico e a partir daí propor variações individuais na educação das crianças, a fim de padronizar a cultura corporal.

Pela leitura no Boletim Interno, nota-se a incessante busca por uma Educação Física de acordo com a concepção *bio-psico-sociológica*, tendência educacional da época que considera a criança como um ser total e não somente corpo orgânico e físico (Marinho, 1957 e Medeiros, 1956, entre outros). Entretanto, algumas vezes são sugeridas atividades

automáticas, como os *jogos* indicados para crianças de 3 a 6 anos de idade apresentados no artigo “Jogos que ajudam a desenvolver os hábitos da boa postura” (1950, pp. 58-62). Como exemplo:

Quadro 1: Jogos que ajudam a desenvolver os hábitos da boa postura

Bonecos de papel colados à parede – A atividade deve ser realizada em dupla e durar de 1 a 2 minutos. A criança fica em pé e encostada à parede, com os calcanhares distantes aproximadamente 10 cm da parede. Com a cabeça, ombro e costas encostados na parede e queixo para dentro. A criança tentará achatar as costas contra a parede. O objetivo é observar a *boneca mais lisa*;

Árvores – Cada criança escolhe um tipo de árvore. Deverá ficar em pé, com a cabeça e o peito *altos*, queixo para dentro, abdome contraído e os braços *levantados*, a fim de imitar os galhos. Todas juntas formam a floresta e o vento sopra e move as árvores. Quando cessa, os galhos estão *tranqüilos* e as árvores em *boa posição*;

Gigante – As crianças imaginam ser gigantes e ficam nas pontas dos pés;

O pato – A criança se agacha, com as nádegas *repousando* sobre os calcanhares, a cabeça para cima com o queixo para dentro, os dedos tocando a ponta dos ombros, os cotovelos para trás e junto ao corpo;

A tesoura – A criança senta-se encostada na parede e as pernas representam as lâminas das tesouras. Quadris, ombros, costas e cabeça devem estar encostados na parede. A criança levanta a perna esquerda e a abaixa logo a seguir. Repete o mesmo exercício com a perna direita. A atividade é acompanhada das seguintes palavras: *Aqui estão as grandes tesouras, que fazem snip, snip, snip; aqui estão as grandes tesouras, que fazem clip, clip, clip; Vou cortar o pano antes de cosê-lo e compor-lhe um fato com grande zelo.*

Vai-Vem – Deve ser realizado em dupla formada por crianças aproximadamente do mesmo tamanho. Sentadas no chão, uma de frente para a outra, de forma que possam dar as mãos. Ao mesmo tempo em que uma criança inclina à frente, a outra leva o corpo para trás.

De acordo com Goffert (1950, pp. 156-157), as aulas dramatizadas são extremamente agradáveis para as crianças pequenas, e completa, dizendo:

É preciso ver o entusiasmo das crianças quando participam de uma aula de ginástica dramatizada. Por esse motivo, sempre me preocupei em escolher histórias simples e variadas, de forma a ministrar a educação física, essencialmente, por meio de aulas dramatizadas.

Para se ter uma idéia de como se desenvolvia uma aula dramatizada, apresenta-se a seguir parte da aula “O gato e os ratinhos”⁵, publicada no Boletim Interno (1951, p. 146):

Quadro 2 - Aula “O gato e os ratinhos”

Era uma vez um gatinho que, sentindo muita fome, começou a andar pela cozinha e dispensa da casa onde morava, na esperança de encontrar algum ratinho para comer (evolução).

Nada encontrando e para esquecer a fome, começou a cantarolar uma canção que sua mãe lhe ensinara (roda com canto).

Mas foi ficando com sono e começou a se espreguiçar. Primeiro, esticou as patinhas da frente (braços); depois, as patinhas de trás (pernas), e depois, o corpo todo, como costumam fazer todos os gatos (tronco). Finalmente, estendeu-se no chão e adormeceu (caixa torácica – rom-rom-rom).

Nisto, uns ratinhos que formavam um grande bando, saindo de sua toca, num canto da dispensa, na ponta dos pés (marchar), deram com o gatinho em pleno sono. Muito satisfeitos, fizeram uma roda em volta dele e puseram-se a cantar (roda com canto).

Vendo que o gato dormia profundamente, começaram a trepar pelas prateleiras, à procura de alguma coisa para comer (trepar).

Alguns dos ratinhos mais ousados, quando passavam pelo gato, pulavam por cima dele (saltar – saltar uma criança deitada).

Um deles, de narizinho para o ar, começou a cheirar, dizendo: Uhm... que cheiro de queijo (exercício respiratório).

⁵ Esta aula foi enviada para o Boletim Interno pela instrutora do Parque Infantil Catumbi, Terezinha Lasserre Gomes, que as experimentou com as crianças *pré-primárias* de sua Unidade, tendo notado boa aceitação por parte dos pequeninos.

(continuação do Quadro 2)

Todos foram procurar onde se encontrava o queijo tão cheiroso e encontraram um enorme queijo que trataram logo de transportar para sua toca (levantar e transportar).

Mas, antes de voltarem para a sua toca, ainda foram cantar em volta do gato (roda com canto).

Com o barulho, o gato acordou e, dando um prolongado miau, saiu correndo atrás dos ratos (correr – corrida com pegador).

Os ratinhos fugiram e juntaram-se num canto sobre uns sacos de batatas e daí gritavam, cui, cui, cui, enquanto o gato fazia miau, miau, miau... (exercício respiratório).

Os ratinhos puseram-se a jogar batatas sobre o gato que, assim atacado, começou a recuar, tapando o focinho com as patas (lançar).

Logo a seguir, os ratinhos, que eram em grande número, avançam sobre o gato e começam a empurrá-lo para dentro de um armário vazio, fechando rapidamente a porta (atacar e defender-se).

Satisfeitos com a façanha, respiraram fortemente para descansar (marcha lenta com exercício respiratório).

Dois a dois, cantam alegremente (marcha com canto). Depois, se voltam de um lado para o outro, para se encontrarem à entrada da toca (exercício de ordem).

Os temas escolhidos deveriam possuir um fundo moral. A aula dramatizada, citada anteriormente, tinha como moral “A união faz a força”.

A educadora conta a história ao mesmo tempo em que as crianças vão se movimentando, exercitando o corpo todo e vivenciando a fantasia de acordo com o tema desenvolvido. Assim, exercitavam-se todas as qualidades físicas básicas, próprias para a criança de 3 a 6 anos, de forma lúdica, e ao mesmo tempo se inculcia o espírito de cooperação entre as crianças.

Para a criança, a brincadeira é uma forma de aprendizado. Ela tem oportunidade de vivenciar situações diversas, tomando decisões e questionando o mundo à sua volta, além de desenvolver a consciência corporal. De acordo com o artigo “Jogos e brinquedos caseiros para crianças pré-primárias” (1951, pp. 188-192)⁶, as brincadeiras que exercitam a ação *trépar*,

⁶ Esta publicação é uma colaboração do Departamento da Criança da Direção Federal da Previdência

balançar, andar de gatas e dar cambalhotas desenvolvem a musculatura das *costas e do abdômen*. Acrescenta ainda que a criança, ao brincar, desenvolve a coordenação, ou seja, o *funcionamento dos músculos juntamente com os sentidos*. O artigo enfatiza que a criança precisa ter momentos de brincadeiras livres, sem a intervenção do adulto, pois assim ela aprende a *escolher por si própria*, tomar decisões e ser independente. A criança, quando participa das brincadeiras com outras crianças de idade aproximada à sua, aprende seguindo os exemplos, que mais tarde ajudará a se *ajustar às exigências e aos ideais do seu grupo*.

As atividades de Educação Física se articulavam com as demais na rotina do Parque, seguindo o tema proposto nos *Centros de Interesse* do mês, sistema educacional que nos remete a Decroly. Segundo Lourenço Filho (1978, p. 191), “o programa proposto atende grandes linhas de globalização, como eixos possíveis de trabalho natural de conhecer. Para harmonizá-los, com a unidade desejada, será preciso estabelecer em cada momento um traço de união entre os diversos elementos do conteúdo. Esse princípio de associação, ou relação, é o Centro de Interesse”.

Todo mês era publicada no Boletim Interno a sugestão do Centro de Interesse a ser seguida. Não havia referência à indicação das atividades para determinada faixa etária. Portanto, infere-se que a sugestão seria para todas as idades, sendo apenas feitas adaptações quando necessário. A fim de que fique mais clara a participação da Educação Física no desenrolar do Centro de Interesse, apresenta-se a seguir a sugestão de Longhin (1952, p. 146)⁷ a ser desenvolvida no mês de junho de 1952, “Festas Juninas”:

Social. Não consta o nome do autor do artigo.

⁷ Transcrito do Subsídio nº 3 do Serviço de Educação Pré-Primária.

Quadro 3 – Centro de Interesse “Festas Juninas”

Tema: poderão desenvolver os seguintes temas em junho: Festa de São João, Casamento Caipira etc. A educadora, ao apresentar o tema, deve provocar a curiosidade da criança.

Atividades: deverão estar de acordo com o tema escolhido.

Motoras

Jogos ao ar livre - rodas cantadas, aulas dramatizadas de Educação Física, bailados como quadrilha e jogos diversos, como pau-de-sebo;

Jogos para noção de direção e distância – “Vamos cortar a barba do caipira”;

Sensoriais

Visuais – cor, forma, dimensão (balões, bandeirolas e lanternas);

Auditivas – diferenciar os ruídos (de fogos, estalar da pipoca etc.);

Olfativos – diferenciar os odores (gengibre, cravo, laranja, rapadura);

Gustativos – diferenciar entre doce e salgado (pipoca e doces diversos);

Manuais

Recorte e colagem – jogos de armar com figuras de São João, bandeirolas, lanterninhas, fogueirinhas com gravetos e papel de seda recortado;

Dobraduras – balõezinhos;

Desenho – convite para a festa;

Pintura

Modelagem – balões, figuras de caipira etc;

Sociais

Dramatizações – dramatizar a estória dos fogos de São João e o casamento caipira;

Convívio diário – conversa sobre experiências anteriores de festa juninas;

Desenvolvimento Mental e aquisição de conhecimentos

Histórias e lendas típicas para serem ouvidas e reproduzidas - Jeca Tatu e Lenda dos fogos;

Quadrinhas para decorar

Jogos de armar

(continuação do Quadro 3)

Nutrição, artes domésticas e higiene

Confeccionar os doces, debulhar o milho para fazer pipoca etc.

Musicais

Canções folclóricas – cantar, acompanhar o ritmo com movimentos mímicos espontaneamente, dançar com orientação, livre escolha de música para ouvir e banda rítmica;

Material Didático

Recomendações aos educadores: ao ensinar a quadrilha onde se emprega a linguagem errada do caipira, salientar que este modo de falar não é correto e que somente pode ser usado numa representação; prevenir a criança contra acidentes provocados pelos fogos e, no momento da confecção dos doces, cuidar da higiene das mãos.

Atividades Motoras

Jogos Educativos:

Roda Cantada – Formar duas rodas, sendo a interna de meninas cantando os versos e a outra, de meninos cantando o estribilho. As crianças devem carregar lanterninhas, confeccionadas por elas mesmas, de cores diferentes para cada roda que deveria girar em direções opostas;

Jogo de Campo:

Pau-de-Sebo – levanta-se uma estaca de altura proporcional à criança e unta-se bem com sebo. Na ponta, coloca-se um saco de balas. Dividir em duas equipes, sendo que cada criança deve tentar alcançar o mais alto possível. Pontua a equipe que alcançar a parte mais alta do pau-de-sebo;

Jogo para noção de direção e distância:

Vamos cortar a barba do caipira? – Desenhar uma figura de caipira com barba e colocar aproximadamente à altura da criança. A criança com um lápis colorido na mão e venda nos olhos deverá partir de um ponto predeterminado e tentar riscar o queixo da figura. Aquela que riscar mais próximo do queixo do caipira será vencedora. *A venda será individual e nunca emprestada ao colega;*

(continuação do Quadro 3)

Bailado:

Quadrilha – meninos e meninas vestidos à caipira seguem as orientações para a execução da quadrilha;

Dramatizações – Dramatizar a lenda dos fogos de São João, história do Jeca Tatu ou o casamento caipira;

Atividades Manuais

Várias sugestões para confeccionar balões, lanternas, bandeiras etc.

Encerramento: Casamento caipira e a Festa Junina.

Pelos jogos e *exercícios animados*, em sua maioria, buscava-se atingir os objetivos desejados, tais como: “conservar melhor a saúde, estabelecer hábitos de higiene e princípios de vida, influenciar os pais através das crianças e melhorar as gerações para uma nação mais apta” e quanto às meninas, era importante crescer *forte para a maternidade e possuir graça para encantar* (SAMPEL, 1952, pp. 08-17).

No artigo *Educação Física para Pré-Primários*, divulgado por Macedo (1952, pp. 75-76), é apresentada a sugestão de uma aula dramatizada, de acordo com o centro de interesse do mês, com o tema *O Coelhoinho*. A narração da história deveria ser acompanhada pelas crianças através da evolução de exercícios físicos, tais como: *marchar, flexionar, elevar, trepar, saltar, respirar, correr, lançar, segurar* e outros. Quanto ao tempo destinado à atividade, na maioria das vezes, a orientação era para que não demorasse muito, pois a criança se cansava e perdia o interesse. No caso específico citado acima, indicava-se uma duração total para a atividade de 20 minutos divididos da seguinte forma: sessão preparatória – 4 minutos; lição propriamente dita – 14 minutos, e volta à calma – 2 minutos.

Nos Parques Infantis em um espaço público, era oferecida a oportunidade de as crianças das classes populares praticarem a Educação Física através de atividades lúdicas, as quais possibilitavam momentos de integração, uma vez que, naquela época, um dos fatores que reforçava a desigualdade social era a impossibilidade do acesso aos espaços livres, equipados com materiais adequados à prática das atividades físicas.

Havia também a preocupação com o período de adaptação da criança. Ao se iniciar o ano de 1953, Longhin (1953, pp. 1-13) publica no Boletim Interno uma transcrição do Subsídio do Serviço de Educação Pré-Primária, que orienta como atuar com a criança nos

primeiros dias do ano.

O tema sugerido foi *A Casa*, pois serviria como momento de transição entre o lar e o jardim, isto é, o trabalho deveria ser iniciado a partir do conhecimento que a criança trazia de sua família e passar para outras *casas* como jardim, escola, igrejas etc. Também apresentava uma lista de sugestões práticas para serem aplicadas, voltadas para o Centro de Interesse *A Casa*, tais como: aula dramatizada com o tema *Julinha, dona-de-casa* ou *Os três porquinhos*, no qual a educadora contava a história e as crianças dramatizavam.

O jogo de campo sugerido foi o chamado “Janela aberta”, no qual as crianças formam um círculo, de mãos dadas, sendo que uma fica do lado de fora, sendo denominada *perseguidor* e outra fica do lado de dentro, sendo denominada *perseguido*. Ao comando da professora (ou de um educando) dizendo *janelas abertas*, aquelas que estavam na roda devem levantar os braços, permitindo que o perseguidor alcance o perseguido; ao comando *janelas baixas*, a roda interdita a passagem do perseguidor. Assim, a professora vai dirigindo o jogo, consistindo na entrada e saída da roda, de acordo com as vozes de comando, até que uma criança apanhe a outra.

Outras sugestões são o *Jogo de direção e distância*, no qual as crianças devem apontar a direção de sua casa e dizer se é perto ou longe; o *Jogo sensorial*, no qual as crianças falam a cor, a forma e o tamanho das casas, bem como o cheiro e sabor dos alimentos da casa e o cheiro do jardim; o *Jogo recitativo*, no qual as crianças recitavam as quadrinhas *Minha casa, pequenina* e *Os dias da semana* e outros musicais, sendo a música sugerida *Deixei cedinho o lar*.

Destaca-se ainda no artigo citado que o método usado “é a base da associação, em que de um conhecimento já dominado, recebe-se outro por analogia, eis uma das formas de aquisição de conhecimento pré-escolar, à qual a Jardineira deve recorrer com frequência”. Enfatiza a atenção especial que se deve dar à criança nesta fase de adaptação e afirma que “o Jardim deve ser a continuação do lar”. A educação deveria partir daquilo que a criança já conhecia para chegar às aprendizagens subsequentes, entendendo o processo como contínuo e pressupondo o domínio de pré-requisitos.

A educadora, ao se referir ao Parque Infantil como *jardim*, remete-nos, de certa forma, ao jardim-de-infância público idealizado por Froebel, os *Kindergarten*, no qual a criança era considerada uma planta que deveria receber atenção e cuidado para crescer de forma adequada. O jardim-de-infância era considerado a extensão do lar.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2001, p. 136), ao se referir à pedagogia froebeliana,

[...] o desenvolvimento interno e externo seriam complementares: para haver um desenvolvimento integral da *natureza infantil* deveria haver um forte estímulo tanto à cultura física como ao desenvolvimento mental. O trabalho para o aprimoramento do crescimento e do desenvolvimento físico estava centrado em diferentes atividades como: o recreio, os passeios e excursões, a ginástica, a marcha, os jogos cantados, os jogos organizados e os brinquedos⁸.

Para Froebel deveria haver um equilíbrio entre o desenvolvimento físico e mental das crianças, priorizando sempre os jogos e as brincadeiras, pois possibilitavam o contato com a natureza e o desenvolvimento social, numa dimensão religiosa. O objetivo era alcançar a disciplina e o conhecimento através dos exercícios físicos que eram considerados de maior assimilação do que aqueles que só eram apresentados oralmente. Dessa forma, por um lado, cercava-se a criança de cuidados e ela era incentivada a se expressar com naturalidade. Por outro lado, eram-lhe imputadas determinadas regras, tornando esse método antinatural.

As excursões não eram consideradas apenas um passeio, mas atividades de alto valor educativo, pois desenvolviam o físico através dos movimentos naturais; o aspecto psíquico através da formação intelectual e social; o espírito de iniciativa e de cooperação; o *amor à Natureza e à Pátria* e os conhecimentos geográficos e históricos. A excursão dividia-se em três tipos: breve, quando realizada dentro do próprio Parque; ligeira, quando durava meio período ou o dia todo; média, quando passava um pernoite, e longa, quando durava mais de um dia. As crianças deveriam ter tarefas predeterminadas para colaborar no percurso da excursão, tais como de guia, fotógrafo, sociólogo etc., e ao final deveriam apresentar um relatório (RAHAL, 1953, pp.18-19).

Desse modo, era uma atividade que vinculava a motivação, o ensinamento dos hábitos e normas sociais e o conhecimento científico, pois envolvia não só o prazer, mas também a solidariedade, a iniciativa, as boas maneiras e informações gerais.

No Programa de Educação pela Recreação, era priorizado o respeito à especificidade das crianças. Isso é notório quando Kuester (1953, p. 100) se refere à falta de espaço livre para as crianças da cidade de São Paulo e a sua necessidade de brincar: “A criança deve ter direito a lugares adequados para brincar porque o brinquedo é sua vida, representa suas necessidades, é o meio essencial para o seu desenvolvimento, para a formação de físicos sadios e espíritos equilibrados”. Percebe-se também nesse programa a intenção de formar a

⁸ Segundo Kuhlmann Jr. (1998, p. 138), “chamavam-se brinquedos às brincadeiras de roda, de movimento, de imitações, geralmente em marcha e acompanhadas de melodias fáceis”.

personalidade da criança para que ela possa, no futuro, integrar-se de forma harmoniosa à sociedade em que vive; segundo a autora citada acima, “o jogo organizado e orientado é universalmente reconhecido como elemento de alta importância não só para fixar personalidades íntegras, como também para corrigir os mais diversos desajustamentos de conduta”.

Ainda segundo Kuester, os Parques e Recantos Infantis eram orientados e conduzidos por educadores preparados pedagogicamente e eram considerados como a melhor fórmula para fixar a personalidade desejável, formando no ser humano a capacidade de “compreensão, domínio e apreciação da vida”.

A aula historiada ou dramatizada era indicada para as crianças da primeira turma, de 3 a 6 anos de idade, pois contribuía para o desenvolvimento físico, psíquico, respiratório e da capacidade de imaginação e imitação. Deveria preferencialmente acompanhar o tema gerador proposto no mês. Era importante deixar a criança livre para criar o seu próprio movimento, expressando-se com naturalidade. Entretanto, no Boletim Interno explicava-se exatamente como as crianças deveriam executar o movimento; para melhor entendimento, as evoluções físicas, às vezes, eram também representadas em forma de desenhos (FERREIRA, 1953, p. 45).

As rodas cantadas eram indicadas para meninas de 3 a 9 anos de idade e para meninos de 3 a 7 anos, pois, de acordo com Rahal (1953, p. 43), “após esta idade estes últimos não se interessavam mais por rodas, preferindo jogos e mesmo dança”. As atividades de rodas cantadas eram consideradas mais efetivas na atuação benéfica no aspecto psíquico da criança do que no seu aspecto físico. Assim, crianças com dificuldade de relacionamento e tímidas teriam a possibilidade de interagir com o grupo. As letras das músicas eram carregadas de valores morais e cívicos. Nesse artigo, apresentavam-se também as letras das músicas com suas partituras, formações e descrições para se realizar a roda cantada.

Segundo Kuester (1953, p. 99) o objetivo do Parque Infantil era proporcionar *felicidade* às crianças e garantir-lhes um *perfeito ajustamento social no futuro*. Na concepção dos organizadores e colaboradores do Boletim Interno, o Parque Infantil seria um local ideal para a educação das crianças. É interessante se atentar para a visão da autora de que as crianças seriam felizes no Parque Infantil e não fora dele.

No artigo “Programa de Educação pela Recreação aplicado nos Parques Infantis” Kuester (1953, p.99) ressalta a importância das brincadeiras e dos jogos para se desenvolver nas crianças *físicos sadios e espíritos equilibrados*, com a intencionalidade de *fixar personalidades íntegras*, preparando-as para a vida futura. Nesse mesmo artigo, ela afirma

que:

As crianças encontram nos Educadores verdadeiros líderes de recreação, que lhes proporcionam variadas formas recreativas tais como a educação física, sob todos os aspectos, principalmente a ginástica dramatizada, os jogos motores e a natação; a educação musical e artística com o orfeão, as rodas cantadas, os ranchinhos, as danças e os bailados; a recreação, propriamente dita, com as excursões, as histórias, o teatrinho, os trabalhos manuais, a jardinagem, a horticultura e tantos outros. Nesse programa está sendo introduzido o escotismo na sua verdadeira forma de origem, livre do aspecto militarizado que o caracterizou durante algum tempo.

Especificamente para as crianças de 3 a 6 anos de idade, as atividades corporais apresentadas no Boletim Interno, em sua maioria, não apontavam para o exercício físico mecânico, mas para a atividade corporal que valorizava o movimento espontâneo e principalmente a socialização das crianças.

Entende-se que se, por um lado, a manutenção do corpo saudável era importante para o crescimento da criança e para seu desenvolvimento psico-social, não se pode deixar de apontar, por outro lado, seu caráter contraditório, já que ao mesmo tempo em que proporcionava autonomia, ela aprisionava, pois não deixava de ser um modo de controle e disciplina pregado pelos discursos das ciências biológicas e psicológicas que grassavam no país.

De qualquer forma, torna-se interessante constatar que a Educação Física pensada nos Parques Infantis para as crianças de 3 a 6 anos de idade dava subsídios para que elas pudessem agir no seio da sociedade organizada em que viviam, de acordo com suas próprias escolhas, dentro de determinados padrões já definidos.

Por ser o Parque Infantil uma instituição caracterizada pelo atendimento no período contrário ao do ensino regular, nota-se a preocupação com a educação do tempo em que as crianças não cursavam a escola primária, procurando criar hábitos para formação de uma cultura corporal pacífica. Isto fica claro no artigo publicado por Kuester (1953, p. 100):

Nas horas de lazer, que poderiam ficar desperdiçadas fora de um ambiente educativo, ela [a criança] desenvolve, aumenta, valoriza e firma suas qualidades originais; forma hábitos úteis e consentâneos com a natureza e fins do homem, desenvolve a capacidade de compreensão, domínio e apreciação da vida.

A hora do lazer, que a princípio tinha como objetivo principal o descanso sem compromisso, tempo livre caracterizado pela possibilidade de escolha individual de qualquer atividade, era encarada pela municipalidade, no que se refere aos filhos de operários, como oportunidade de apropriação de hábitos adequados para a vivência da criança numa sociedade civilizada.

Entende-se que esta preparação para que as crianças aprendessem a ocupar sadiamente o seu tempo livre ultrapassava a noção simplista de movimento livre, representando um meio de educação corporal da sociedade, isto é, através das atividades físicas se transmitiam modelos e valores de comportamentos que beneficiassem a saúde e a educação, de acordo com a necessidade de convivência social da época.

No artigo publicado em 1953⁹, *O jogo como fator de recreação*, Carvalho (1953, p. 101) explica que a Educação Física “vem sofrendo uma evolução lenta através dos tempos. Não mais significa desenvolvimento de força, e sim fator indispensável em todo programa de educação integral”. Continuando, esclarece que a Educação Física propõe-se a

[...] promover o bem-estar físico e intelectual do indivíduo, mediante o desenvolvimento harmonioso dos diversos aspectos de sua personalidade. Ensina-o também a empregar inteligentemente a sua força, a alternar as horas de trabalho com as de repouso, proporcionando-lhe passatempo em suas horas de lazer e assegurando-lhe, por conseguinte, bem-estar mental, físico e social.

Apesar de a análise do Boletim Interno pouco apresentar referências ao método de Educação Física, esta citação nos remete ao método difundido por Auguste Listello na década de 1950, Educação Física Generalizada. Ele previa a atividade corporal prazerosa como meio de desenvolver os aspectos físico, moral e social das crianças e dos jovens. Tinha o objetivo de ensinar a ocupar o tempo de lazer de forma útil à sociedade.

Quando Carvalho (1953, p. 102) faz referência diretamente às crianças, e é o que interessa nesta pesquisa, explica que a Educação Física deve ser ministrada através de jogos motores, pois considerava um modo significativo de alcançar os *efeitos bio-psíquicos, higiênicos e recreativos* de forma prazerosa. Afirma que:

[...] oferecem os jogos, sobre as demais atividades físicas, a vantagem de serem sempre acompanhados de prazer. A criança, quando joga, aprende a utilizar-se de todos os sentidos, aprende a considerar a força e a coragem de seus companheiros, desenvolve o seu espírito de iniciativa, enquanto o prazer do jogo põe em função harmoniosa os aparelhos respiratório e circulatório, dando aos músculos vigor, destreza e agilidade, evidenciados na graça e equilíbrio dos movimentos (KUESTER, 1953, p. 101).

Segundo ela, esse é um importante meio de educar as crianças, pois desenvolve os seguintes aspectos:

⁹ Bibliografia utilizada no artigo: *Jogos*, de H. Loyola – *Novos Jogos Infantis*, de Hugo Muxfeldt – *Boletim nº 18* da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais – *Manual Teórico e Prático da Educação Física*, de Ambrosio Manoel Torres.

Físico – efeitos higiênicos sobre as funções respiratória e circulatória; saúde, sentido de ritmo, equilíbrio, harmonia, agilidade, destreza; *Espiritual* – elevação do pensamento, nobreza de ação, sentido de justiça e da beleza da conduta humana; *Moral* – espírito de iniciativa, senso de responsabilidade, força de vontade, energia, caráter, perseverança, dinamismo, altruísmo, confiança; *Social* – disciplina, solidariedade, cooperação, espírito de sacrifício, tolerância, auxílio mútuo, respeito pelo direito alheio etc.; *Mental* – desenvolvimento do raciocínio. Aliás, autores de todas as nacionalidades têm apresentado trabalhos estatísticos, provando o paralelismo entre o desenvolvimento mental e o físico. Nos jogos, é a própria criança que observa, julga, experimenta e tira conclusões; Recreação – alegria, bom humor, satisfação, entusiasmo, bem estar etc.; Pedagógico – elemento de motivação capaz, por si só, de manter o interesse pelas atividades físicas e Psicológico – possibilita a observação da conduta da criança porque, enquanto ela está entregue ao interesse, à liberdade e ao entusiasmo do jogo, ela faz o que não faria em outras circunstâncias, possibilitando ao Educador conhecer melhor os seus defeitos e suas qualidades, corrigindo aqueles e desenvolvendo estes (KUESTER, 1953, p. 102).

Pela observação do comportamento da criança no jogo, pretendia-se que o educador orientasse as crianças na *formação de personalidades íntegras e sadias*. Assim, o jogo tinha a função de atingir a eficiência, visando à formação do *grande homem de amanhã*.

Ao analisar esta questão do jogo, parece contraditório falar de prazer e ao mesmo tempo exigir eficiência quanto ao comportamento da criança na sua execução. A alegria e o prazer são elementos inerentes da atividade lúdica realizada sem interesse final. Contudo, quando se possui objetivo didático a ser atingido, isto é, disciplinarização do comportamento da criança, o jogo se torna utilitário.

No entanto, por ser privilegiada a existência do prazer nos jogos praticados nos Parques Infantis e o respeito com relação às possibilidades das crianças, nota-se que a proposta de Educação Física não estava somente vinculada à rigidez dos sistemas produtivos, mas também ao desenvolvimento da imaginação e à criatividade do ser humano. Interessava não apenas alcançar o produto final, mas também a assimilação do processo vivenciado, permitindo à criança, nessas atividades corporais, enriquecer sua relação com a realidade, tanto corporal como mentalmente.

Os organizadores e colaboradores do Boletim Interno entendiam que pelo seu caráter lúdico do jogo, as crianças extravasavam suas emoções e sentimentos, expunham suas posturas físicas e morais, fornecendo aos educadores subsídios para possíveis intervenções com a finalidade da inserção da criança na realidade desejada.

De acordo com vários Boletins, os jogos eram considerados importantes para contribuir na construção interna das regras sociais, que formavam a base da personalidade da criança na sua convivência comunitária. O enfrentamento de diversas situações nos jogos gerava o

respeito e o apoio aos demais componentes da equipe e também o aperfeiçoamento dos movimentos e melhoria nas condições fisiológicas da criança.

Conforme a reflexão de Jürgen Dietrich, quando se refere à literatura específica até o fim dos anos 60, existia uma relativa concordância nas declarações sobre as funções sócio-educativas dos jogos:

O respeitar das regras de jogo, educam a um sentimento de responsabilidade, de cavalheirismo, de sinceridade para o trabalho com o próximo. A disposição de ajuda se comprova em trabalhos no grupo, na turma, no time. Assim a educação do corpo é formadora de coletividade (DIETRICH *apud* BRACHT, 1983, p. 27).

Dessa maneira, o jogo era um elemento que contribuía para o desenvolvimento físico, mental e social. Atribuía-se aos jogos o poder de desenvolver na criança o companheirismo, a cooperação, o respeito a regras e normas, a independência e confiança em si mesmo, o valor e a força de vontade, a responsabilidade, o sentido social etc.

A dança também tinha um alto valor educativo nos Parques Infantis, pois, segundo Rahal (1953, p. 103),

[...] a dança beneficia o corpo, dando flexibilidade e elegância aos movimentos, além de exercer grande influência no desenvolvimento social e cultural da criança, pois estimula a camaradagem, a sociabilidade, a estabilidade e a integração na sociedade, dando ainda, a alegria de viver.

Para a primeira turma, isto é, crianças de 3 a 6 anos de idade, o *bailado* deveria ser apenas uma imitação ou uma história musicada, ensaiada ao longo de todo ano para não forçar muito a criança na véspera do evento.

As danças eram apresentadas nos dias de inaugurações, reinaugurações e comemorações de aniversários dos Parques Infantis ou em outras ocasiões, quando de interesse da equipe organizadora do evento. Havia um cuidado especial na escolha das crianças para as apresentações. Durante o ano, todas participavam dos ensaios, mas, para as apresentações, apenas algumas eram escolhidas pelas educadoras, as quais eram consideradas conhecedoras da habilidade de cada criança.

Ao mesmo tempo em que se procurava garantir a participação de todas as crianças, dando oportunidade durante o ano de ensaiar as danças, não menosprezando as crianças sem muita habilidade, entende-se que havia uma certa competição entre elas, pois somente algumas eram escolhidas para as apresentações nos eventos comemorativos.

A competição se apresentava em várias atividades de Educação Física ali praticadas, embora não fossem registradas explicitamente nos Boletins; ao contrário, nos artigos privilegiava-se a cooperação e a socialização. As atividades eram centradas no coletivo, em

que a criança era vista como uma unidade a ser ajustada na totalidade do grupo.

Entende-se que a competição era vista como uma auto-superação em benefício do coletivo, aguçando na criança o instinto de ultrapassar seus próprios limites e ao mesmo tempo controlar suas emoções, ajustando-a aos padrões culturais da época.

No artigo *O jogo como fator de recreação*, escrito por Carvalho (1953, p. 102), a autora afirma que a criança jogava somente pelo prazer proporcionado pelo fato da diversão e descontração da atividade e não se preocupava com a questão da pontuação, a qual era refletida em vitórias ou derrotas. Segundo ela, o que interessava às crianças *pré-primárias* era a oportunidade de correr e agir livremente. De forma contraditória, no mesmo artigo, a autora diz que um dos benefícios dos jogos era que a própria criança poderia observar, julgar, experimentar e tirar conclusões. Como a criança teria capacidade de tais fundamentos se não comparasse suas habilidades com as demais? Assim, mesmo não se desejando salientar o espírito competitivo das atividades, em grande parte ele existia e era canalizado para o espírito de cooperação amoldando os indivíduos à forma civilizatória constituída.

Por meio do escotismo também se desenvolvia o físico da criança. Tinha como objetivo o desenvolvimento muscular e cardiovascular aliado aos benefícios higiênicos e morais. O escotismo encaminhava a criança para *valiosos propósitos sociais*. Gradativamente, favorecia o desenvolvimento harmônico do organismo, a coordenação dos movimentos e certas aptidões morais, facilitando assim todos os atos da vida (GUIMARÃES, 1953, p. 179).

Na relação do enfoque biológico e psicológico na proposta educacional dos Parques Infantis, nota-se mais uma vez a influência do movimento escolanovista.

Segundo Sampel (1953, pp. 200-201):

A Educação Física deve ser o desenvolvimento e a educação geral do indivíduo através de atividade física sadia e interessante, por intermédio da qual ele alcançará o seu máximo de capacidade física e mental e aprenderá a usar todas as qualidades inteligente e cooperativamente, como um bom cidadão, mesmo sob o mais violento estado emotivo.

O exercício físico era, portanto, considerado um meio para se atingir a *Educação Física*, isto é, através do exercício físico se atingiria a educação do corpo e da mente, controlando a emoção e a coordenação motora de cada indivíduo por limitações internas e externas.

Os jogos sensoriais buscavam desenvolver moderação, atenção, tato e observação. As professoras técnicas de Educação, Sandoval, Pimentel e Moraes (1953, pp. 181-186), nas orientações a respeito dos jogos sensoriais, explicam a atividade passo a passo, indicam a idade ideal e apontam o objetivo a ser alcançado. Como exemplo, apontamos a seguir alguns jogos sensoriais:

Quadro 4 – “Jogos Sensoriais”

“Bom Dia”

Objetivo - desenvolver a audição

Faixa etária - 05 a 12 anos de idade

Desenvolvimento - Uma criança fica no centro da roda com os olhos vendados e aponta para outra que está no círculo. A criança apontada pela colega deve dizer “Bom Dia”. Aquela que está de olhos vendados deverá tentar adivinhar quem é. Caso erre, pode tentar mais duas vezes. Acertando, aquela que foi apontada vem para o meio do círculo e inicia-se novamente o jogo.

“João e Maria”

Objetivo – desenvolver a audição

Faixa etária – 05 a 12 anos

Desenvolvimento – As crianças formam um círculo, de mãos dadas. No centro, ficarão João e Maria. João deve permanecer de olhos vendados e perseguir Maria, que estará com uma campainha na mão. Quando João pegar Maria, serão substituídos por outra dupla e recomeça-se o jogo.

“Retire a campainha”

Objetivo – desenvolver tato e audição

Faixa etária – 04 a 12 anos

Desenvolvimento – As crianças formam um círculo. Uma delas possui um sino escondido. Uma criança ao centro, olhos vendados, conta até 10 (dez). Enquanto isso, as crianças da roda vão passando o sino escondido. Aquele que estiver com o sino, ao término da contagem, segura-o firme e de forma discreta, para o colega não adivinhar que está com ele. A criança que está no centro da roda terá direito a duas tentativas. Caso acerte, tomará o lugar da criança que está com o sino e este perderá pontos. Serão vencedores aqueles que, ao término do jogo, não tiverem pontos perdidos.

(continuação do quadro 4)

“As cegas”

Objetivo – desenvolver o tato

Faixa etária – 05 a 12 anos

Desenvolvimento – As crianças giram em círculo, enquanto a que está no centro, com os olhos vendados, conta até 10 (dez). Ao chegar ao número 10 (dez), a roda deve parar. A criança que está no centro aproxima-se da roda e toca as crianças, tentando adivinhar o nome da criança que parou à sua frente. Acertando, troca de lugar. Se errar, continuará no centro e tem mais duas tentativas.

“As cores”

Objetivo – desenvolver a visão

Faixa etária – 06 a 09 anos

Desenvolvimento – Duas fileiras com as crianças enumeradas à frente de uma caixa de giz de diversas cores. O professor enuncia uma cor e um número. A criança que tiver o número indicado (de cada fileira) corre, pega o giz da cor determinada e faz o desenho já combinado na lousa. Marcará ponto a equipe que fizer primeiro o desenho proposto. Vencerá a equipe que fizer mais pontos.

Outros jogos apresentados no Boletim citado anteriormente são: “Os cegos e o bate-palmas”, “Caçando a raposa”, “No sítio do cego”, “Jacó e Rachel”, “Pela voz”, “Canto mágico”, “Chapéu na cabeça”, “Cumprimentando um amigo”, “Os sons” e “As formas”.

No Boletim Interno de agosto de 1953 (não consta autor, 1953, p. 207), nota-se no método educacional aplicado nos Parques Infantis a influência de Rousseau, pois, ao se apresentar uma proposta de atividades manuais na Seção Material Didático, fica registrada a seguinte citação de Rousseau:

Para fortificar um corpo e desenvolvê-lo, a natureza possui meios que jamais devem ser contrariados. Não se deve obrigar um menino a ficar quando ele quer ir, nem constrangê-lo a ir quando quer ficar onde está. Quando a liberdade das crianças não é estragada por nossa culpa, elas nada desejam inutilmente. É preciso que eles saltem, que eles corram, que eles gritem quando tenham vontade. Todos os seus movimentos são necessidades da sua constituição que procura fortificar-se; deve-se suspeitar, porém, daquilo que elas desejam e não podem, elas mesmas, fazer e que outros são obrigados a fazer em seu lugar. Então é preciso distinguir com precisão a verdadeira necessidade, a necessidade natural da necessidade de fantasia que começa a originar-se, ou daquela que se origina tão somente na superabundância de vida, à qual já me referi.

Pelo princípio de Rousseau, a liberdade é inerente ao ser humano e, através da educação adaptada à natureza, se conquista autonomia tanto física como a da vontade e da razão. Rousseau considera que o mais importante não é adquirir grandes conhecimentos, mas formar hábitos. As crianças devem ser incentivadas a buscar por si mesmas seus objetivos, mas para tanto é necessário que elas saibam seus limites.

A influência de Rousseau nos Parques Infantis é confirmada na fala de Soares (2004, p.39), quando ele advoga que a criança necessita de grande contato com a natureza, “preconiza uma vida ao ar livre e a prática de exercício”. Ele afirma ainda que a disciplina faz com que o corpo se fortaleça e, por consequência, a criança “será inteligente e cheia de razão”.

As brincadeiras simbólicas eram muito valorizadas, pois se considerava que as crianças experimentavam e interiorizavam normas sociais, partilhando valores e atitudes e negociando regras de convivência de forma prazerosa. Nessas atividades, as crianças atribuíam diferentes significados para objetos e situações, assumindo diversos papéis e satisfazendo seus desejos. Desenvolvia a socialização na interação com as outras crianças e com a educadora.

Na vivência das situações da vida cotidiana, como na brincadeira da casa de bonecas, enriquecia-se o repertório gestual da criança. As educadoras aproveitavam também para transmitir as questões de puericultura e das regras sociais nas conversas naturais e espontâneas (CASTRO, 1953, p. 220).

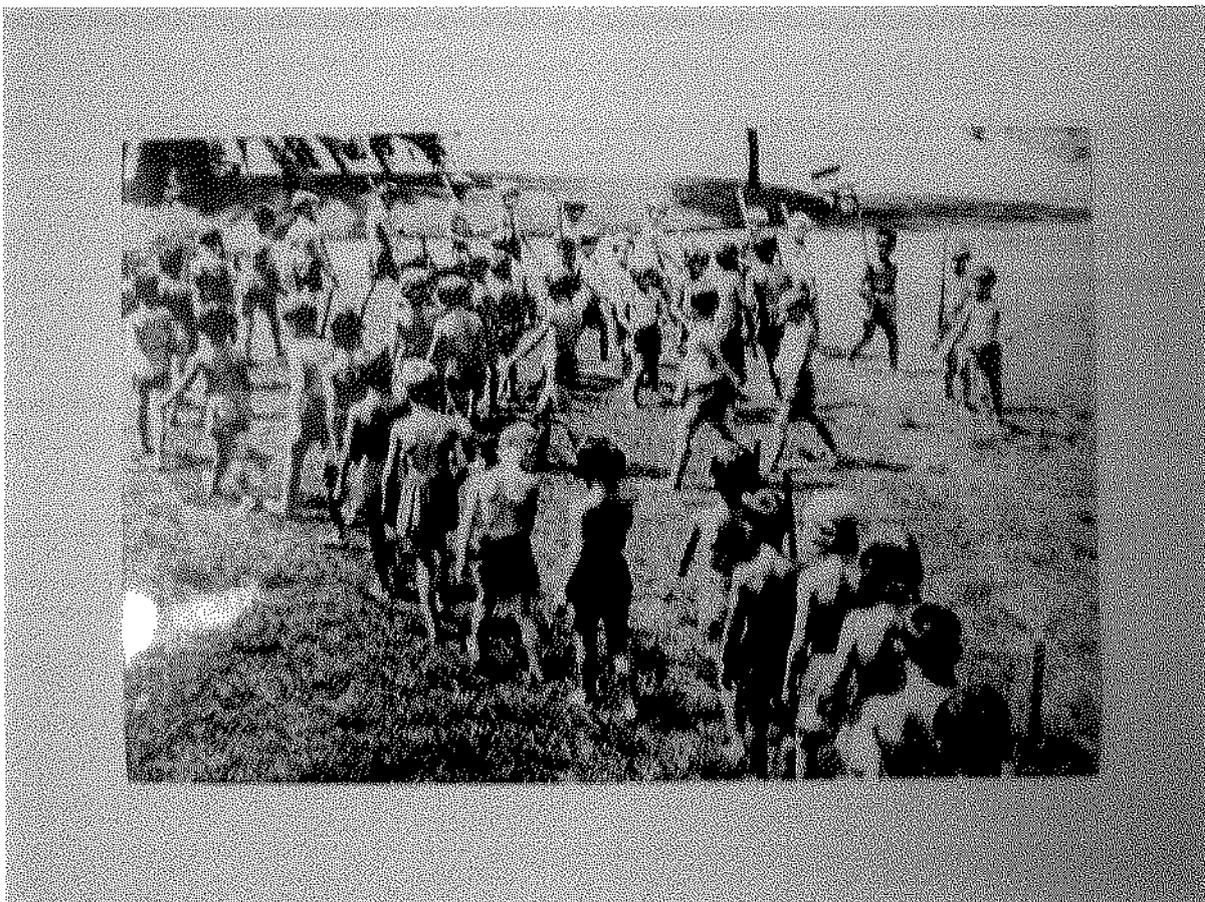


Figura 20 – Brincadeira Simbólica, década de 1930 e 1940. Fonte: Memorial do Ensino Municipal de São Paulo.

A fotografia apresenta crianças marchando, segurando um cabo de vassoura, provável representação do fuzil do soldado. Pode-se inferir que, na brincadeira de “marcha, soldado”, procurava-se disciplinar os movimentos corporais, pois as crianças estão praticamente em fila e fazendo os mesmos movimentos. Nota-se que, mesmo sendo movimentos ordenados, todas as crianças estão participando da atividade.

A Educação Física aplicada na época nos Parques Infantis se aproximava das concepções de uma educação do ser humano como um todo. Ela não precisava seguir nenhum método específico, pois de acordo com Leite (1953, p. 237), quando se dirige às educadoras, “não importa o método a ser seguido para o desempenho dessa missão. O que realmente importa é que ela cuide com carinho de seus educandos, proporcionando-lhes oportunidades educativas que contribuam para a formação de personalidades íntegras e sadias”. Portanto, o mais importante era aliar a Educação Física à educação moral e espiritual, não importava muito que método fosse usado, desde que prevalecesse a atenção dada ao educando.

Uma das poucas vezes que o Boletim Interno apresenta uma publicação tratando especificamente de um método de Educação Física foi em 1954, no artigo “Princípios de Educação Física Esportiva Generalizada – Prof. Auguste Listello – Espírito ou política do Movimento” (não consta o autor, 1954, pp. 163-164). Segundo a publicação, esse método privilegia o movimento descontraído de todo o corpo, com a finalidade de executar as contrações musculares com precisão e eficiência. Acrescenta ainda que “é bom e útil também nos esportes e na vida prática, pois o ideal é produzir o máximo com o mínimo de esforço”. Assim, a cultura corporal equivale à eficiência e precisão dos movimentos necessários para atender a sociedade cada vez mais controladora, tanto com relação ao trabalho como também com relação às horas de lazer.

A Educação Física pretendida ultrapassava as cogitações morfológicas, fisiológicas e estéticas, baseando-se também na psicologia e na sociologia. A Educação Física era compreendida como um alto valor educativo, pois, além de favorecer a formação de *corpos fortes, revigorar energias orgânicas e prevenir enfermidades*, também desenvolvia as qualidades sociais, tais como compreensão, persistência, independência, disciplina e solidariedade. Afastava-se da concepção da execução de movimentos padronizados para as crianças, que desconsiderava os aspectos culturais e sociais e valorizava a construção do movimento pelos sujeitos numa concepção *bio-psico-sociológica*. Idéia confirmada por Cintra (1954, pp. 41-45), quando apresenta sugestões de jogos diversos, rodas cantadas e dramatizações e ainda orienta para que as dramatizações sejam executadas livremente, conforme a vontade e criatividade de cada criança. Apesar dessa concepção teórica nas orientações postas no Boletim a respeito das dramatizações, revela-se, porém, a dificuldade prática da transferência do conceito para a realidade vivenciada, pois explicavam detalhadamente a maneira como se deveria executar o movimento a ser imitado, tornando o movimento mais mecanizado e menos livre.



Figura 21 – Brinquedo Cantado, 1957. Fonte: Memória do Ensino Municipal de São Paulo.

Notam-se as crianças apresentando um exercício orientado pela professora, de forma estranha ao seu movimento natural. Assim fica mais clara essa discrepância entre o discurso e a prática. Mesmo sendo uma pose formal para a fotografia, entende-se que a idéia é ressaltar a ordem, a disciplina e a estética.

Através do tema *Higiene Mental da Primeira Infância*, trabalhado na reunião da educadora jardineira Isa Ferreira Braga, do Parque Infantil 17 (1954. pp. 86-89), com as mães das crianças, procura-se entender um pouco como se pensava a criança naquela época.

A fase da criança desde o seu nascimento até a idade escolar era considerada primeira infância. Nesta fase, a educação deveria ser tanto corporal como espiritual. O tema trabalhado na reunião buscava transmitir a forma como os educadores agiam com as crianças e como pretendiam que os pais também agissem com seus filhos. Algumas orientações foram transmitidas, tais como: “a criança não deve ser humilhada, pois pode perder a confiança em si mesma”; “não castigá-la injustamente, nem proclamar seus defeitos físicos e erros”; “não ridicularizá-la na presença de adultos ou de outras crianças”; “permitir que a criança faça

muita coisa sozinha, pois, aos poucos, ela vai se aperfeiçoando”; “a criança não deve ser enganada com falsas promessas e prêmios. Isto é desrespeitá-la e humilhá-la”; “ela não deve ser excessivamente elogiada por suas atitudes louváveis, pois vai ficar convencida, e nem excessivamente repreendida por seus atos reprováveis, pois vai sofrer e ficar tímida”; “a criança não deve sofrer castigos físicos. Quando for preciso castigá-la, um tapa na mão é suficiente, assim como a manifestação de reprovação pela fisionomia”; “a criança precisa de companhia de outras crianças. O adulto para brincar com a criança é incapaz de se infantilizar tanto quanto a criança”; “a criança, em boas condições de higiene mental, não é um modelo de adultozinho civilizado. É uma criança normal” (BRAGA, 1954, p. 88).

Das orientações transmitidas podemos extrair algumas deduções. Entende-se que a criança não deve ser poupada ou protegida dos conflitos, mas sim aprender a enfrentá-los e tentar superá-los; é importante reconhecer e cumprir uma responsabilidade própria da sua idade; se a relação entre adulto e criança for autêntica e sincera, a criança aprende a construir uma autonomia maior; a criança que acredita em si própria busca resolver as dificuldades que surgem sem muita interferência do adulto. Assim, o entendimento de “criança” estava longe de ser um adulto em miniatura ou simplesmente uma marionete na mão da sociedade, a fim de crescer conformada com o modelo estabelecido pela civilização.

Rosenburg (1954, pp. 82-85) afirma a influência do teatro e da dança na educação das crianças no ano de 1954, na sua publicação “A peça ou história a ser dramatizada deve ter um fundo moral bem marcante, de maneira que a criança possa por si só distinguir o bem do mal”. Aqui se percebe o destaque dado à educação moral e cívica. Neste mesmo artigo, salienta que a dança e o teatro trabalham o corpo e o movimento, melhoram a noção de tempo e a memória, ajudam as crianças a se desinibirem e se prepararem para improvisações.

O artigo também discorre sobre a importância das danças folclóricas para o aprendizado de usos e costumes regionais de diversos países e *suas topografias*. Nota-se nessa afirmação a valorização do conhecimento da geografia e da história do Brasil e de outros países. Segundo Rosenburg (1954, pp. 82-85), as danças, por serem manifestações culturais em sua maioria, eram baseadas em movimentos naturais, livres de posturas rígidas e consideradas, portanto, do agrado das crianças. Entretanto, este entendimento seria plausível desde que a dança ensinada à criança fizesse realmente parte de sua cultura, o que não acontecia com todas elas nos Parques Infantis, já que a maioria era oriunda de diferentes localidades com diferentes culturas.

Além das danças típicas de outros países, ensinavam-se também as danças folclóricas brasileiras. A execução de danças de diferentes lugares contribuía para a valorização e

preservação de outras manifestações culturais e as danças típicas brasileiras encaminhavam para o cultivo da cultura corporal nacional.

Conforme afirma Castro (1954, pp. 22-24), as pessoas das classes operárias, em sua maioria, moravam em porões ou barracões de madeira com um ou dois cômodos, que ficavam fechados enquanto os pais precisavam sair para trabalhar o dia inteiro e as crianças não tinham com quem ficar; dessa forma entendia que os Parques Infantis eram uma opção para a criança paulistana, filha de operários; neles havia uma educação diversificada sistematizada em período contrário ao ensino regular, de forma que acabava educando e assistindo essas crianças em período integral. Segundo a autora, a melhor opção seria mesmo estar em casa com a família, mas, devido às circunstâncias da sociedade moderna e da vida urbana, a educação e a assistência recebidas nos Parques Infantis eram a solução para o momento. Eram ensinados e praticados diariamente hábitos de higiene; brincavam e faziam exercícios ao ar livre; era estimulada a prática da horticultura e jardinagem; havia alimentação, assistência médica e dentária, tratamentos diversos e vacinações. Nas atividades artísticas, tinha-se a colaboração das jardineiras, recreacionistas, professoras de Educação Física e das educadoras musicais.

A todo o momento, nota-se a influência da Escola Nova que considera que os aspectos biológicos e psicológicos da formação humana estão ligados à organização da vida social. Valorizam-se na infância o crescimento e a saúde corporal em locais adequados, com boa alimentação e atendimento de pessoas especializadas. Juntamente com o equilíbrio emocional e os contatos e as relações humanas (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 19).

Muitas orientações se davam para que as atividades propostas atendessem aos interesses da criança, tanto aquelas de cunho moralizante quanto aquelas consideradas desafiadoras.

Uma das tarefas mais importantes do educador era escolher as atividades que estimulariam o interesse imaginativo e intelectual do educando, e propiciá-las na medida do possível. Esperava-se que, se a criança tivesse real interesse, os resultados seriam excelentes e poderia ser tirado maior proveito das atividades.

De acordo com Alvim (1955, pp. 54-57), a criança desde que nasce tem todas as possibilidades do adulto, mas de uma forma própria e que pode variar de acordo com as diferentes etapas e influências no meio que a cerca. Existem muitas maneiras de desenvolver a habilidade motriz e a estratégia utilizada para uma criança pode não servir para outra, devido às suas diferenças individuais. O educador deve respeitá-las e deixar *margem ampla à personalidade* e não determinar a maneira de executar os exercícios, com o fim de observar a criança no seu modo natural e poder orientá-la de forma mais eficiente.

No artigo citado acima, a criança era entendida como um ser humano que pensava, refletia, agia e que possuía características próprias. Nesta perspectiva, respeitava-se a corporeidade de cada criança, construída em sua trajetória de vida. Suas diferenças sociais, de raça, de gênero, de habilidade etc. não seriam consideradas deficiências, mas sim fatores a serem observados e analisados para posterior intervenção.

De acordo com Franco (1955, p. 75), a recreação ao ar livre é um meio para se atingir vários objetivos, tais como: desenvolvimento da musculatura e dos órgãos vitais favorecendo o crescimento das crianças; aprendizado das *qualidades cívicas* reconhecendo os direitos das outras crianças, o significado da liberdade e da cooperação; aperfeiçoamento da *boa conduta*, pois em período de *muita pressão e desemprego* o ser humano tem *necessidade de extravasar a energia nervosa acumulada*. Reconhece o valor da recreação como prevenção da saúde corporal e mental e diz que o governo aplicaria melhor sua verba em investimentos no setor recreativo do que em tratamentos médicos. Enfatiza que isto pode ser uma forma de divulgação dos benefícios proporcionados pela cidade, e ao se referir aos Parques Infantis acrescenta que “são evidência tão impressionante da grandeza de uma cidade quanto as chaminés de suas fábricas”.

Todo mês era publicado no Boletim Interno o “Calendário do Mês”, especificando as comemorações de cada dia do mês e apontando o tema a ser explorado por todos educadores naquele mês. Entretanto, Carvalho (1956, p. 9) afirma que não era obrigatório trabalhar todos os centros de interesse propostos, pois, considerando que a criança estava inserida na sociedade, outros centros de interesse poderiam surgir através da divulgação dos meios de comunicação. A autora salienta ainda que, devido ao Parque Infantil ter características diferentes das características das escolas de ensino regular, referindo-se à preocupação com o tempo para se aplicar o programa elaborado para o ano, deveria seguir as orientações de ensino da Escola Nova, que privilegia o interesse da criança.

No artigo “A infância e a recreação”, Franco (1957, pp. 81-87) faz uma coletânea de pensamentos dos pedagogos, psicólogos, médicos e intelectuais a respeito do tema recreação com relação à infância: segundo Dr. Dante Costa, recreação “é uma arma contra atitudes anti-sociais e uma força capaz de impedir prejuízos de ordem espiritual e físico lesivos à boa evolução do ser infantil”. Claparède, ao se referir à recreação, diz que não há “nada mais sério do que uma criança brincando”.

No mesmo artigo, citado anteriormente, de acordo com a Repartição de Assistência à Infância:

[...] a brincadeira é o material de que é feita a vida da criança: nela, a criança emprega até o limite a energia que possui. A brincadeira dá alento à sua imaginação, desenvolve as suas aptidões tanto físicas como intelectuais e proporciona-lhe também a compreensão, cordialidade e simpatia para com outrem.

Segundo Laurence Bearsall Jacks, também no mesmo artigo:

[...] a arte de viver é indivisível. Não é uma arte composta pela soma de recrear com a arte de trabalhar, ou a arte do corpo e a arte do espírito, ou a arte da recreação e a arte da educação. Quando a vida é dividida nestes ou outros compartimentos não pode tornar-se arte. Torna-se arte quando o trabalho e a recreação, o corpo e o espírito, a educação e a recreação são governados por uma única visão da excelência e uma contínua paixão em realizá-la.

De acordo com Franco (1957, pp. 81-87) Inezil Penna Marinho, no *Curso de Fundamentos e Técnica de Recreação*, diz o seguinte: “As necessidades sociais das crianças estão traduzidas pelo impulso que as leva a procurar outras crianças para seus brinquedos ou jogos, impulso esse que precisa ser convenientemente explorado, de modo que os sentimentos egoísticos cedam lugar aos altruísticos”; completa explicando que:

[...] no jogo a tarefa deverá ser realizada pelo grupo, do mesmo modo que, mais tarde, na idade adulta, outras tarefas serão levadas a efeito em situação correspondente. Cada criança contribue [sic] com a parcela do seu esforço para a vitória da causa comum, da mesma forma que, quando homens, contribuirão com seu trabalho para assegurar a vida do grupo.

Nos Parques Infantis, as crianças se expressavam através das diversas linguagens nas atividades recreativas. A Educação Física desenvolvida de forma recreativa atuava como elemento fundamental para se atingir os objetivos desejados. As crianças pequenas se beneficiavam pelos desenvolvimentos físico, orgânico, social, cultural, emocional e intelectual propiciados pela educação corporal. Ao mesmo tempo, como nos lembra Castellani (1991, p. 94), essa atividade levava a criança a cumprir o dever com o futuro do país, pois adestrava o físico e disciplinava as atitudes, a fim de integrá-las na sociedade de forma a aumentar a produtividade tanto no trabalho como também nas horas livres.

A fim de englobar a diversidade de etnias que freqüentavam os Parques Infantis e pretendendo produzir uma identidade nacional para o Brasil, valorizava-se muito o folclore, tanto o nacional como o de outros países. Respeitava-se, então, a individualidade de cada criança, mas também se procurava influenciá-la de forma a construir a cultura nacional.

Nos Parques Infantis conviviam crianças de 3 a 12 anos de idade. Nas atividades em geral, as crianças eram agrupadas pela idade, sendo a primeira turma de 3 a 6 anos, a segunda de 7 a 9 anos e a terceira de 10 a 12 anos de idade. As turmas eram formadas por crianças de ambos os sexos. Nas análises do Boletim Interno não se apresenta indício de rigidez nesta

divisão, nem tampouco na indicação das atividades exclusivamente para uma faixa etária ou para um determinado sexo. As fotografias também sempre mostram crianças de ambos os sexos juntas nas diversas atividades. Às vezes, na descrição do exercício, vinha recomendada a turma a que se direcionava a atividade.

Ao mesmo tempo em que as atividades lúdicas proporcionavam às crianças momentos de integração entre elas e desenvolvimento de habilidades motoras, elas eram também um meio de se inculcar os valores morais, cívicos e hábitos higiênicos pregados pela elite da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas, certamente, não esgotam a diversidade de conhecimento e possibilidade de discussões na tentativa de compreender como se pensava a Educação Física para as crianças de 3 a 6 anos de idade nos Parques Infantis de São Paulo, no período de 1947 a 1957. Elas representam apenas uma parte das pesquisas e das idéias desenvolvidas até o momento.

O Parque Infantil, institucionalizado na década de 1930, emerge de uma política educacional municipal voltada para a criança de 3 a 12 anos de idade das classes populares, especificamente da classe operária. As crianças de 3 a 6 anos de idade eram atendidas em período integral e aquelas que freqüentavam o ensino regular permaneciam no Parque no horário contrário ao de suas aulas.

Com o advento da II Guerra Mundial e conseqüentemente a suspensão das importações, cresce a industrialização e a urbanização na cidade de São Paulo. Aumenta a ênfase na educação e na industrialização, como mecanismos para promoverem as mudanças necessárias que um país necessitava para ser considerado desenvolvido, naquela época. Grupos étnicos, os mais diversos, foram atraídos para a Capital em busca de trabalho e melhor qualidade de vida.

Dessa forma, aumentam ainda mais as diversidades culturais e sociais da cidade. Uma das estratégias utilizada pelo governo municipal, para harmonizar essa diversidade, foi o investimento nos Parques Infantis.

Então, em 1947 e 1948 foram construídos 15 Parques Infantis. O cerne da sua política educacional continuava a mesma desde a fundação do primeiro Parque, isto é, educar e assistir as crianças através da recreação. Esse estudo identificou que a política adotada transpõe as opções de desenvolvimento da criança, e define o perfil desejado pelos organizadores dessas instituições, que se casava com o discurso capitalista: harmonizar as diferenças em busca de uma melhor qualidade de vida e, também, tentar mostrar que era possível a mobilidade social através da educação.

Na intenção de adequar as crianças não somente para a promoção da força de trabalho, mas também para seus momentos livres, a Educação Física era parte essencial da educação integral, pois era um instrumento necessário para alcançar corpos higiênicos, disciplinados, educados e adaptados à sociedade.

A educação para as crianças de 3 a 6 anos de idade era realizada através de jogos e atividades lúdicas que se mostravam motivadoras e conseqüentemente melhores para inculcar hábitos julgados adequados.

No início do período em estudo, nota-se que o Boletim Interno apontava alguns jogos que se desenvolviam através de atividades físicas mecânicas e de reprodução que, gradativamente, foram substituídos por atividades que davam ênfase à possibilidade de jogos mais livres em que a própria criança pudesse gerenciar seus movimentos. Assim, pode-se inferir que a Educação Física pensada nos Parques Infantis apresentava uma correlação com as propostas de Educação Física da época, que procurava superar o conceito anátomo-fisiológico voltado para o exercício mecânico, na busca de uma concepção *bio-psico-social*, a qual a maioria dos autores da época (Marinho, Listello, entre outros) apresentava como sendo a que melhor se adequava àquele momento histórico.

Apesar de algumas vezes estarem registrados no Boletim Interno os métodos da Educação Física, como por exemplo, o Método Desportivo Generalizado, as educadoras dos Parques Infantis não eram obrigadas a seguir nenhum método específico de Educação Física. Competia a elas optarem pelas várias possibilidades dentro de seu conhecimento teórico e prático, escolhendo quais as estratégias adequadas ao desenvolvimento das atividades, desde que valorizassem o interesse da criança, permitindo a experimentação e a exploração própria da idade.

Um ponto importante que influenciava a qualidade da prática educacional em Educação Física seria o investimento na formação das educadoras em serviço. Pode-se apontar que a orientação teórica e prática proposta no *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, baseada na contribuição das educadoras dos próprios Parques e também dos estudiosos da época, constituía um dos fatores relevantes no investimento da capacitação dessas profissionais.

Embora não apareça explicitamente no Boletim Interno, nota-se a absorção do discurso escolanovista de forma lenta e dificultosa, no conceito *bio-psico-social* da Educação Física. Pela insistência nas orientações do Boletim, desde o início até o último ano de sua publicação, para que a educadora levasse em consideração o interesse e as possibilidades da criança no planejamento das atividades de Educação Física; e também, através da análise de algumas fotografias, nas quais nota-se a presença de movimentos prontos para as crianças seguirem, pode-se inferir que apesar do investimento na formação, os educadores algumas vezes retornavam à concepção biológica, desrespeitando a especificidade da criança ou por

falta de conhecimento ou como forma de resistência às determinações da Divisão de Educação, Assistência e Recreio.

A proposta de educação integral dos Parques Infantis tinha a intenção de fugir da dicotomia corpo e mente. Desse modo, a Educação Física se articulava muito bem, pois abrangia a criança como um ser total. As atividades físicas realizadas diariamente buscavam a autonomia da criança com relação ao cuidado com seu corpo, de acordo com os hábitos considerados adequados pela equipe organizadora do Parque Infantil. A criança, participante da produção da cultura corporal, aprendia as diversas funções do corpo e também os princípios de higiene corporal e os cuidados com a saúde.

No período analisado, percebe-se que a Educação Física, mais do que manter e recuperar a saúde, tem o papel de adequar as atitudes das crianças para serem úteis e colaboradoras no grupo social ao qual pertenciam, em todos os momentos.

Assim, a educação e a assistência estavam entrelaçadas no Parque Infantil e como nos lembra Kuhlmann Jr. (1998, p. 202), quando faz uma abordagem histórica das políticas para a educação infantil, "... a educação, afinal, não é tão inocente assim, nem é a redentora da triste realidade. E a assistência não é a grande vilã".

A estrutura física dos Parques Infantis atendia ao preceito médico-higienista da época. Possuíam brinquedos de parque, amplos espaços arborizados e não tinham sala de aula fechada. Muitos também eram equipados com tanque de areia, casa de bonecas e piscina. Isso propiciava a interação entre as crianças e o desenvolvimento da Educação Física.

Pela análise do Boletim Interno, entende-se que a Educação Física propiciava condições de vida saudável às crianças de 3 a 6 anos de idade, nos diversos aspectos: físico, social, intelectual e emocional. Porém, podemos também inferir que ela dirigia o movimento para que a criança fosse útil e adequada à sociedade. Portanto, a Educação Física pensada nos Parques Infantis, com seu caráter emancipador e disciplinador, atendia ao projeto da municipalidade que pretendia moldar as crianças para atuarem em uma sociedade urbana e industrial, muito exigente com relação à sua linguagem corporal.

FONTES

Artigos do BOLETIM INTERNO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO. São Paulo, 1947 – 1957.

Ano de 1947

A RECREAÇÃO na educação da infância. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. I, nº 02, p. 28, fevereiro-1947.

BÔA ATITUDE. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. I, nº 02, p. 26, fevereiro-1947.

CREDO DA SAÚDE. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. I, nº 01, p. 10, janeiro-1947.

IPPOLITO, N. Calendário da Cult. 301. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. I, nº 01, p. 03, janeiro-1947.

KUESTER, I. J. Sem Título. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. I, nº 03, p. 43, março-1947.

Ano de 1948

FRANCO, A. Sugestões enviadas à Secção Técnico-Educacional para a Campanha da Alimentação. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. II, nº 04, p. 08, abril-1948.

IPPÓLITO, N. Educação Sanitária. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. II, nº 05, p. 91-92, maio-1948.

MUSA, L. A. Centros de Interesse e Parques Infantis. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. II, nº 05, p. 87, maio-1948.

FRANCO, A. Parques Infantis e Educação da Saúde. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. II, nº 09, p. 207, setembro-1948.

SAMPEL, M. S. L. Papel da Educação Física na Educação Integral. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. II, nº 02, p. 27, fevereiro-1948.

OBJETIVO da Educação Sanitária. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. II, nº 01, p. 03, janeiro-1948.

AMOEDO, Y. I. Elementos a considerar na seleção de atividades físicas para as crianças. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. II, nº 02, p. 28-30, fevereiro-1948.

CABRAL, S. Ginástica Ortopédica. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. II, nº 03, p. 46, março-1948.

CAMPOS, G. C. Os débeis mentais e a Educação Física. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. II, nº 05, p. 99-101, maio-1948.

NOTICIÁRIO. Visitantes Ilustres. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 10, p. 233, outubro-1948.

Ano de 1949

KUESTER, I. J. As excursões no programa dos Parques Infantís. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 07, p. 225, julho-1949.

CARVALHO, R. A. Cultivo do Patriotismo. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 09, p. 276, setembro-1949.

REIS, J. D. B. dos. Educação Musical. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 05, p. 149-156, maio-1949.

_____. Seção Noticiário. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 05, p. 172-173, maio-1949.

_____. O hábito na formação do homem do futuro. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 06, p. 175, junho-1949.

CARVALHO, R. A.; KUESTER, I. J. Os jogos e os Centros de Interesse. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 05, p. 157, maio-1949.

PASSARELA, M. B. A. As más influências na vida da criança e do homem futuro, decorrentes de atividades erradas dos educadores. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 11, p. 328, novembro-1949.

STRONGOLI, L. Tratamento de água das piscinas. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 06, p. 187-190, junho-1949.

LONGHIN, M. I. Ficha de conduta individual. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 06, p. 181 a 183, junho-1949.

IPPOLITO, N. Método científico em pesquisa. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 06, p. 178, junho-1949.

MUSA, L. A. Civilização e neurose. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 06, p. 217 a 222, julho-1949.

IPPOLITO, M. I.; FRANCO, A.; LONGHIN, M. I.; MUSA, L. A. Educação sanitária nos Parques Infantís. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. III, nº 08, p. 246, agosto-1949.

Ano de 1950

CARVALHO, R. A. A ficha de conduta e o professor de educação física. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. IV, nº 02, p. 21-24, fevereiro-1950.

JOGOS que ajudam a desenvolver os hábitos da boa postura. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. IV, nº 03, p. 58-62, março-1950.

GOFFERT, L. S. Aulas dramatizadas. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. IV, nº 06, p. 156-157, julho-1950.

FRANCO A. Considerações em torno da freqüência no Parque Infantil de Santo Amaro. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. IV, nº 09, p. 197, setembro-1950.

Ano de 1951

JOGOS e brincadeiras caseiras para a criança pré-primária. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. V, nº 08, p. 188-192, agosto-1951.

Ano de 1952

SAMPEL, M. S. L. Plano de atividade de educação física para ser aplicado ao centro de moças. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VI, nº 01, p. 08-17, janeiro-1952.

MACEDO, N. C. de. Educação física para pré-primários. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VI, nº 03, p. 75-76, março-1952.

LONGHIN, M. I. Festas Juninas. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VI, nº 06, p. 146, junho-1952.

Ano de 1953

_____. A casa. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 01, p. 01-13, janeiro-1953.

RAHAL, B. C. Excursão- sua finalidade. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 01, p. 18-19, janeiro-1953.

_____. Rodas cantadas. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 02, p. 43, fevereiro-1953.

_____. Alguns aspectos do valor educativo da dança. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 04, p. 103-104, abril-1953

FERREIRA, N. Aulas historiadas. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 02, p. 45, fevereiro-1953.

KUESTER, I. J. Parques e Recantos Infantis e seu programa de educação pela recreação. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 04, p. 97 a 100, abril-1953.

CARVALHO, R. A. O jogo como fator de recreação. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 04, p. 101a103, abril-1953.

GUIMARÃES, A. C. G. Que é escotismo? *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 07, p. 179, julho-1953

SAMPEL, M. S. L. Considerações sobre o III curso de aperfeiçoamento técnico e pedagógico para professores de educação física. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 08, p. 200-201, agosto-1953.

SANDOVAL, C.; PIMENTEL, R. M. S.; MORAES, M. L. Jogos sensoriais. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 07, p. 181 a 186, julho-1953.

Seção Material didático (não consta autor). As atividades Manuais. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 08, p. 207, agosto-1953.

LEITE, M. E. P. A educação física nos Parques e Recantos Infantis. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 10, p. 236-237, outubro-1953.

CASTRO, M. L. G. Método de projetos- puericultura. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VII, nº 09, p. 220, setembro-1953.

Ano de 1954

SAMPEL, M. L. S. Introdução. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VIII, nº 01, p. 08, janeiro-1954.

CASTRO, M. L. G. O ensino religioso nos Parques Infantis. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VIII, nº 01, p. 22 a 24, fevereiro-1954.

Seção Centro de Interesse (não consta autor). *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VIII, nº 03, p. 41 a 45, março-1954.

RUPOLO, G. Educação da criança. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VIII, nº 04, p. 70-71, abril-1954.

BRAGA, I. F. Higiene mental da primeira infância. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VIII, nº 05, p. 86 a 89, maio-1954.

ROSENBERG, M. L. P. Sua influencia na educação. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VIII, nº 05, p. 82 a 85, maio-1954.

PATERNOSTRO, M. L. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VIII, nº 07, p. 119 a 122, julho-1954.

PRINCÍPIOS da Educação Física esportiva generalizada. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. VIII, nº 09, p. 163-164, setembro-1954.

Ano de 1955

ALVIM, R. C. A recreação e o desenvolvimento motor, sensorial, mental, emocional e social. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. IX, nº 04, p. 54 a 57, abril-1955.

FRANCO, A. A contribuição da recreação para outras forças da comunidade. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. IX, nº 05, p. 75, maio-1955.

Ano de 1956

CARVALHO, R. A. Calendário das comemorações de 1956. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. X, nº 01, p. 09, janeiro-1956.

Ano de 1957

NOTICIÁRIO 1ª Exposição educativa do milho. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. XI, nº 03, p. 58, março-1957.

FRANCO, A. A infância e a recreação. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, São Paulo, v. XI, nº 06 e 07, p. 81, junho e julho-1957.

OUTRAS FONTES

COLETÂNEA de Atos: 1935 a 1952, Prefeitura Municipal de São Paulo, Memorial do Ensino Municipal, volume I/IV. **Ato nº 767, de 09 de janeiro de 1935**, São Paulo, P. 11.

COLETÂNEA de Atos: 1935 a 1952, Prefeitura Municipal de São Paulo, Memorial do Ensino Municipal, volume I/IV. **Ato nº 861, de 30 de maio de 1935**, São Paulo, P. 17.

COLETÂNEA de Atos: 1935 a 1952, Prefeitura Municipal de São Paulo, Memorial do Ensino Municipal, volume I/IV. **Ato nº 1.146, de 04 de julho de 1936**, São Paulo, P. 37.

COLETÂNEA de Atos: 1935 a 1952, Prefeitura Municipal de São Paulo, Memorial do Ensino Municipal, volume I/IV. **Ato nº 333, de 27 de dezembro de 1945**, São Paulo, P. 81.

COLETÂNEA de Atos: 1935 a 1952, Prefeitura Municipal de São Paulo, Memorial do Ensino Municipal, volume I/IV. **Decreto nº 934, de 03 de fevereiro de 1947**, São Paulo, P. 89.

DECRETOS, Decretos-Leis e Leis do Município de São Paulo do ano de 1947, Prefeitura Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura (Divisão do Arquivo Histórico). **Decreto-Lei nº 430, de 08 de julho de 1947**, São Paulo, 1948, p. 238.

RELATÓRIO Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1946 a 1948.

RELATÓRIO Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1951.

RELATÓRIO Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1953.

RELATÓRIO Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1954.

RELATÓRIO Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1955.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONACCI, M. A. M. *A Vitória da razão (?) O IDORT e a sociedade paulista*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

AZEVEDO, F. *Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1937.

BETTI, M. *A educação física na escola brasileira de 1º e 2º graus, no período 1930-1986: uma abordagem sociológica*. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação Física)- Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

BLOCH, M. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRACHT, W. *A educação física escolar como campo de vivência social e de formação de atitudes favoráveis à prática do esporte*. 1983. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Área Ciência do Movimento da Universidade Santa Maria, Rio Grande do Sul.

_____. et al. *Pesquisa em ação: educação física na escola*. Rio Grande do Sul: Unijui, 2003.

_____. *A constituição das teorias pedagógicas da educação física*. Caderno Cedes, ano XIX, nº 48, Agosto/99.

BRITES, O. *Infância, trabalho e educação: a revista do sesinho (1947-1960)*. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2004.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Ano VI, nº 14, p. 13, julho-1956.

BOSI, A. Um testemunho do presente. In. MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

CAPARROZ, F. E. *Entre a educação física na escola e a educação física da escola*. 2 ed. Campinas (SP): Autores Associados Ltda., 2005.

CARVALHO, L. I. de. *Pré-escola municipal: assistencialismo, recreação ou trabalho pedagógico?* In 50 anos de pré-escola. Cidade de São Paulo, 1985.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. 3.ed. Campinas (SP): Papirus, 1991.

CATANI, D. B. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público (1902-1919)*. 1989. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade São Paulo.

CIAVATTA, M.; ALVES, N. *A Leitura de Imagens na Pesquisa Social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

DARNTON, R. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, M. H. A escola normal paulista na ótica dos conservadores: o jornal católico A Ordem. In: GONDRA, J. (org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

DUARTE, A. L. Moralidade pública e cidadania: a educação nos anos 30 e 40. *Educação e Sociedade*, Campinas (SP): CEDES, ano XXI, n. 73, dezembro de 2000.

FARIA, A. L. G. de. *Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil*. Campinas (SP): Cortez, 1999.

FARIA FILHO, L. M. de. História da escola primária e da educação física no Brasil: alguns apontamentos. In SOUZA, E. S.; VAGO, T.M. (Org.). *Trilhas & partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte (MG): Cultura Ltda., 1997.

FILIZZOLA, A. C. B. *Na Rua, a Troça, no Parque, a troca*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FILÓCOMO, D. *A gênese da educação especial: a contribuição dos Parques Infantis da cidade de São Paulo – 1947 a 1957*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) Linha História, Historiografia e Idéias Educacionais da Universidade São Francisco, Itatiba (SP).

FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione Ltda., 1989.

FREITAS, M. C. A pesquisa educacional como questão intelectual na história da educação brasileira. In FREITAS, M. C. *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 1999.

GOELLNER, S. V. *Inezil Penna Marinho: coletânea de textos*. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2005.

HOBSBAWM, E. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KISHIMOTO, T. M. Recuperando a história da educação infantil em São Paulo. In. *Escola Municipal: 50 anos de pré-escola municipal*. São Paulo, nº 13, p. 6-10, 1985.

KUHLMANN JR., M. *Histórias da educação infantil brasileira*. Revista Brasileira de Educação, nº 14, São Paulo, p. 5-14, mai/jun/jul/ago, 2000.

_____. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 2ª ed., Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. Educando a infância brasileira. In LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2003.

_____. Projeto: O Boletim Interno da Divisão de Assistência e Recreio da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo (1947-1957).

LISTELLO, A. *Educação pelas atividades físicas, esportivas e de lazer*. São Paulo: EPU, 1979.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 12ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1978.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUGLI, R. S. G. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores (1964-1990)*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

MARINHO, I. P. *Crítica aos exercícios analíticos em face dos fundamentos bio-psico-sócio-filosóficos dos programas de educação física destinados a escolas primárias*. Rio de Janeiro (RJ): Imprensa Nacional, 1948.

_____. *Educação Física, recreação – jogos*. Rio de Janeiro (RJ): Imprensa Nacional, 1957.

MELO, V. A. de. *História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas*. São Paulo: IBRASA, 1999.

MIRANDA, N. *Organização das atividades da recreação*. Belo Horizonte (MG): Itatiaia Ltda., 1984.

_____. *200 jogos infantis*. Belo Horizonte (MG): Itatiaia Ltda., 1983.

_____. *A harmonia entre o corpo e o espírito: ensaios de educação física*. Rio de Janeiro (RJ): Imprensa Nacional, 1945.

_____. *Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos*. Departamento de Cultura, São Paulo, 1941.

_____. *Recreação para a criança santista*. Departamento de Cultura, São Paulo, 1939.

MONARCHA, C. (Org.) *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas (SP): Autores Associados, 2001.

NIEMEYER, C. A. C. *A criação de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: o caso dos Parques Infantis de São Paulo (1934-1954)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Z. M. R. de. Dos Parques Infantis às Escolas Municipais de Educação Infantil: um caminho de cinquenta anos. In *Escola Municipal – 50 anos de pré-escola municipal*, São Paulo, n. 13, p.11-18, 1985.

PAULA, R. C. de. *A linguagem corporal das crianças pequenas de um Parque Infantil de Campinas (1942-1952)*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

PIMENTA, S. G.; LIBÂNEO, J. C. *Metodologia do ensino de educação física: coletivo de autores*. São Paulo: Cortez, 1993.

PONTES, J. A. V. São Paulo, 1860 a 1930: a grande mutação. In PONTES, J. A. V.; MESQUITA FILHO, Ruy. *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*. O Estado de São Paulo, São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2003.

PORTELA, F. *São Paulo 1860-1960: a paisagem humana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2004.

PREFEITURA Municipal de São Paulo. O que são os Parques e Recantos Infantis de São Paulo. Folheto organizado pela Divisão de Educação, Assistência e Recreio. Departamento de Educação, Assistência e Recreio, Secretaria de Educação e Cultura, 1949.

RAMOS, M. M. S. *História da educação infantil pública municipal: Campinas 1940-1990*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Linha História, Historiografia e Idéias Educacionais da Universidade São Francisco, Itatiba (SP).

REVISTA DE ESPORTE E SAÚDE, nº 40, p. 17 e 18, março de 1940.

ROSEMBERG, F. LBA, o projeto casulo e a doutrina de segurança nacional. In: FREITAS, M. C. de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 141-161.

RUSSEFF, I. Anísio Teixeira e Mário de Andrade: dois grandes empreendedores da educação. In. ALMEIDA, J. S. de et alli (org.). *Educação e prática docente: as interfaces do saber*. Franca (SP): UNIFRAN, 2005.

SANTOS, M. W. dos. *Educadoras de parques infantis em São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955*. 2005. 299 f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SANTOS (cidade). Órgão dos Parques Infantis de Santos. *O parqueano*, v. I, out - 1952.

SÃO PAULO (cidade). Memória Técnica Documental da Divisão de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de educação. *Cronologia da História da Educação Infantil do Município de São Paulo*, não consta ano de publicação.

SÃO PAULO (cidade). Departamento de Educação, Assistência e Recreio. *Folheto organizado pela Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura Municipal de São Paulo*, 1949.

SOARES, C. L.; FRAGA A. B. Pedagogia dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. *Pro-posições*, Campinas (SP), v. 14, n. 2, p. 77-90, maio/ago. 2003.

SOARES, C. L. (Org.) *Corpo e história*. 2ª ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

SOARES, C. L. *Educação física: raízes européias e Brasil*. 3ª ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

_____. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. 2ª ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.

SILVA, M. R. da. *O assalto à infância no mundo amargo da cana-de-açúcar onde está o lazer o gato comeu?* 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VAGO, T. M. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2002.

_____. *Educação Física na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935)*. Revista Brasileira de História da Educação, nº 11, Campinas (SP), p. 101-134, janeiro/junho, 2006.

VIDAL, D. G. (Org.). *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2000.

VIEIRA, L. M. F. *Mal necessário: creches no departamento nacional da criança (1940-1970)*, caderno de pesquisa, São Paulo, n. 67, p.3-16, novembro 1988.

XAVIER, L. N. Educação, raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo. In MAGALI, A. M.; ALVES, C.; GONDRA, J. G. *Educação no Brasil: história, cultura e política* (Orgs.). Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2003.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

Arquivo Histórico Municipal “Washington Luis” – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de São Paulo (SP);

Arquivo Edgard Leuenroth do IFCH da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (SP);

Biblioteca Ana Maria Poppovic - Fundação Carlos Chagas (SP);

Biblioteca Prof. Joel Martins - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (SP);

Biblioteca Prof. Asdrúbal Ferreira Batista – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (SP);

Biblioteca Santa Clara – Universidade São Francisco (USF) – Itatiba (SP);

Biblioteca Prof. Ciro de Andrade – Faculdade de Educação Física da Universidade de São Paulo - USP (SP);

Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP (SP);

Biblioteca Pedagógica Prof^a Alaíde Bueno Rodrigues da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SP);

Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (SP);

Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo – Divisão de Iconografia e Museus – Seção Arquivo de Negativos;

Memória Técnica Documental da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo;

Memorial do Ensino Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Educação.

ANEXO 1

DECRETO-LEI Nº 430, DE 08 DE JULHO DE 1947¹

Reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura, com o desdobramento da Secretaria de Cultura e Higiene, criada pelo Decreto-Lei nº 333, de 27 de dezembro de 1945, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, nº I, do Decreto-Lei Federal nº 1.202, de 08 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1º - A Secretaria de Cultura e Higiene, criada pelo Decreto-lei nº 333, de 27 de dezembro de 1945, fica desdobrada em 2 (duas) Secretarias, a saber:

- a) Secretaria de Higiene;
- b) Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º - Cada uma das Secretarias a que se referem as alíneas do artigo anterior, será dirigida por um Secretário de confiança do Prefeito, cargo em comissão, padrão "X", e mais a verba de representação prevista no art. 16 do Decreto-lei nº 404/47.

Art. 3º - Competem aos Secretários as atribuições discriminadas pelo art. 3º do Decreto-lei nº 333, de 1945, pelo Decreto nº 784, de 9 de janeiro de 1949, e pelo Decreto-lei nº 346, de 13 de fevereiro de 1946.

§1º - Os Secretários deverão propor ao Prefeito no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua posse, o regulamento geral das respectivas Secretarias, dispondo sobre a redistribuição e coordenação dos serviços e atribuições a seu cargo, no sentido de lhes imprimir a maior racionalização e eficácia.

§2º - Poderá o Prefeito, mediante decreto e tendo em vista as conveniências do Serviço Público, delegar aos Secretários quaisquer atribuições que, pela sua natureza, não constituem competência privativa e inalienável do Chefe do Executivo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. 22 - Compete à Secretaria de Educação e Cultura:

- a) superintender e orientar a educação de crianças e adolescentes, até aos 21

¹ Decreto-Lei nº 430 in Decretos, Decretos-Lei e Leis do Município de São Paulo do ano de 1947 -- Departamento de Cultura -- Divisão do Arquivo Histórico, 1948, p. 233.

(vinte e um) anos;

- b) difundir o ensino primário, vocacional e profissional;
- c) estimular a educação física;
- d) desenvolver o cultivo das artes em geral;
- e) instituir e manter bibliotecas.

Art. 23 – A Secretaria de Educação e Cultura é constituída dos seguintes órgãos:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Departamento de Cultura;
- c) Departamento de Educação, Assistência e Recreio.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO

Art. 34 – Ao Departamento de Educação, Assistência e Recreio compete:

- a) promover a educação social da infância e dos adolescentes, aperfeiçoando-os física e intelectualmente;
- b) desenvolver nas crianças e nos adolescentes o espírito de cooperação e solidariedade humana;
- c) assistir e recrear as crianças;
- d) difundir o ensino primário, vocacional e profissional.

Art. 35 – Constitui-se o Departamento de Educação, Assistência e Recreio de : 1 (um) diretor, 1 (um) Assistente Técnico, 1 (um) Auxiliar de Gabinete, Secção de Expediente, da Divisão do Ensino e das seguintes unidades:

- 1) – Conselho Técnico Consultivo (pró-honore);
- 2) – Conselho Técnico Educacional;
- 3) – Conselho Técnico Assistencial;
- 4) – Serviço de Almoxarifado.

Art. 36 – À Divisão de Ensino compete orientar e colaborar na obra de auxílio do Município na difusão do ensino primário vocacional e profissional.

Prefeitura do Município de São Paulo, 8 de julho de 1947, 394. da fundação de São Paulo. – O Prefeito, *Christiano S. das Neves* – Pelo Secretário de Negócios Internos e Jurídicos, *Paulo Teixeira Nogueira*, respondendo pelo expediente da Secretaria – O Secretário das Finanças, *Numa do Valle Gurgel*.

Publicado na Diretoria do Departamento do Expediente e do Pessoal, da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, em 8 de julho de 1947. – O Diretor, *Paulo Teixeira Nogueira*.

Conforme a Ligeira Apreciação Histórico-Evolutiva do conceito das Instituições Educativo-Assistenciais mantidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo (Relatório Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, 1946 a 1948, p. 08), o Decreto-Lei nº 430. de 08 de julho de 1947 omitiu a única Divisão que já existia há mais de 12 anos, a Divisão de Educação, Assistência e Recreio, a qual era responsável pelos Parques Infantis. Dessa forma, ela existia na prática e não era apontada no Decreto Lei citado acima.